

Organizadores:

Jaciany Soares Serafim

César Rota Júnior

Aline Aparecida Rabelo

Leila Lúcia Gusmão Abreu

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior



SER-TÃO CRÍTICO

NA PSICOLOGIA SOCIAL:

produzindo vozes em
tempos de necropolítica



SER-TÃO CRÍTICO

NA PSICOLOGIA SOCIAL:

produzindo vozes em
tempos de necropolítica

Apoio:



Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Maria da Penha Brandim de Lima
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo

Organizadores:

Jaciany Soares Serafim

César Rota Júnior

Aline Aparecida Rabelo

Leila Lúcia Gusmão Abreu

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

SER-TÃO CRÍTICO

NA PSICOLOGIA SOCIAL:

produzindo vozes em
tempos de necropolítica

Laura Silveira Fahel
Capa

*Fotografia da capa: Acervo pessoal (César Rota Júnior),
tirada em território Quilombola, na cidade de Matias Cardoso*

Maria Rodrigues Mendes
Diagramação

Welber Nobre dos Santos
Revisão linguística

Este livro foi selecionado por edital
e submetido a parecer duplo cego

DOI: 10.46551/978-65-86467-73-4

Dados Internacionais de Catalogação-na-Pública(CIP) Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (ABEU)

S481 Ser-tão crítico na psicologia social: produzindo vozes em tempos de necropolítica
[recurso eletrônico] / organizadores Jaciany Soares Serafim ... [et al.]. - Montes
Claros, MG : Editora Unimontes, 2024.
142 p. il. ; Ebook PDF.

Vários autores.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-73-4. (Ebook).

1. Psicologia social crítica. 2. Psicologia. 3. Necropolítica. 4. Associação Brasileira
de Psicologia Social (ABRAPSO-Minas). I. Serafim, Jaciany Soares. II. Rota Júnior,
César. III. Rabelo, Aline Aparecida. IV. Abreu, Leila Lúcia Gusmão. V. Leite Júnior,
Nilson de Jesus Oliveira. VI. Título. VII. Título: Produzindo vozes em tempos de
necropolítica.

CDD 302

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso – CRB-6/1892

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126

www.editora.unimontes.br

editora@unimontes.br

Filiada à



Sumário

Prefácio	7
<i>César Rota Júnior, Jaciany Soares Serafim e Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior</i>	
1 Comemorando a passagem dos quarenta anos da Abrapso: Memórias da Regional Minas	13
<i>Marília Novais da Mata Machado, Marcos Vieira-Silva e Maria da Graça Marchina Gonçalves</i>	
2 As políticas públicas na contemporaneidade e o avanço do neoliberalismo: desafios e possibilidades	35
<i>Isa Magesti Corrêa Netto, Marcos Vinícius Thomaz e Danielle Abrantes Campos Lima</i>	
3 Desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero	47
<i>Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Marco Antonio Torres e Emerson Fernando Rasera</i>	
4 Entre desqualificar e reificar as ciências: lições aprendidas com a gestão de incertezas durante a pandemia da covid-19 no Brasil	63
<i>Mary Jane Paris Spink, Mario Henrique da Mata Martins e Thiago Ribeiro de Freitas</i>	
5 Entre territórios, afetos, andanças e mudanças: caminhos pela psicologia social e comunitária	77
<i>Lara Brum de Calais, Conrado Pável de Oliveira e Camila Borges Machado</i>	
6 O compromisso da Psicologia do Esporte (PE) com as políticas públicas, com a diversidade de gênero e com as práticas antirracistas	91
<i>Paula de Paula e Camila Vieira Souza</i>	
7 Psicologia social e desenvolvimento social: de pesquisas pelo sertão norte-mineiro sobre memória, narrativa e lugar	103
<i>Thaís Maria Fonseca Almeida e Thiago Frederik Mendes Batista</i>	
8 Desigualdade de renda e exploração capitalista	117
<i>Luiz Antonio Macedo</i>	
Dados dos(as) autores(as)	131

Prefácio

Desde o nascimento do núcleo Montes Claros da Regional Minas da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO-Minas), no ano de 2016, um grupo extenso e potente veio trabalhando guiado pelas diretrizes da ABRAPSO, quais sejam, a de congregar pesquisadores, professores, estudantes e outros interessados e empenhados na divulgação da Psicologia Social brasileira, buscando alimentar as bases teórico-metodológicas de uma Psicologia Social crítica e comprometida com as reflexões e transformações do/no campo social mais amplo.

O referido grupo se trata de uma equipe que cresceu e se fortaleceu e que, pelas veredas das Gerais, organizou mesas-redondas, debates e eventos locais e regionais, sobre diferentes temas, que tomou posição frente à (des)construção de políticas públicas na cidade e região, que buscou sustentar uma práxis viva e pulsante no norte do estado. Dessa trajetória de lutas e trabalho, parte do grupo assume a Regional Minas da ABRAPSO na gestão 2020-2022, tendo sido a primeira gestão das Gerais à frente da entidade. Éramos Jaciany Serafim, vice-presidenta, Aline Rabelo, secretária, Leila Gusmão, tesoureira, e Nilson Júnior, representante discente.

Como parte das atribuições da gestão, cabia a organização do XXII Encontro Regional da ABRAPSO-Minas, que, em virtude da pandemia da COVID-19, ocorreu apenas em 2021, em modalidade integralmente *on-line*. Neste momento, a convite da gestão, César Rota Júnior assume a presidência da Comissão Científica do evento. O cenário pandêmico, aliás, impulsionou nossos debates em direção à necropolítica, sobremaneira em função dos modos e atitudes catastróficas assumidas pelo Estado brasileiro naquele momento, imerso em obscurantismo, negacionismo e na pior gestão da pandemia ao redor do planeta.

Assim, o tema do evento, ocorrido entre os dias 04 e 07 de setembro de 2021, foi: *Ser-Tão Crítico na Psicologia Social: produzindo vozes em tempos de necropolítica*. Foram apresentados 158 trabalhos de pesquisa e relatos de experiência, em formato de Rodas de Conversa, além das atividades dos Grupos de Trabalho e das Mesas Temáticas, estas últimas propostas por grupos de diferentes localidades de Minas Gerais e do Brasil e compostas por professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras e militantes/representantes de movimentos sociais que compartilharam com todos e todas suas experiências e histórias da ABRAPSO.

Desta feita, este livro é fruto da organização de textos de algumas destas pessoas, que enviaram suas produções, a partir dos debates das mesas temáticas. Neste processo de pensar um livro que reunisse parte dos debates e construções potentes do evento e viabilizasse sua circulação, buscamos dar espaço à memória da ABRAPSO-Minas e, ainda, garantir a contemporaneidade dos temas e perspectivas inseridos dentro do campo da Psicologia Social Crítica e suas interfaces com outros campos.

A coletânea inicia-se com as prosas entre Marília Novais da Mata Machado, Marcos Vieira-Silva e Maria da Graça Marchina Gonçalves, comemorando a passagem dos quarenta anos da ABRAPSO, a partir das memórias da Regional Minas. Este capítulo é, antes de tudo, uma potente contribuição que se somará a outras já existentes (e que o autor e as autoras mencionam no decorrer do texto) para registrar e documentar a história da Regional Minas. A história contada, dentro dos limites próprios de tempo e espaço para um capítulo de livro, fornece múltiplos elementos para compreender o tipo de Psicologia Social que tem sido produzida em nosso estado: uma Psicologia Social que visa a transformação social, a construção de um mundo melhor e que se pauta pelo compromisso social, ético e político em seus temas, encontros, posicionamentos e *práxis*.

No capítulo 2, Isa Magesti Corrêa Netto, Marcos Vinícius Thomaz e Danielle Abrantes Campos Lima nos convocam a uma importante reflexão sobre as políticas públicas na contemporaneidade, sobretudo, a partir das investidas e avanços neoliberais em um contexto caracterizado pela violência de Estado e necropolítica. As autoras e o autor, partindo de leituras foucaultianas e de Mbembe, fazem um recorte do sistema prisional brasileiro para discutir o campo da saúde mental e as especificidades, desafios e possibilidades que orbitam o contexto das políticas públicas. Ante o exposto, ressaltam

a indispensabilidade de inserir no debate a interseção de determinados marcadores sociais que potencializam violências estruturais.

Já no capítulo 3, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Marco Antonio Torres e Emerson F. Rasera apresentam uma importante discussão acerca das minorias sexuais e de gênero, em que cada um(a) dos(as) autores(as) apresenta parte do debate, a partir de suas trajetórias acadêmicas e pessoais, atravessadas por racismos e lgbtfobia. São relatos de pesquisas que apontam para a indissociabilidade entre política, pesquisa e as histórias de vida, em referência à escrivência de Conceição Evaristo.

No capítulo 4, Mary Jane Paris Spink, Mario Henrique da Mata Martins e Thiago Ribeiro de Freitas colocam em cena um debate acerca das incertezas e dúvidas sobre a ciência no contexto da pandemia do SARS-CoV-2, iniciada em fins de 2019. Por meio de análises da circulação de informação sobre os modos de contágio/prevenção, mostram o modo como o discurso científico compõe, junto à circulação de *fakenews* nas mídias sociais, uma arena de embate discursivo, dando margem à colocação de que, ainda que a prática científica, emblematicamente ilustrada pelas informações sobre a produção de vacinas contra o vírus, seja uma prática representativa da realidade, é também uma prática política.

O capítulo 5, de Lara Brum de Calais, Conrado Pável de Oliveira e Camila Borges Machado, explora os processos de trabalho, reflexão e inspiração que ocorrem em meio a territórios, afetos, andanças e mudanças, conforme indicado pelo título. Esses processos se desenrolam em estradas que levam a diferentes destinos, mas que compartilham horizontes e se envolvem em debates relacionados à Psicologia Social e Comunitária. Essas abordagens não buscam uniformidade, mas adotam um posicionamento ético-estético-político que reflete sobre o ato de caminhar, os encontros teóricos e práticos que dão significado à atuação e as possíveis interlocuções para uma *práxis* psicológica orientada para a transformação da realidade. Os autores mencionam algumas inspirações pessoais, incluindo livros, filmes e experiências vividas, que moldaram suas perspectivas sobre o campo, enfatizando a necessidade de a Psicologia Comunitária estar enraizada na vida concreta das pessoas e comunidades, incorporando suas experiências, necessidades e saberes. A identidade é explorada como um elemento em constante movimento, influenciado pelas experiências individuais e coletivas.

O capítulo 6 aborda a importância da participação dos profissionais da Psicologia do Esporte na democratização do esporte, desde a formulação, implementação e controle das políticas de esporte e lazer, até o acompanhamento de atletas e equipes esportivas. As autoras, Paula de Paula e Camila Vieira Souza, afirmam a necessidade de se compreender o esporte e o lazer como potenciais construtores de uma sociedade inclusiva, defendendo uma prática esportiva além de uma visão utilitarista ou salvacionista. Destacam as desigualdades sociais e persistentes preconceitos contra a comunidade LGBTQIA+, negros e mulheres. Esses temas são destacados como formas de discriminação que afetam a participação e profissionalização no esporte, além dos desafios do financiamento insuficiente e a falta de estudos acadêmicos sobre o assunto. Destacam a importância de políticas afirmativas para promover a igualdade racial e de gênero no esporte, abrangendo a inclusão de pessoas transgênero e a conscientização sobre a identidade de gênero.

Na sequência, o capítulo 7, escrito por Thaisa Maria Fonseca Almeida e Thiago Frederik Mendes Batista, mestrandos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), é essencialmente norte-mineiro. Psicólogos sociais em busca de diálogo com as Ciências Sociais, em reflexões calcadas em território norte-mineiro, trabalham com as noções de memória, lugar, história e narrativas, refletindo sobre as relações destes construtos com a dimensão do desenvolvimento social regional, defendendo a necessária valorização da história e da memória dos grupos sociais historicamente excluídos como essencial à luta por melhores condições de vida. Apontam a relação entre apagamento/reconhecimento como dualidade-chave, referindo-se a Martin-Baró e seu conceito de memória histórica.

Por fim, e tomando a dimensão econômica de maneira mais direta, Luiz Antonio Macedo discute a relação entre desigualdade de renda e exploração capitalista, indo aos autores clássicos da chamada economia política, como Marx, Ricardo, Smith e outros. O autor nos presenteia com uma aula sobre economia, explicando conceitos-chave do campo, de maneira clara e acessível, comparando as definições clássicas com as relações contemporâneas de trabalho e renda, entre capitalistas e trabalhadores, e dos atuais modos de precarização das relações de trabalho e produção.

Esperamos que aqueles e aquelas que acessarem o presente livro possam, a partir das reflexões apresentadas, apurar o olhar sobre a realidade

social contemporânea, aprimorar a leitura das realidades de exclusão social e exploração dos grupos sociais historicamente alijados de acesso aos bens mais básicos e necessários à vida com dignidade, e contribuir com a contínua e necessária construção de uma Psicologia Social Crítica, socialmente referenciada e inclusiva. Boa leitura!

*César Rota Júnior, Jaciany Soares Serafim
e Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior*
Montes Claros, 02 de outubro de 2023.

Capítulo 1

Comemorando a passagem dos quarenta anos da Abrapso: Memórias da Regional Minas

Marília Novais da Mata Machado

Marcos Vieira-Silva

Maria da Graça Marchina Gonçalves

A história da Regional Minas da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social – está bem documentada. A data da criação da entidade é informada com precisão por Bomfim (2004a, p. 35): 28 de setembro de 1985, uma ensolarada manhã de sábado. Presentes no encontro: Elizabeth de Melo Bomfim, Marcos Vieira-Silva (o Marquinhos), Stella Brandão Goulart, Sérgio Laia, Marília Novais da Mata Machado e Cornelis van Stralen (Bomfim, 1986; Bomfim, 2004b).

Dentre esses “fundadores”, Marquinhos teve o papel central: participou da concepção da ABRAPSO Nacional antes que ela fosse oficializada; foi vice-presidente da entidade, representando Minas Gerais, antes que a regional existisse, de fato, e cumpriu a função de vice-presidente muitas vezes. Vale lembrar que ele não foi o único a vivenciar essa condição. Foi acompanhado por Cesar Wagner, do Ceará, Leôncio Camino, da Paraíba, Roberto Mendoza, do Recife, entre outros, que também foram vice-presidentes eleitos antes da efetivação de suas Regionais.

Tudo começou numa conversa de Marquinhos, em Belo Horizonte, com Sílvia Lane, a principal articuladora da ABRAPSO Nacional e primeira presidente da Associação. Isso foi em 1979 (Vieira-Silva, 2019a). A convite do Conselho Regional de Psicologia, Lane deu uma palestra na Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte. Na plateia, estava Marquinhos, então professor na Escola de Serviço Social da PUC-Minas, membro da diretoria

da Sociedade Mineira de Psicologia, militante nos primórdios da luta antimanicomial, ex-monitor do Setor de Psicologia Social do curso de Psicologia da UFMG. Lane e Marquinhos se falaram e, a partir de então, mantiveram contatos constantes por muitos anos. Ele adotou, em seus cursos, uma bibliografia materialista histórica e dialética sugerida por ela: textos de Lane, Martin-Baró, Pichon-Rivière, Moffatt, entre outros.

Marquinhos esteve presente na assembleia que oficializou a criação da ABRAPSO Nacional, em 1980, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na UERJ. Foi também ele quem organizou, em julho de 1985, na 37ª Reunião da SBPC, um curso de Psicologia Social e Educação Popular em que alguns dos palestrantes eram (ou viriam a ser) membros diretores da ABRAPSO Nacional: Angela Caniato, então em seu segundo mandato (1982-1986), Elizabeth de Melo Bomfim, por duas vezes presidente (1987-1989; 1997-1998), Cornelis van Stralen (presidente entre 2003-2005). Por fim, Marquinhos esteve também presente na Assembleia Nacional da Abrapso, nessa mesma SBPC de julho de 1985, na qual foi prevista oficialmente a criação da Regional Minas. Ele escreveu: então, “já estávamos propondo o *Encontro Mineiro*” (Vieira-Silva, 1986, p. 6-7).

Realmente, nos dias 8 e 9 de novembro de 1985, aconteceu o I Encontro Mineiro de Psicologia Social, promovido pela Regional Minas, em parceria com o Setor de Psicologia Social da FAFICH-UFMG e com o Setor de Psicologia Social e Educacional da UCMG. No início, essas reuniões foram anuais. Depois, intercaladas com as nacionais. Agora, em 2021, com o atraso de perto de um ano devido à pandemia, realiza-se o 22.º encontro destes 36 anos da Regional Minas. Os últimos contaram com cerca de 600 participantes. Algumas cidades de Minas Gerais os receberam: Cambuquira, São João del-Rei (por cinco vezes), Uberlândia, Coronel Fabriciano, Juiz de Fora, Betim, além da capital, Belo Horizonte, que sediou onze encontros. Uma descrição de cada um deles pode ser lida no texto “Contando e recontando, vivendo e revivendo histórias da Abrapso Minas” (Viera-Silva, 2019b).

Quase todos os encontros deixaram registros em forma de anais, revista ou livro. De início, as edições eram feitas com recursos locais precários. O Departamento de Psicologia da UFMG bancou os *Anais do 1.º Encontro Mineiro de Psicologia Social* (1986), produzido quase que manualmente, num esforço de mais de um ano de trabalho. Foi tão pobre a edição que se percebeu, vinte anos depois, que esse primeiro trabalho merecia republica-

ção, o que foi feito, dessa vez, sob os auspícios da UFSJ (Encontro Mineiro de Psicologia Social, 2004).

Os *Anais do II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia Social* (1986) teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Embora simples, sua edição foi bem superior à do primeiro Anais. O Encontro foi aberto por Angela Caniato, que presidia a ABRAPSO.

Uma curiosidade marca os Anais do III Encontro Mineiro (1988): ele funciona simultaneamente como memória do evento e como um número da revista da Abrapso, *Psicologia & Sociedade* (é o Vol. 3, número 4, de março de 1988). Até então, a revista vinha sendo publicada na forma simples de um boletim. Naquele momento, a mineira Elizabeth de Melo Bomfim ocupava a direção nacional da ABRAPSO e encabeçava também o Conselho Editorial da revista da associação, junto a Marcos Vieira Silva e a Vânia Carneiro Franco. Foi principalmente graças a Vânia que foi obtido financiamento, para a publicação, junto à Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária da PUC-MG e à Sociedade Mineira de Cultura, sua mantenedora. Vânia era então professora de Psicologia Social tanto na UFMG quanto na PUC, além de vice-presidente da Regional mineira da ABRAPSO.

Outros cinco números de *Psicologia & Sociedade* foram publicados graças ao auxílio da PUC: o volume 3, número 5, de setembro de 1988; o volume 3, número 6, de novembro 1988/março 1989; o volume 4, número 7, de setembro de 1989; o volume 5, número 8, de novembro 1989/março 1990; o volume 6, número 9, de novembro 1990/ março 1991. Embora a própria numeração desobedeça aos cânones de publicação de periódicos, esses números de *Psicologia & Sociedade* representaram, em relação aos primeiros, um patamar superior para a revista. Eles foram feitos de forma um tanto amadora, mas com um enorme esforço. Podem ser encontrados na internet, no site da Abrapso Nacional no Núcleo São João del-Rei da ABRAPSO e no acervo do CDPHP – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia do LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ.

No editorial do volume 4, número 7, 1989, um dos publicados pelo Conselho Editorial da Regional Minas, lê-se:

O sétimo número de “*Psicologia e Sociedade*” acena a despedida da diretoria nacional – gestão 1987/1989 e responde como “Anais do IV En-

contro Nacional de Psicologia Social”. Durante dois anos e dois meses a diretoria procurou, com todo empenho e trabalho, contribuir para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil.

A ABRAPSO esteve, neste período, envolvida em mais de trinta eventos científicos, cresceu 800% o número de sócios, divulgou informações e publicou mais de 125 artigos nos números 3, 4, 5, 6 e 7 da revista (Bomfim; Vieira-Silva; Franco, 1989, p.7).

No volume 5, número 8 (1989/1990), há o artigo de Bomfim intitulado: *A Psicologia Social da ABRAPSO – comentários preliminares* (p. 219-225). São examinadas as publicações da revista e apontados os temas então predominantes: psicologia comunitária, movimentos sociais, saúde mental, saúde pública, identidade, educação, grupos, análise institucional, representação social, comunicação, metodologia, trabalho, esquizoanálise. A conclusão é a de que predominavam trabalhos junto a comunidades carentes, a minorias e a instituições totais (prisões e manicômios).

A revista *Psicologia & Sociedade* foi retomada em 1996, na PUC São Paulo, com o volume 8, número 1, tendo como editor Antônio da Costa Ciampa. Novamente, destaca-se a melhoria na qualidade da impressão, assim como a redução do amadorismo. A revista, em 2021, continua viva, tornou-se eletrônica e seu conselho editorial tem caráter nacional.

Por três outras vezes, a Regional Minas esteve à frente da ABRAPSO Nacional: na segunda gestão encabeçada por Elizabeth Bomfim (1997-1998), em outra encabeçada por Cornelis van Stralen (2003-2004) e na de Emerson Rasera (2016-2017).

A Regional conserva o hábito de registrar o seu trabalho, agora em forma de livros. O primeiro, *Horizontes Psicossociais*, foi organizado por Elizabeth Bomfim (1997), na ocasião vice-presidente na Abrapso. Foi fruto do IX Encontro Mineiro de Psicologia Social. O livro se abre com o capítulo de Garcia (1997), propondo a *clínica do social*, que ele define como sendo uma prática que reúne a acuidade da clínica, a atenção para a subjetividade de cada sujeito e um programa de ação política como prática cotidiana do cidadão.

Outro livro, organizado por Guerra, Kind, Afonso e Prado (2003), intitulado *Psicologia Social e Direitos Humanos*, foi fruto do XIII Encontro Mineiro de Psicologia Social promovido pela Abrapso-MG, em 2002. Esse livro traz o artigo vencedor do Concurso de Narrativas sobre a história da Abrapso em Minas Gerais, escrito por Ana Cláudia Castello Branco Rena (2003), então

aluna da PUC Minas de Betim. Além da manhã ensolarada de sábado, ela cita os primeiros professores de Psicologia Social dos cursos de Psicologia mineiros: Célio Garcia, Pierre Weil e Rui Flores. É um capítulo indispensável para os interessados na história da Regional. O livro de Guerra, Kind, Afonso e Prado (2012) mereceu uma segunda edição, dez anos após a realização do XIII Encontro.

Em 2003, Bomfim, Passos, Stralen e Vieira-Silva (2004) publicaram *Psicologia Social: Memórias, Saúde e Trabalho*, fruto do XII Encontro Mineiro de Psicologia Social, realizado em 2001. Uma seção do livro é dedicada a “Memórias e história” da Psicologia Social em Minas e no Brasil. Nela, estão os textos de Célio Garcia (2004) – *Psicologia Social em Minas* – em que o autor, primeiro professor de Psicologia Social do curso de Psicologia da UFMG, revela momentos importantes da disciplina; o texto de Marília Novais da Mata Machado (2004a) – *O setor* – capítulo que percorre a história do Setor de Psicologia Social da UFMG, de sua criação à entrada no século XXI; o texto de Elizabeth de Melo Bomfim (2004a) – *Psicologia Social no Brasil: memórias* –, no qual a autora relata sua história institucional como aluna do Setor, como professora da UFMG (quando então participa da criação da disciplina Psicologia Comunitária), como presidente da Abrapso Nacional, por duas gestões, como articuladora de diferentes regionais abrapsonianas no Brasil, como editora da revista *Psicologia & Sociedade*, como coordenadora do então recém-criado curso de Mestrado em Psicologia Social na UFMG e como presidente da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia); o texto de Marcos Vieira Silva (2004) – *A construção de uma prática de paixão pela Psicologia Social* –, em que o autor rememora, com afeto, sua formação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 2006, foi publicada, pelo Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da UFSJ, e pela Regional Minas da ABRAPSO, a coletânea *Psicologia Social e Políticas Públicas - Saberes e Práticas Psicossociais*, organizada por Silva, Sant’Ana, Franciscatti e Afonso e resultante do XIV Encontro Mineiro de Psicologia Social, realizado em São João del-Rei, em novembro de 2004. São dois os focos principais abordados em um conjunto de 15 artigos e uma apresentação: os vinte anos de história da produção de uma Psicologia Social Abrapsiana em Minas Gerais e as articulações desta produção com as recentes Políticas Públicas de Atenção Psicossocial.

Como fruto do XV Encontro Regional da Abrapso-Minas, Mayorga e Prado (2007), numa primorosa publicação da editora Autêntica, lançaram *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. No que concerne ao objeto deste trabalho – a memória da Regional Minas da Abrapso – destaca-se, no livro, o capítulo de Moreira (2007, p. 55) que versa sobre as múltiplas “possibilidades de tratar a história da psicologia social e suas mudanças de direção ao longo do tempo”.

Como resultado do 16.º Encontro Regional da Abrapso Minas, realizado em Uberlândia, em 2008, há o livro organizado por Mayorga, Rasera e Pereira (2009), *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos*, publicado pela Editora Juruá. Dividido em duas partes, o livro apresenta, em torno do tema central do encontro, construções teóricas e trabalhos de pesquisa e intervenção.

Mais recentemente, as publicações têm sido feitas de forma eletrônica. Assim, como resultado do XIX Encontro Mineiro, realizado em 2014, em Betim-MG, há o livro *A política no cotidiano: Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social*, organizado por Rena, Viana, Gonçalves, Ramos e Machado (2016), e publicado pela Abrapso Editora. Assinalando que o ano de 2014 correspondia ao 50º aniversário do golpe que implantou no Brasil a ditadura de 1964-1985, quatro capítulos homenageiam colegas psicólogos mortos e perseguidos pela ditadura. Outros quatro discutem a situação da Psicologia Social na contemporaneidade, especificamente questões de formação, práticas de extensão, atenção primária à saúde mental, atuação em centro de referência de assistência social. Dois capítulos revisitam o movimento feminista dentro da Psicologia Social, um estabelecendo o marco histórico de seu início nos anos 1970 e outro tratando do movimento das prostitutas, que se tornava mais sintonizado com o feminista. Finalmente, três capítulos discutem o tema dos direitos humanos e sexuais. O livro é dedicado à memória do colega mineiro Marcus Vinicius de Oliveira Silva e o homenageia. Militante dos direitos humanos e da preservação ambiental, Marcus Vinicius foi assassinado quando se dedicava a trabalhos de mediação e de defesa de quilombolas e indígenas.

O XX Encontro Regional da Abrapso Minas, realizado em 2016, em São João del-Rei, gerou o livro eletrônico *Democracia, política e Psicologia Social: rupturas e consolidações*, organizado por Vieira-Silva, Vecchia, Paiva, Cardoso, Mazini e Machado (2017).

Finalmente, dois livros resultaram do XXI Encontro da Abrapso Regional Minas: *Histórias da Abrapso*; (Lima; Cardoso; Marra; Machado; Lino, 2019a), e *Psicologia Social Crítica: Tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso* (Lima; Cardoso; Marra; Machado; Lino, 2019b), ambos publicados pela Abrapso Editora. Em 2021, numa conversa *on-line* em que se comemoravam os 40 anos da Abrapso Nacional, ao lado de outros “abrapsonianos históricos”, Marquinhos afirmou que, em Minas Gerais, a Psicologia Social sempre foi muito forte.

Este é também o parecer de Maria Ignez Costa Moreira, a Pitucha, no texto “*Nossas histórias abrapsonianas*” (Moreira, 2019). No centro de suas lembranças, está a atmosfera do Setor de Psicologia Social do curso de Psicologia da UFMG que, de certa forma, a levou a militar, em 1977, em prol da reabertura da UNE (União Nacional dos Estudantes), fechada desde 1964; a batalhar contra um currículo nacional único de Psicologia, cientificista e conservador; a participar de um movimento auto gestorário que subverteu todo o curso de Psicologia na UFMG. Veja-se um trecho do capítulo de Pitucha, referindo-se a seu tempo de estudante:

Quando, em outubro de 1978, chegamos em Ribeirão Preto (SP) para a VIII Reunião da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto e para o II Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia – Enep [...] levávamos em nossas bagagens as experiências cotidianas vividas na Fafich [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG], a nossa posição política contrária à da Psicologia Experimental de tradição norte-americana, adotada pela Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Tal posição estava sendo defendida como eixo para a implantação do novo currículo único de Psicologia. Tínhamos, então, duas discordâncias: a decretação de um currículo único e o teor cientificista na formação em Psicologia.

[...] A Psicologia Social [...] praticada [no Setor] era guiada por princípios políticos e éticos que foram fundamentais na minha formação como psicóloga social, professora e pesquisadora.

[...]. Foram também significativos os estágios [...] realizados nas periferias de Belo Horizonte ou em projetos executados nas cidades do norte de Minas ou do Vale do Jequitinhonha [...] (Moreira, 2019, p. 99-100).

Todas essas vivências foram anteriores à criação da Abrapso e pavimentaram o caminho que nos levou, e aqui me refiro ao grupo de Belo Horizonte, a participar ativamente da fundação da Abrapso. [...] nossas experiências [foram] fortemente marcadas pela Psicologia Social crítica no curso de Psicologia da UFMG [...] (Moreira, 2019, p. 102).

O Setor de Psicologia Social foi criado por Célio Garcia, que o coordenou entre 1963 e 1977. Célio tinha formação psicanalítica e contatos estreitos com os psicossociólogos franceses. Ele foi responsável por trazer ao Brasil, em missão cultural, entre 1968 e 1973, Max Pagès, o autor de *A vida afetiva dos Grupos*, publicado pela Editora Vozes, lido por gerações de psicólogos sociais; trouxe também André Levy, responsável pelo principal manual francês de Psicologia Social e com diversos artigos e um livro traduzidos no Brasil; trouxe Roger Lambert, experimentalista do Laboratório de Psicologia Social da Sorbonne; e, ainda, Georges Lapassade, o criador da análise institucional, também com vários livros traduzidos para o português; e Michel Foucault, que dispensa maiores apresentações.

Em entrevista concedida a Abreu (2012, p. 23), Garcia disse: “O Setor não era teórico, era prático, era criativo, era político”. Existe vasto material escrito sobre ele, o que não demanda, aqui, mais informações. Artigo recente de Abreu e Vilela (2021) – *Dos primeiros passos da Psicossociologia no Brasil: o Setor de Psicologia Social da UFMG* –, recém publicado em *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, traz informações precisas sobre o que se ensinava, se fazia e se criava no Setor. Os primeiros programas de curso (Machado, 2012, p. 238) usaram como referência autores norte-americanos, franceses, ingleses, iugoslavos e argentinos. Nas bibliografias constam mais de 100 títulos.

Convém lembrar que o primeiro curso de Psicologia do estado de Minas Gerais foi o da Universidade Católica, hoje PUC Minas, iniciado em 1959, antes mesmo da regulamentação, em 1962, da profissão do psicólogo. O curso da Universidade Federal veio a receber sua primeira turma quatro anos depois da PUC, em 1963. Alguns professores lecionavam nos dois cursos, o que criava uma série de afinidades entre as duas instituições, como se viu na gestão entre 1986 e 1990, da revista *Psicologia & Sociedade* e na criação da Regional Minas da ABRAPSO.

No ensino da Psicologia Social, as duas escolas sempre deram muita atenção à prática profissional. Algumas palavras-chave do campo dessa disciplina descrevem o ensino e a produção bibliográfica gerada: dinâmica de grupo, psicodrama, psicologia comunitária, pesquisa participante, autogestão, pesquisa-ação, trabalho social, reforma psiquiátrica, movimento antimanicomial, cidadania, oficinas, intervenção psicossociológica, análise institucional, socioanálise, grupo operativo, sociologia clínica, análise do discurso, pesquisa-intervenção, esquizoanálise, esquizodrama, clínica do social, mediação de conflitos.

A Extensão Universitária e a Pesquisa sempre estiveram fortemente presentes. Atividades práticas transpunham a sala de aula e chegavam a vários outros conjuntos sociais: instituições de ensino, do pré-primário à educação superior, hospitais, empresas, prisões, penitenciárias, manicômios, favelas, movimentos sociais, meios religiosos e militares. Mais recentemente, chegam aos CRAS e CREAS – centros de referência de assistência social, às ILPIs – instituições de longa permanência para acolhimento de idosos, cooperativas, consultórios de rua, centros de apoio psicossocial, associações diversas.

Como se vê, tanto no ensino e na pesquisa, como na prática profissional, tudo está bem distante do dispositivo experimental de pesquisa em laboratório, substituído, nos cursos de Psicologia das duas primeiras escolas mineiras, por práticas psicossociais, terapêuticas, às vezes psicanalíticas, com grupos, organizações e instituições concretas. Contudo, os mineiros não ignoraram o trabalho norte-americano, como descrevem Abreu e Vilela (2021), referindo-se ao Setor de Psicologia Social da UFMG. O mesmo vale para as práticas dos outros cursos locais, quase sempre próximos, inclusive graças à Abrapso.

Contudo, apesar do seu perfil prático/político, o Setor de Psicologia Social entrou na mira do semi-secreto *Comitê Transnacional de Psicologia Social* que mirou também quatro outras universidades brasileiras que, em 1968, receberam a visita de Leon Festinger, professor e pesquisador norte-americano, naquele tempo muito conhecido, dada a sua teoria da dissonância cognitiva, geradora de numerosos experimentos e teorizações. Acompanham-no Lanzetta e Hereford. No Rio de Janeiro, estiveram na PUC e visitaram a UFRJ; em São Paulo, apareceram na USP e na PUC-SP. Esses encontros foram, respectivamente, com Aroldo Rodrigues, Schneider, Angelini e Lane. Na UFMG, estiveram com Célio Garcia, Pierre Weil, Fernando Correia Dias e toda a equipe do Setor de Psicologia Social.

Graças a essa missão norte-americana, o setor foi contemplado com contatos com a Ford Foundation, que concedia bolsas de estudo e estimulava, em nome de uma postura desenvolvimentista, encontros presenciais em universidades norte-americanas (Machado, 2012, p. 233).

No final da missão brasileira, o Comitê Transnacional escolheu, como interlocutor predileto no Brasil, Aroldo Rodrigues, da PUC-Rio, experimentalista cognitivista, portador de diploma de doutorado norte-americano. Rodrigues acabara de criar o primeiro mestrado em Psicologia Social no país.

A visita de Festinger, Lanzetta e Hereford ao Setor de Psicologia Social está registrada no livro, ainda sem tradução para o português, de Moscovici e Marková (2008, p. 183): *A produção da Psicologia Social Moderna: a história oculta de como uma ciência social internacional foi criada*, livro inteiramente dedicado ao ativismo do Comitê Transnacional.

A postura metodológica desse comitê, nas antípodas da Abrapso e do setor, está clara desde o prefácio do livro:

A característica essencial da Psicologia Social tornou-se o experimento. De fato, a ênfase no experimento simbolizou o contraste entre a nova e a antiga corrente psicossocial.

[...] parte da atividade do psicólogo social foi dedicada à repetição de estudos e à comparação dos resultados obtidos em diferentes países (Moscovici; Marková, 2008, p. xi-xiii).

O objetivo do Comitê, segundo Moscovici e Marková (2008), era o de “estabelecer uma Psicologia Social internacional” (p. 3) e “estimular e promover comunicação e colaboração entre psicólogos sociais em diferentes partes do mundo” (p. 26). Além disso, “parte do esforço norte-americano envolveu reforçar uma ciência social não marxista na Europa Ocidental” (p. 6). Sem dúvida, este era o ponto principal da missão: um esforço, durante a Guerra Fria, de induzir cooperação e colaboração entre norte-americanos, europeus e latino-americanos. Para tanto, por meio de experimentos, testavam hipóteses.

As histórias do Setor de Psicologia Social (e, conseqüentemente, da regional mineira abrapiana) e a da própria Abrapso, em seu nascedouro, cruzaram-se com a do Comitê Transnacional que atuou entre 1964 e 1980 (coincidentemente, durante boa parte da ditadura no Brasil (1964-1985), situação política inteiramente ignorada pelos psicólogos sociais norte-americanos e europeus. Mas foi graças, justamente, à ditadura que foi necessário criar a Abrapso, como já nos lembrou Sílvia Lane (1992).

Célio Garcia (2004) relembra um dos momentos em que as histórias do Comitê Transnacional e do Setor de Psicologia Social se encontraram. O caso ilustra as artimanhas brasileiras para lidar com o imperialismo norte-americano, o que, evidentemente, não se aplica mais na terceira década do séc. XXI, quando as trocas se tornam mais explícitas e, talvez, mais virulentas. Segundo Célio, na quadra 1964-1968, o setor foi convidado a ir ao Chile para um seminário organizado por um “Comitê de Psicologia Social Latino Ame-

ricano, fortemente patrocinado pelas fundações norte-americanas” (p. 11), realizado na Universidade de Santa Maria, no Chile.

Fiquei no grupo onde estava então o professor Morton Deutsch, pessoa muito simpática; várias vezes a gente tomou um chopinho junto, ou bebeu um vinho chileno, mas havia uma tensão, um descompasso. [...] o professor Deutsch queria que nós estudássemos cooperação e competição. Meu companheiro de pesquisa era um mexicano. O que nós fizemos? Fomos estudar um pequeno projeto, que punha em pauta uma população mexicana que queria vender produtos para os Estados Unidos e só levava a pior. Para nós era essa a questão, não é? (Garcia, 2004, p. 11-12).

Deutsch era um experimentalista cujo tema principal era, no momento, justamente cooperação e competição. É possível que Moscovici e Marková também fizeram de conta que embarcavam nas tramas “cooperativas” do Comitê Transnacional, pois, no final do livro, criticaram contundentemente o experimento de laboratório como definidor da disciplina Psicologia Social. Argumentaram que a disciplina se distanciou, com isso, da realidade e do senso comum e perdeu terreno para outras áreas da Psicologia. Finalmente, afirmaram que o “método experimental se tornou o bode expiatório [...] de tudo o que parece estar errado na Psicologia Social” (Moscovici; Marková, 2008, p. 260).

A primeira autora deste artigo, de certa forma, também caiu, por imprevidência, nas malhas do Comitê, reproduzindo no Brasil um experimento de Deutsch, Epstein, Canavan e Gumpert (1967). Tratava-se de um estudo sobre os efeitos da cooperação e da competição (Moura Campos [hoje Machado]; Rodrigues, 1971). Ela cursava, então, o Mestrado em Psicologia Teórico-Experimental da PUC-Rio, orientada por Rodrigues, que se empenhava na reprodução de diversos experimentos realizados pelos membros do Comitê Transnacional, muitos deles apresentados no livro *Psicologia Social* (Rodrigues, 1972). A hipótese subjacente era a de que, dessa forma, seria possível conhecer e eliminar conflitos, além de gerar cooperação.

Sempre com base no livro de Moscovici e Marková (2008), mas não apenas, conhece-se o destino final do Comitê Transnacional no que diz respeito à América Latina. Ele criou, em 1968, um grupo composto por oito latino-americanos e três membros do próprio comitê, Rodrigues entre eles. Numa conferência no México, em janeiro de 1969, este grupo ficou sabendo que, em abril do mesmo ano, no Uruguai, haveria um Congresso da Socie-

dade Interamericana de Psicologia (SIP). O Comitê Transnacional planejou, então, um dia para a Psicologia Social nesse congresso. Para tanto, criou o *Comitê de Psicologia Social Latino-Americano*, formado por quatro pessoas, incluindo Rodrigues, e conseguiu que esse pequeno grupo fosse eleito por seus pares no Uruguai. Tudo parecia se passar tal como planejado pelo Comitê: ocorreu, na sequência, o encontro no Chile, já mencionado anteriormente neste escrito, quando o Setor de Psicologia Social da UFMG foi representado por Célio Garcia. O encontro teve como professores os norte-americanos Berkowitz, Deutsch e Gerard e o chileno Ramallo. Rodrigues secretariava.

Em agosto de 1973, Rodrigues relatou, por carta a Festinger, que, num recente encontro na Colômbia, com a presença de 16 psicólogos sociais latino-americanos, o nome *Comitê Latino-americano de Psicologia Social*, convencionado pelo Comitê Transnacional e tendo Rodrigues como presidente (substituindo o chileno Ramallo), havia sido trocado para *Associação Latino-Americana de Psicologia Social*, Alapso (Moscovici; Marková, 2008, p. 194). Entretanto, a Alapso, criada em um Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), estava ativa desde o início dos anos setenta. Esse episódio explicita a cisão entre os psicólogos sociais latinos.

Em setembro de 1973, ocorreu o golpe de estado no Chile. O Comitê Transnacional preocupou-se com o destino de Ramallo, assegurando-lhe ajuda, mas jamais se atentou para o caso brasileiro, então na fase mais penosa da ditadura: foi justamente em 1972 e 1973 que o maior número de oponentes do regime militar foi assassinado pelos órgãos de segurança do país, episódio longe dos olhos e das inquietações do Comitê Transnacional. A abertura gradual, lenta, do regime ditatorial no Brasil fez-se sentir apenas após 1978/1979 e incidiu sobre a Psicologia Social:

Em julho de 1979, em Lima, Peru, no Congresso da SIP, surgiu a ideia de construir uma Associação Brasileira de Psicologia Social. Alberto Abib e Silvia Lane estavam lá e representavam a vontade e a possibilidade de dar vida a um projeto latino-americano: criar associações nacionais de psicologia social nos países da América Latina (Lane; Bock, 2003, p. 146).

Nesta época, Rodrigues já estava pressionado por uma associação que presumivelmente ajudara a criar – a Alapso – e com a qual não pactuava. Finalmente, ele rompeu (ou teve que romper) com ela. Isso foi em setembro de 1979, no início da abertura política no Brasil, em encontro da Alapso em

São Paulo, no qual decidiu-se criar a Abrapso. Lane e Bock (2003), em poucas palavras, relatam o momento: “O prof. Aroldo Rodrigues, representante de uma posição contrária, retirou-se do encontro” (p. 147).

De seu lado, Lane já tinha larga experiência como membro e dirigente de associações científicas e docentes: participara de diretoria de faculdade (1973-1974), coordenadoria de curso (1975-1977), tesouraria regional da ALAPSO (1977-1980), comitê gestor da divisão de Psicologia Comunitária, também da ALAPSO (1978-1982). Em 1980, fundou a ABRAPSO e foi a sua primeira presidente. Estas informações foram obtidas no periódico *Psicologia & Sociedade*, v. 19, Edição Especial 2, 2007, sob o título “*Cronologia*”. Este volume foi inteiramente dedicado a Sílvia Lane, a “grande dama da Psicologia Social”, falecida em abril de 2006.

A Abrapso e, de maneira especial, sua seção mineira continuam crescendo. Cada vez mais, deixam claro a que vêm: constroem uma Psicologia Social crítica e plural. Estão atentas aos excluídos – indígenas, negros, mulheres, LGBTQIA+, para incluí-los socialmente. Distinguem-se na defesa da diversidade, na rebeldia, na busca pela multiplicidade, na defesa da natureza. Rebelam-se contra o autoritarismo e o patriarcalismo. Continuam a gostar da pluralidade, da imprevisibilidade, da incerteza, da imprevidência, da contradição, da complexidade. Basta atentar para a nomeação de seus dois últimos eventos: “*Psicologia Social Crítica: Tecendo redes e articulando resistências em tempos de retrocesso*” (Belo Horizonte, 2018); “*Ser-tão crítico na Psicologia Social: produzindo vozes em tempos de necropolítica*” (Montes Claros, 2021 – encontro remoto).

Cabe ressaltar ainda um aspecto sempre presente na trajetória da ABRAPSO Minas: suas parcerias com universidades e instituições sociais diversas na construção de estratégias de produção de conhecimento e consolidação de práticas de ação na busca de uma sociedade mais crítica e transformadora. Projetos e Programas de extensão, pesquisa e ensino, tanto de graduação quanto de pós-graduação têm forte presença como práticas cotidianas desenvolvidas a partir dessas parcerias envolvendo docentes, membros de Núcleos e Regionais da Associação, participantes de movimentos sociais e de órgãos públicos ligados direta e indiretamente à saúde, educação e desenvolvimento social. Projetos de pesquisas comuns, publicações conjuntas, bancas de avaliação de trabalhos de graduação, mestrado e doutorado se tornam atividades cotidianas.

Vale dizer que isso não é privilégio apenas da Regional Minas, mas é uma característica fortemente presente em sua trajetória, desde os primeiros anos de sua constituição, até os dias atuais.

À guisa de considerações finais, um aposto

A bela história da Regional Minas da ABRAPSO, como se viu, plenamente articulada à história da entidade em âmbito nacional, traz muitos exemplos do processo de construção e militância que marca a Psicologia Social em Minas e no Brasil.

Cabem aqui algumas observações de quem vem de fora, considerando que uma das autoras testemunha esse processo a partir de São Paulo. E percebe-se, nessa mirada, muitos aspectos que revelam essa ABRAPSO construída a partir de e com Silvia Lane. No livro da Coleção Pioneiros da Psicologia, do CFP, sobre Silvia Lane, escrito por Bader Sawaia, encontramos, no item sobre a Abrapso, uma frase que sintetiza duas ideias importantes de Silvia Lane sobre a associação:

[...] pode-se afirmar que a ABRAPSO está cumprindo a função que Silvia lhe projetou: a de ser uma associação com potencial democratizador da academia, no sentido de “dar o saber a quem de direito” e com qualidade de ser uma “identidade de diversos” (Sawaia, 2002, p. 68).

Pode-se dizer que essas duas características estão presentes nesses 40 anos de história e articulam a Regional de Minas a propósitos fundamentais presentes na Abrapso desde sua criação. O desenho da entidade, por meio das regionais, já revela uma preocupação, um modo de pensar a produção acadêmica e sua difusão, aliadas à participação e organização. Elementos fundamentais para se ter uma entidade com atuação crítica que estão lá, desde a criação da Abrapso, revelando essa maneira de se entender a academia e a produção científica e tão bem sustentada pela Regional Minas.

Essa perspectiva democrática é um dos legados de Silvia Lane, completamente impregnada na Psicologia Social presente na ABRAPSO, uma marca de Silvia Lane que se espalhou por esses coletivos todos, produzindo práxis no fazer acadêmico, a qual se concretizou também na sua militância na Abrapso, na forma como concebeu a entidade, com ênfase na participação, organização, democratização dos espaços e inclusão da diversidade.

A referência a Silvia Lane se dá sem qualquer intenção de produzir uma personificação indevida ou de desconsiderar a importante participação nessa história de tantas pessoas valorosas, porque lutadoras, como este texto evidencia. Ela mesma seria a primeira a apontar a importância da produção coletiva. Entretanto, seu lugar de liderança foi fundamental e, desde São Paulo, nosso testemunho e inserção têm total relação com essa nossa mestra.

É importante, dessa forma, reconhecer que Silvia era assim, democrática, e viveu assim sua vida acadêmica, democraticamente. Isso foi fundamental, permitiu avanços e aprendizados e mostra-se como uma possibilidade de resistência nestes tempos difíceis.

Basta lembrar que a ABRAPSO foi criada no contexto da ditadura, momento histórico de muitos limites e impossibilidades, de muitos silenciamentos e impedimentos. Um dos encontros que encaminharam a criação da ABRAPSO foi em São Paulo, no dia em que a ditadura assassinou Santos Dias (em outubro de 1979). Nesse contexto violento, autoritário e repressor, afirma-se uma forma de ser que se propõe a enfrentar essa realidade: uma entidade democrática, regionalizada, que possibilita organizar as pessoas em torno de um objetivo.

Esse aprendizado e esse caminho trilhado, tudo que se produziu dessa forma representa um saber que nos fortalece agora, nestes novos tempos sombrios, quando às velhas e fundamentais formas de opressão se somam outras, novas e mais contundentes. É fundamental, portanto, celebrar 40 anos de história de militância na construção de uma entidade democrática.

Essa perspectiva democrática tem pelo menos dois pilares que apareceram na história aqui narrada e que devem ser destacados. Um deles é a própria regionalização, que traduz o reconhecimento de que existem e devem ser incluídos e fortalecidos muitos coletivos, capazes de serem criativos, ainda que em torno dos mesmos propósitos que guiaram a construção da ABRAPSO. Representa a aposta na boa autonomia, aquela que se explicita ao mesmo tempo em que se articula. A história da Regional Minas, na sua relação com a ABRAPSO nacional, deixa isso claro.

Outro pilar, que está junto com esse, é a inclusão da diversidade, a diversidade mais diversa possível. Também essa forma de inclusão pudemos exercitar com Silvia e, a partir dela, em toda a construção da ABRAPSO. Silvia

era assim, acolhedora e capaz de incluir e juntar todos os que tivessem o mesmo propósito, mesmo que propondo caminhos diferentes, leituras teóricas diferentes, formas de compreender a Psicologia Social diferentes. Desde que o propósito, o objetivo final e a direção fossem comuns. Importante incluir em uma “identidade de diversos” as diferentes psicologias, mas também outras ciências, outras áreas de saber. Essa amplitude, essa abertura sempre foi uma marca da ABRAPSO, e isso é visível nos seus Encontros Nacionais e Regionais, parte deles referida neste texto. É um elemento que fortalece a Psicologia Social brasileira para o bom combate, de ideias e posições, o de garantir a presença, nos eventos da entidade, de uma diversidade de áreas, olhares, companheiros de vários lugares, o que só enriquece a produção e a luta.

Falta dizer, explicitar, outro pilar, aquilo que está subentendido, mas está presente desde o início. Esses princípios democráticos, essa forma de organização regionalizada, inclusiva e participativa, o reconhecimento e valorização da diversidade são aspectos que se aliam ao propósito de produzir uma psicologia social comprometida com a transformação social. É disso que se trata. A ciência que fazemos, a psicologia social que produzimos tem esse foco: construir um mundo melhor.

Isso sempre esteve presente no desenvolvimento da ABRAPSO, como atestam vários aspectos relatados na história da Regional Minas apresentada; seja na definição de temas de debates e encontros, seja nos posicionamentos da entidade, ou ainda nas publicações, foi ficando sempre evidenciado o foco na produção de uma Psicologia Social capaz de responder às demandas da realidade brasileira, no sentido da superação das desigualdades e opressões. É interessante, nesse sentido, observar como as práticas e pesquisas inovadoras, que representavam uma ruptura com uma Psicologia Social universalizante e que não considerava o contexto histórico, como essas práticas e saberes foram sempre acolhidos na ABRAPSO. Foram acolhidos, ganharam reconhecimento e divulgação, se consolidaram nos espaços organizados da Psicologia e se transformaram juntamente com as transformações conquistadas. Assim é, por exemplo, que observamos práticas e saberes da Psicologia Social Comunitária se consolidarem e estarem hoje presentes nos espaços de atuação em políticas públicas, acompanhando o movimento de inserção da Psicologia nos espaços de garantia de direitos (Gonçalves, 2010; Swartman; Galeão-Silva, 2016).

Na mesma direção, de assumir a posição de reconhecer nossa realidade e produzir uma Psicologia Social que contribua para sua transformação, é que a perspectiva de ampliar o foco para uma Psicologia Social latino-americana se deu e esteve presente em várias iniciativas, algumas também aqui relatadas, mas a articulação latino-americana deveria ser pautada pelas necessidades da realidade social e histórica da América Latina. E foi essa que vingou. Pensando assim, a importância da criação da ABRAPSO e seu fortalecimento, por meio das suas regionais, em especial a Regional Minas, fica evidenciada também por esse lugar junto à Psicologia Social latino-americana.

Uma retomada histórica e o registro das memórias relativas a um processo histórico devem ser valorizados e favorecidos. Como diz o poeta, “*A história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue*”. Não negamos a história, ao contrário, a valorizamos, recuperamos e divulgamos, aprendendo e transformando, sempre.

Referências

ABREU, Marcela Alves de. **Uma história do setor de psicologia social da UFMG: invenções, teorias e práticas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ABREU, Marcela Alves de; VILELA, Ana Maria Jacó. Desde os primeiros passos da Psicossociologia no Brasil: O Setor de Psicologia Social da UFMG. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200002. Acesso em: 03. jun. 2022.

BOMFIM, Elizabeth de Melo (Org.). **Horizontes Psicossociais**. Belo Horizonte: Abrapso Regional Minas, 1997.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. A Psicologia Social da Abrapso – Comentários preliminares. **Psicologia & Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 219-225, 1989/1990.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. O Encontro: Breve roteiro. *In*: Encontro Mineiro de Psicologia Social, 1, 1986, Belo Horizonte. **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social – Edição comemorativa dos 20 anos da Abrapso em Minas Gerais**. São João del-Rei: LAPIP/UFSJ, ABRAPSO, 2004b. p. 16-19.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. Psicologia Social no Brasil: memórias. *In*: BOMFIM, Elizabeth de Melo; PASSOS, Izabel Christina Friche; CORNELIS, Johannes Van Stralen; VIEIRA-SILVA, Marcos (Org.). **Psicologia Social: Memórias**,

saúde e trabalho. São João Del Rei: UFSJ, UFMG, Abrapso Minas, 2004a. p. 32-48.

BOMFIM, Elizabeth de Melo; PASSOS, Izabel Friche; STRALEN, Cornelis Jahannes Van; VIEIRA-SILVA, Marcos (Org.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2004.

BOMFIM, Elizabeth de Melo; VIEIRA-SILVA, Marcos; FRANCO, Vânia Carneiro. Editorial. **Psicologia & Sociedade**, n. 7, set. 1989.

BOMFIM, Elizabeth M. O Encontro: Breve roteiro. *In: Encontro Mineiro de Psicologia Social*, 1, 1986, Belo Horizonte. **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986. p. 8-10.

DEUSTCH, Morton; EPSTEIN, Yakov Michael; CANAVAN, Donnah; GUMPERT, Peter. Strategies of inducing cooperation: an experimental study. **Journal of conflict resolution**, v. 11, n. 3, p. 345-360, 1967. DOI: <https://doi.org/10.1177/002200276701100309>.

GARCIA, Célio. A Psicologia Social na cultura contemporânea: Práticas e Formação. *In: BOMFIM, Elizabeth de Melo (Org.). Horizontes psicossociais*. Belo Horizonte: Abrapso – Regional Minas, 1997. p. 7- 14.

GARCIA, Célio. Psicologia Social em Minas: memórias e história. *In: BOMFIM, Elizabeth de Melo; PASSOS, Izabel Christina Friche; CORNELIS, Johannes Van Stralen; VIEIRA-SILVA, Marcos (Org.). Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho*. São João Del Rei: UFSJ, UFMG, Abrapso Minas, 2004. p. 10-18.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Andréa Máris Campos; KIND, Luciana; AFONSO, Maria Lúcia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2012.

GUERRA, Andréa Máris Campos; KIND, Luciana; AFONSO, Maria Lúcia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

I Encontro Mineiro de Psicologia Social. **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social – Edição comemorativa dos 20 anos da Abrapso em Minas Gerais**. São João del-Rei: LAPIP/UFSJ, ABRAPSO, 2004.

II Encontro Nacional de Psicologia Social II Encontro Mineiro de Psicologia Social, 2, 1986, Belo Horizonte. **Anais do II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia Social**. Belo Horizonte: Fapemig, 1986.

III Encontro Mineiro de Psicologia Social. **Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social. Psicologias & Sociedade**. Vol. III, n. 4, março 1988. Belo Horizonte: Abrapso; Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária; PUC/MG. 1988.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Psicologia da Comunidade – história, paradigmas e teoria. *In*: Congresso de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social, 1, 1992, Belo Horizonte. **Anais do 1º Congresso de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 1992.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer; BOCK, Ana Mercês Bahia. Abrapso – Uma história da Psicologia Social enquanto práxis. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; ROCHA, Marisa Lopes da; MANCEBO, Deise (Org.). **Psicologia Social: Relatos na América Latina**. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2003, p. 145-155.

LIMA, Andréa Moreira; CARDOSO, Luiz Fernando Vianna; MARRA, Manoela Costa; LINO, Tayane Rogério. **Histórias da Abrapso**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2019a.

LIMA, Andréa Moreira; CARDOSO, Luiz Fernando Vianna; MARRA, Manoela Costa; LINO, Tayane Rogério. **Psicologia Social Crítica: Tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2019b.

MACHADO, Marília Novais da Mata. O setor. *In*: BOMFIM, Elizabeth de Melo; PASSOS, Izabel Christina Friche; STRALEN, Cornelis Johannes van; VIEIRA-SILVA, Marcos (Orgs.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2004a. p. 19-31.

MACHADO, Marília Novais da Mata. Formação e práticas psicossociais: tensões e descompassos. *In*: MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda **Gestão social, educação e desenvolvimento local: instrumentos para a transformação social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 231-251.

MAYORGA, Cláudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Org.). **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAYORGA, Cláudia; RASERA, Emerson Fernando Raser; PEREIRA, Maristela de Souza (Org.). **Psicologia Social: Sobre desigualdades de enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2009.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. A formação em psicologia social. *In*: MAYORGA, Cláudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Org.). **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 55-62.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Nossas histórias abrapsonianas. *In*: LIMA, Andréa Moreira; CARDOSO, Luiz Fernando Vianna; MARRA, Manoela Costa; LINO,

Tayane Rogério. **Psicologia Social Crítica**: Tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2019.

MOSCOVICI, Serge; MARKOVÁ, Ivana. **The making of modern social psychology**: the hidden story of how an international social science was created. Cambridge: Polity, 2008.

MOURA CAMPOS, Marilda; RODRIGUES, Aroldo. **Estratégias para induzir cooperação**: uma réplica experimental. Rio de Janeiro (*mimeo*), 1971.

RENA, Ana Cláudia Castello Branco. Psicologia Social em Minas Gerais: Percurso e Trajetória. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos; KIND, Luciana; AFONSO, Maria Lúcia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 279-284.

RENA, Luiz Carlos Castello Branco; VIANA, Francisco José Machado; GONÇALVES, Letícia; RAMOS, Ingrid Almeida; MACHADO, Marília Novais da Mata. **A política no cotidiano**: Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social. Abrapso Editora, 2016.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1972.

SAWAIA, Bader. **Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira**. v. 8. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2002.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária. **Revista Colombiana de Psicología** v. 25, n. 2, p. 331-349, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51980>.

VIEIRA-SILVA, Marcos. A potência do processo grupal. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 671-688, ago. 2019a. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p671-688>.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Contando e recontando, vivendo e revivendo histórias da ABRAPSO Minas. *In*: LIMA, Andréa Moreira; CARDOSO, Luiz Fernando Vianna; MARRA, Manoela Costa; LINO, Tayane Rogério. **Psicologia Social Crítica**: Tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2019b.

VIEIRA-SILVA, Marcos; VECCHIA, Marcelo Dalla; PAIVA, Fernando Santana; CARDOSO, Luiz Felipe Viana; MAZINI, Júlia Cabral; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Democracia, Política e Psicologia Social**: Rupturas e consolidações. Porto Alegre, Abrapso Editora, 2017.

VIEIRA-SILVA, Marcos. A construção de uma prática de paixão pela Psicologia Social. *In*: BOMFIM, Elizabeth de Melo; PASSOS, Izabel Christina Friche; STRALEN, Cornelis Johannes van; VIEIRA-SILVA, Marcos (Org.). **Psicologia**

Social: memórias, saúde e trabalho. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2004. p. 49 - 55.

VIERA-SILVA, Marcos. Andanças com a Psicologia Social – Caminhos e Dez caminhos ou Encontro e Dez encontros do 1º encontro Mineiro de Psicologia Social. *In:* Encontro Mineiro de Psicologia Social, 1, Belo Horizonte.

Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia Social. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da FAFICH/UFMG, 1986.

Capítulo 2

As políticas públicas na contemporaneidade e o avanço do neoliberalismo: desafios e possibilidades

Isa Magesti Corrêa Netto

Marcos Vinícius Thomaz

Danielle Abrantes Campos Lima

Introdução

Em períodos de crise, como a que se vive atualmente na sociedade contemporânea, é importante fazer o exercício de mergulhar em reflexões profundas sobre o pensar e o agir do ser humano sobre o mundo. Põe-se a necessidade de levantar discussões sobre os saberes e as práticas de construção do conhecimento, com vistas a buscar alternativas possíveis diante de situações extremas.

Situações essas que não são exclusividade da realidade brasileira, mas que, em uma perspectiva mais ampla, representam uma crise global do modo de produção capitalista e do neoliberalismo. Walsh (2013) aponta que se trata de uma crise civilizacional, fruto de um longo processo histórico de colonização. Refere-se, portanto, à falência de uma lógica de exploração da vida - que, no entanto, não acontece de maneira pontual, tampouco se refere a determinado período histórico. Muito além disso, consiste em um movimento processual e contínuo que ainda está em andamento.

A especificidade da realidade brasileira diante dessa crise está no fato de que a população encontra-se em meio a um processo de aviltamento da democracia, que se iniciou em 2016, com o golpe direcionado à ex-presidenta Dilma Rousseff - o qual produziu diversos desdobramentos, sendo que o mais trágico deles consistiu na tomada do poder por um governo que flerta com

o fascismo e tem anseios ditatoriais. Não por acaso, observa-se o avanço do conservadorismo e de ideais burgueses sustentados pela classe dominante.

Moreira e Passos (2018) colocam que o pensamento ultraconservador estrutura a forma como um determinado grupo pensa sobre si mesmo, sobre outro e sobre o mundo. Isto é, trata-se de uma perspectiva estruturante de um determinado modo de ser, pensar e agir, um ethos: o ethos burguês. Assim, tudo aquilo que se diferencia desse ethos ideal não pode e não deve sequer gozar do direito de existir. Logo, o diferente passa a ser temido, afastado, excluído e eliminado.

É nesse sentido que torna-se possível afirmar se tratar de uma crise de base colonial, entendendo a colonização enquanto um grande projeto de universalização que tem como objetivo a anulação de tudo e todos que se distanciam de um padrão tido como ideal (Almeida, 2018). E, nesse conservadorismo fundado na lógica colonial, tem-se as bases para o pensamento racista, misógino, homofóbico, transfóbico, manicomial e xenofóbico, de onde advém todo o discurso de ódio que vem permitindo ao (des)governo se manter no poder apesar dos movimentos e inclinações nefastas a partir dos quais se estrutura.

Os clamores advindos da elite política e econômica conservadora – mas não só dela – apontam para um estado mínimo com privatizações, desmonte das políticas públicas, negação dos direitos humanos e de justiça social. As violências de raça, gênero e classe que vêm se intensificando nos últimos anos, apesar de não serem uma novidade no cenário brasileiro, neste momento se (re)produzem, ganham força e são referendadas pelo Estado. Exemplo disso é que têm sido tomadas uma série de decisões políticas e institucionais que atingem grupos específicos, apresentando como resultado o encurtamento da vida e, inclusive, a produção de morte. E o que configura o conjunto de todas essas ações se não o que Mbembe conceituou como Necropolítica?

Mbembe (2016) partiu da noção Foucaultiana de Biopoder para pensar o conceito de Necropoder. O conceito aparece como uma ampliação das ideias de Foucault, a partir das relações entre Estado, cidadania e soberania. Compreendendo o biopoder como o domínio pelo qual se exerce o poder sobre a vida, Mbembe chamou a atenção para a dimensão em que se faz uso do poder para exercer o controle sobre a morte - já que, pelo poder, não se decide apenas quem pode viver, mas também quem pode e deve morrer.

Temos, então, aliado ao conceito de Necropoder, o conceito de Necropolítica, que se caracteriza como o gerenciamento de ações que subjagam determinados grupos a condições mortíferas. Isso como se, a partir da percepção da existência do outro como um inimigo, uma ameaça ou um perigo, o governo passasse a ter legitimidade e clamor social para o exercício do Necropoder. Isto é, não se trata de um poder concentrado somente nas mãos do estado, mas de um poder difuso, capilarizado, que se propaga e se exerce por diversas tecnologias e dispositivos.

Não por acaso, as políticas públicas e as ferramentas produtoras de cuidado e igualdade social aparecem como alvos prioritários dos desmontes que se apresentam no cenário atual, mesmo porque é justamente desses dispositivos que podem emergir as trincheiras de resistência e enfrentamento. Nesse sentido, apresentam-se a seguir discussões que permeiam o contexto das políticas públicas tanto no campo da saúde mental, quanto no contexto do sistema prisional brasileiro, apresentando suas especificidades, desafios e possibilidades.

Políticas públicas no campo da saúde mental

Historicamente, a loucura foi abordada nos debates acadêmicos a partir de perspectivas coloniais, que naturalizaram o fato de que o corpo considerado louco é preto e, na maioria das vezes, também é pobre. Sem demarcar que não se trata de mera coincidência ou aleatoriedade da natureza humana, mas de um projeto político-social devidamente planejado, a maior parte dos autores descreveu os sujeitos em sofrimento psíquico como figuras sem nome, classe, gênero e raça. Contudo, a realidade mostra que esses cidadãos sempre tiveram rostos, corpos e espaços simbólico-geográficos muito específicos.

Exemplos não faltam, basta analisar a cruel realidade dos manicômios brasileiros do século XX – instituições que, durante décadas, promoveram um holocausto dos indesejáveis à ordem capitalista, os quais sucumbiram de frio, fome, doença ou choque no interior daqueles espaços. No Hospital Colônia de Barbacena/Minas Gerais, maior hospício do Brasil onde a loucura dos chamados normais dizimou a vida de sessenta mil inocentes, cerca de setenta por cento das pessoas internadas não tinham diagnósticos de transtornos mentais (Arbex, 2013).

Mas, então, quem eram essas pessoas? A população violentada e morta entre os muros do Colônia foram os pobres, os negros, os epiléticos, os alcólatras, os homossexuais, as prostitutas, entre outros que se rebelavam ou se tornavam incômodos para alguém com mais poder. Esse foi o caso de Luizinho, retirado da casa de sua mãe aos dezesseis anos e encaminhado para Barbacena. O menino hospitalizado apenas por ser tímido se separou da família sem diagnóstico de loucura, embora não tenha sido difícil arranjar uma doença para ele. Qualquer moléstia mental serviria, afinal, o rapaz era filho da pobreza, como a maioria dos depositados nos manicômios do Estado (Arbex, 2013).

As mulheres que receberam esse destino foram as pobres, as negras, as que engravidavam antes do casamento, as que queriam se apropriar da vida pública ou assumir caminhos para além daqueles previstos nos padrões tradicionais. Essa foi a história de Geralda, empregada doméstica que, aos quinze anos, deu a luz a João dentro dos pavilhões do Colônia. A forma que o patrão encontrou de silenciar a menina que ele havia estuprado, quando trabalhava em sua casa, foi a internação em Barbacena, onde, mesmo grávida, ela tomou seu primeiro eletrochoque (Arbex, 2013).

Esse também foi o destino de Sueli, que em 1971 deu entrada em Barbacena, de onde só saiu morta em 2006. Dez dias depois de passar por um parto normal dentro do hospital, a recém-nascida Débora foi retirada à força de seus braços. “Pelo menos três dezenas de bebês nascidos no Colônia foram doados logo após o nascimento sem que suas mães biológicas tivessem a chance de niná-los” (Arbex, 2013, p. 122). Sueli, como tantas outras, passou o resto de sua vida procurando pela filha. Os prontuários do hospital mostram que, nos vinte e dois anos que se seguiram ao parto, todos os aniversários de Débora foram acompanhados de choros e crises.

Não é de se espantar que, depois de passar por tudo isso, muitas pessoas tenham, de fato, enlouquecido, finalmente fazendo jus à falta de diagnóstico inicial. “Dentro do hospital, apesar de ninguém ter apertado o gatilho, todos carregam mortes nas costas” (Arbex, 2013, p. 43). Para usar as palavras de Maria de Assunção Passos, diretora de uma residência terapêutica em Barbacena, onde hoje Luizinho e outros ex-pacientes do Colônia tentam construir uma nova história, “a dívida que o Estado tem com essas pessoas é incalculável. Elas foram privadas de conviver com seus parentes. A mãe de Luiz morreu sonhando em revê-lo. Como resgatar o sofrimento imposto por uma vida inteira?” (Arbex, 2013, p. 135).

Apesar dos danos irreparáveis causados, é preciso lembrar que o holocausto ainda não acabou. Os crimes se repetem e, ainda hoje, os campos de concentração vão além de Barbacena. O mecanismo estatal que dá aval às práticas manicomiais continua exercendo aquilo que Foucault já apontava na década de 70: legitimando gestão, encarceramento e assassinato dos corpos. Mas não de quaisquer corpos. Verifica-se, portanto, quais são esses corpos, pois “enquanto o silêncio acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie” (Arbex, 2013, p. 255).

Voltando-se para as problemáticas contemporâneas, a realidade não é muito diferente. O cenário criminoso e genocida é atualizado com outras roupagens – agora sob as vestes de uma violência mascarada e sutil, que passa despercebida, se não analisada de maneira crítica e cautelosa. Aqui, porém, não passará. Pesquisas recentes realizadas com base em prontuários médicos dos serviços de saúde mental demonstram que os perfis de diagnóstico e internação se mantêm nos anos 2000. Há um predomínio de pessoas pretas e pobres dando entrada nas instituições de atenção psicossocial e sendo internadas de maneira compulsória em espaços asilares denominados estrategicamente como “Comunidades Terapêuticas” (Pereira; Passos, 2017).

Nessas instituições manicomiais, baseadas em um conservadorismo de viés religioso, têm sido internadas também muitas pessoas que fazem uso de crack e estão em situação de rua. A (ausência de) coincidência é que tais internações se intensificaram nas capitais brasileiras a partir de 2011, justamente o ano em que essas cidades sediaram eventos aclamados pela burguesia higienista, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo e a vinda do Papa ao país. Essas medidas atuais e oficiais do Estado – com caráter eugênico, classista, racista e machista – reatualizam o cenário do início do século XX em que determinadas pessoas eram internadas por serem consideradas “desviantes” (Pereira; Passos, 2017).

O último exemplo a ser pontuado se refere aos manuais contemporâneos de classificação diagnóstica, utilizados pela medicina para delimitar e tratar os “transtornos mentais”. A listagem aparentemente neutra dos sinais e sintomas psiquiátricos no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) e no Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) também contém um viés racializado, classista e generificado. Pois, os transtornos não são

entidades metafísicas que existem em si mesmas, mas construções culturais que elegem padrões de normalidade de maneira acrítica, e bastante questionável, tendo como referência um grupo social privilegiado: a classe média branca americana (Pereira; Passos, 2017).

Políticas públicas no contexto do sistema prisional

Pensar as políticas públicas no sistema prisional é, sem dúvidas, uma tarefa difícil e desafiadora. Primeiramente, porque, quando se analisa o sistema prisional brasileiro, a ideia de fracasso parece ser intrínseca à própria condição dessa estrutura. Somado a isso, Allanic (2008) reforça que as políticas públicas são resultado do conflito de interesses entre instituições e atores, dentro e fora do Estado. Portanto, antes de discutir o sistema prisional e suas implicações, é importante situar a concepção de políticas públicas adotada nessa discussão, tendo em vista a realidade brasileira e as condições possíveis de implementação das políticas voltadas ao sistema penitenciário.

Constituindo-se como um campo de conhecimento voltado para o desenvolvimento de planos, ações, avaliações e pesquisas, as noções de políticas públicas são utilizadas para se referirem a medidas, propostas e ações do governo que objetivam solucionar problemas de uma determinada população. Dessa forma, por meio das dificuldades apresentadas pela sociedade civil, o governo é chamado a propor ações intencionais, com objetivos a serem alcançados, voltados a diversos atores e envolvendo, não só os processos de decisão e proposição, mas também se estruturando quanto à implementação, execução e avaliação (Brigagão; Nascimento; Spink, 2011).

Portanto, as políticas públicas se apresentam como ações do governo que necessitam de análise e avaliação para, futuramente, ser possível a verificação da possibilidade de manutenção de mudanças no curso dessas mesmas ações ou inações. Para isso, é necessária uma visão da questão como um todo. Em se tratando do sistema prisional e seus inúmeros problemas, bem como a ação da Psicologia junto às políticas públicas no contexto penitenciário, é preciso entender a problemática em sua totalidade.

Marcado historicamente por uma estrutura que reforça danos, dores e exclusão, o sistema prisional reforça a estigmatização do sujeito, na medida em que entende que a privação de liberdade se constitui como uma maneira eficaz de exercer controle sob comportamentos desviantes e indesejáveis

rotulados como “crimes” (Karam, 2011). Ainda segundo o autor, aliada à essa estigmatização, tem-se, ainda, a dor vivida por aqueles que sofrem à pena: o espaço limitado, os muros das prisões, a impossibilidade de ir a outros ambientes, de estar com quem/onde se deseja, a distância e separação da família e da sociedade, o isolamento, a perda de contato com experiências cotidianas da vida e tantas outras restrições que tangem à privação de liberdade e que produzem muito sofrimento, visto que a prisão estigmatiza, exclui e produz muita dor.

No relato abaixo, tem-se um fragmento de uma vida. O autor do relato - Patrício Sidney de Carvalho - representa tantas outras histórias que se encontram em privação de liberdade. Sua escrita é intitulada “Arrependimento” e soma-se a tantas outras histórias da obra *Corações Vermelhos*:

Eu estava lá na cela, sentado na jega, conversando com meus amigos. Simplesmente, senti meu Pai me dizendo assim: ‘Patrício querido: quero falar contigo. Você vai ter que descer para casa e salvar os teus filhos.’ Neste momento, pensei: ‘Por que eu pequei? Por que eu estava no mundo do crime se era uma vida triste? Por que eu não quis ouvir minha mãe? Ela sempre dizia: ‘Patrício, sai desse mundo que não traz coisas boas para você.’. Minha vida ficava cada vez pior. Perdi minha família por causa das drogas e fiquei sem saída. Sempre pensei que não tinha nada para contar, pois fico o tempo todo preso. Não vejo meus filhos crescerem, da vida deles eu não sei nada. Minha mulher ficou muito triste quando fui preso, mas não quis continuar comigo, me abandonou nas grades. Há pouco tempo, meu pai morreu. Não foi nada bom. E minha irmã não quer mais falar comigo. Essa é a minha história, uma história que eu não queria para mim. Apenas Deus está comigo na minha vida. Peço a Ele que proteja meus filhos porque ELE é pai para todos (Coração Vermelho, 2017, p. 12).

Ao ler um relato desses, que representa tantas outras histórias, de tantas outras vidas, é possível perceber que o sistema prisional é marcado pela inação de tantas Políticas Públicas. A pessoa em privação de liberdade é, não só, mas também, o reflexo de um fracasso de toda uma sociedade. Diante de um indivíduo privado de liberdade, identificam-se falhas em diversos espaços: instituição família, educação, escola, saúde, política e sociedade.

Assim, inegavelmente, tem-se uma grande problemática social. Os questionamentos frente a esta realidade são inúmeros: Quais são as Políticas Públicas voltadas para o Sistema Prisional? Onde estão as Políticas Públicas

que resguardam o respeito ao direito fundamental ao trabalho da pessoa presa e sua importância para diminuir as taxas de reincidência? Essas Políticas Públicas existem? E a resposta é: Sim, elas existem. A questão não é a falta de normatização das Políticas Públicas no contexto prisional, mas a sua não implementação, evidenciando que, quando se discute sobre essas políticas públicas, inevitavelmente, discute-se também sobre seu fracasso na prática.

Desde a década de 1930, houve um esforço para se estabelecer regras de execução penal que se atentassem aos direitos e deveres das pessoas presas no momento da execução de suas penas. Após inúmeras tentativas para um regramento nacional para a execução penal, foi aprovada, em 1984, a Lei de Execução Penal (LEP). Segundo Fonseca e Bonfim Filho (2019), o longo período de 49 (quarenta e nove) anos entre o primeiro (Código Penitenciário da República) e o último (LEP), evidencia o imenso descaso e indiferença quanto a um problema social tão sério e tão consolidado quanto a questão das condições das pessoas em privação de liberdade. Além da LEP, outras normativas foram elaboradas também com o objetivo de garantir os direitos fundamentais da pessoa presa: Constituição Federal, Direitos Humanos, Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, entre outras.

No entanto, os dados evidenciam outra realidade. O INFOPEN, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário, aponta que, em 2016, havia 368.049 vagas no sistema prisional e a população carcerária era de 726.712. Em 2018, o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões aponta que, em São Paulo, a cada 100 mil habitantes, 573 são homens ou mulheres que estão presos. Apenas 16% dessas pessoas trabalham dentro ou fora das prisões. Assim, na prática, os direitos fundamentais da pessoa presa são, claramente, negados, violados e subtraídos.

Entre as possíveis justificativas para o distanciamento entre o que se encontra nas regulamentações e a prática efetiva das políticas públicas no contexto prisional, pode-se citar a superlotação das unidades prisionais, a falta de servidores, as condições arquitetônicas precárias, a falta de apoio ao egresso do sistema penitenciário, bem como a visão distorcida de que a prisão é um espaço de vingança, e não lugar de reinserção social do indivíduo que cometeu um delito. Assim, a prisão fomenta mais um fracasso, destrói o que é humano, ao invés de dar novas condições sociais ao indivíduo que descumpriu normas.

Portanto, a sociedade, que “pediu ao Estado” uma ajuda para um problema social, não foi atendida. Como esperar da sociedade alguma

compreensão de que aquele que cumpre ou já cumpriu pena terá um retorno saudável ao convívio social se não houve no cárcere iniciativas ou condições para isso? O Estado, ao fechar as portas para o privado de liberdade e também para o egresso do Sistema Penal, demonstra claramente e admite que seu sistema de ressocialização idealizado, e insuficientemente efetivado, é ineficaz, inócuo e desacreditado até mesmo por aquele que o criou” (Fonseca; Bonfim Filho, 2019, p. 26).

Considerações Finais

Todas as situações mencionadas ao longo do texto evidenciam o papel que o Estado cumpre de isolar as pessoas “desviantes” em lugares distantes dos olhares da sociedade “normal”, seja por meio da hospitalização ou do aprisionamento. Em instituições manicomiais ou carcerárias, a reclusão da população negra em locais criados para depositar tudo aquilo que não se quer ver faz com que não se reconheça a humanidade plena desses corpos, passando a ideia de que se trata de corpos descartáveis.

A lógica manicomial, criada e legitimada no bojo do sistema capitalista, atua como mecanismo dessa exclusão, que afeta uma população específica. O sistema prisional, por sua vez, atua como uma instituição racial e classista, de forte caráter higienista, que também opera em favor da vida e emancipação de determinadas pessoas em detrimento da morte e opressão de outras.

Diante do exposto, cabe (re)afirmar que o mecanismo estatal que viola e mata determinados corpos em favor da vida e emancipação de outros se deve à uma lógica colonial, patriarcal, racista e classista que organizou histórica e estruturalmente a sociedade. São estes os elementos fundantes de um projeto de Brasil que, ainda que se diga ser para todos, concretiza-se para pouquíssimos. Apesar disso, a centralidade do homem branco, rico e heterossexual ainda não é devidamente marcada. E o que se defende aqui é, justamente, que se comece a marcar.

Não dá para lutar contra o que não se nomeia. “E não se pensa em saídas emancipatórias para problemas que nem sequer foram ditos” (Ribeiro, 2018, p. 124). Então, “é preciso nomear, ensinaram as feministas negras” (Ribeiro, 2018, p. 130). Mesmo porque a força das instituições está justamente em seu poder de naturalizar as violências e desigualdades

sociais, colocando-as como algo da ordem natural, e não da ordem de uma construção social. Por isso, é fundamental mencionar e problematizar tais questões, demarcando que, em uma sociedade profundamente excludente, foram construídas diferenças profundas e inquestionáveis – e que ignorá-las não ajuda a resolver o problema.

Portanto, para falar de políticas públicas, é importante partir das colocações de Foucault. É fundamental, também, convidar Mbembe (2016) para a conversa, de modo que se possa refletir sobre os corpos que propositalmente habitam as estruturas manicomialis e prisionais. Dessa forma, já que, nas organizações sociais capitalistas, heteronormativas e de supremacia branca, existem determinados marcadores sociais que se interseccionam potencializando violências estruturais, torna-se crucial inseri-los nos debates, questionando sempre sobre quais sujeitos estão sendo apontados.

Isso para que se possa localizar as violências estruturais que foram historicamente naturalizadas e enumerar as opressões de gênero, raça e classe que foram estrategicamente direcionadas. Ao considerar essas categorias como marcadores sociais que se interseccionam e atravessam todo o aparato manicomial-prisional, é possível afirmar que são inúmeras as variáveis que determinam o que é ser louco e detento na sociedade em que se vive.

Referências

ALLANIC, Louis. Políticas públicas de segurança: a questão do sistema prisional. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 246- 264, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRIGAGÃO, Jaqueline; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; SPINK, Peter Kevin. As interfaces entre Psicologia e Políticas Públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 37, n. 1, p. 199- 215, 2011.

CORAÇÃO VERMELHO. **CORAÇÃO**. São João del-Rei: UFSJ, 2017.

FONSECA, Vicente; BONFIM FILHO, Ernany. Políticas Públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário

brasileiro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 8, n. 1, p. e38421, 2019.

KARAM, Maria Lucia. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos**, v. 2, n. 2, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, v. 15, n. 32, p. 123–151, 2016.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; PASSOS, Rachel Gouveia. Luta antimanicomial, racismo e o avanço do conservadorismo em tempos “temerosos”. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 178–192, jan. 2018.

PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio De Janeiro: Editora Autografia, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2018.

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2013.

Capítulo 3

Desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero

Jaqueline Gomes de Jesus

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Marco Antonio Torres

Emerson Fernando Rasera

Introdução

Na sociedade contemporânea, o debate sobre sexualidade e gênero está inserido em um campo complexo, que abriga diferentes tendências e propostas. No contexto acadêmico, ele envolve várias disciplinas, das ciências médicas às jurídicas, passando pelo amplo leque das ciências humanas, com preocupações e conceitos específicos. No espaço político, entre afirmações e questionamentos, as disputas entre conservadores e progressistas ameaçam a multiplicidade das formas de definir e viver a sexualidade e o gênero.

Nas últimas décadas, esse debate tem ganhado uma relevância particular no Brasil, especialmente no que se refere à população LGBTQIA+¹ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e outras variações de gênero e sexualidade). De um lado, vemos uma ampliação dos estudos e pesquisas acadêmicas, a consolidação de periódicos, congressos e associações científicas, e o fortalecimento do movimento social e de organizações da sociedade civil que defendem a existência e os direitos das diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Por outro lado, mais recentemente, a proposição de projetos de lei, normativas e outros instru-

¹ O uso da sigla LGBTQIA+ responde à necessidade de nomear esse grupo que questiona as normas hegemônicas de gênero e sexo. Trata-se de uma escolha situada e temporária, baseada no reconhecimento de que é uma expressão que se transformou nos últimos anos, atravessada por negociações do movimento social, e que comportará provavelmente novas mudanças futuras.

mentos legais que buscam impedir a discussão sobre o tema em diferentes setores da vida social, a divulgação de *fake news* promotoras de um pânico moral, e o fechamento dos espaços de participação política e controle social em várias esferas governamentais, têm obstaculizado o reconhecimento dos processos sociais e históricos de normatização e hierarquização pelos quais parte da população é definida como um desvio, inferiorizada, discriminada e violentada (Facchini; França; 2020; Miskolci; Pereira, 2019).

É diante deste contexto que são demandadas novas reflexões, propostas e ações que contribuam para seu enfrentamento e transformação. É importante que a reflexão evite qualquer leitura homogeneizante da população LGBTQIA+ a partir de seres abstratos e de existências desencarnadas. Ao contrário, é central que se reconheça a diversidade interna a essa comunidade em termos de orientação sexual e identidade de gênero, bem como sejam considerados diferentes marcadores sociais como raça, geração e classe social, complexificando ainda mais a compreensão sobre essas (im)possibilidades de vida e a discriminação e opressão sofridas. Fundamental nesse processo é ouvirmos as vozes de pesquisadoras/es que explicitam a natureza corporificada, existencial e política da produção de conhecimento a partir da articulação de sua experiência pessoal e coletiva na reflexão e na proposição de novas formas de vida.

A partir dessas demandas e preocupações, o objetivo desse capítulo² é discutir alguns desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero, tais como: a) a reflexão sobre as trajetórias situadas de enfrentamento do racismo e da LGBTfobia de uma pesquisadora e ativista; b) a busca de uma ancestralidade travesti a partir das articulações entre orientação sexual e identidade de gênero no debate das relações étnico-raciais; e c) a importância do conhecimento vivo de denúncia e resistência produzido por pesquisadoras/es que se autoidentificam ou são identificadas como parte das minorias sexuais.

² Esse capítulo é resultado da mesa-redonda, com o mesmo título, realizada durante o XXII Encontro Regional da ABRAPSO Minas, com a organização e mediação de Emerson Fernando Rasera e participação de Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayera Gomes de Oliveira e Marco Antonio Torres.

Memórias de um lixo que pesquisa: embates e resistências acadêmico-políticas desde a periferia do capitalismo

Jaqueline Gomes de Jesus

Em “Como Eu Não Dancei” me propus a descrever, por meio de uma prosa poética, alguns momentos marcantes de minha infância e juventude, em formato de cordel. Daquele texto escaparam elementos que pretendo descrever aqui (sem forçar um rosário de lamentações), relacionados principalmente ao racismo e à LGBTfobia que me perseguiram ao longo de minha formação acadêmica. Não almejo engajar a pessoa leitora em uma dessas narrativas autocentradas que falaciosamente se declaram como automaticamente políticas, *egotrips* de certa parcela dos ativistas autorais que denominei de “eutivistas”, predominantes nas redes sociais, que geralmente servem para satisfazer a ânsias fetichistas de alguns.

Faço haurirem, neste breve relato, memórias de uma coletividade, ou memórias coletivas (Halbwachs, 1990), inseridas nas tramas interrelacionais que, por mais que partam de minha pessoa, com uma trajetória tão singular, não deixa de participar da experiência coletiva dos meus grupos de referência, enquanto uma pessoa negra oriunda da periferia e da população LGBTI+, uma mulher trans, depositária das ancestralidades negras e travestis que embatem por outras representatividades, através de meu corpo, pensamento e afetos, com diferenças e oposições (inclusive no sentido dado para a história por Paul Ricoeur (2004), em ambientes outrora renegados da educação formal, da ciência e da universidade: lembro de mim mesma enquanto uma forma de ligação (ou um *religere*) que propicia, por meio da minha escrita, e de sua leitura, uma prática coletiva para se refletir acerca da conjuntura, muito além de mim mesma. É tal concepção que politiza a presente escrita.

Posso dizer que meu primeiro embate acadêmico foi no ensino fundamental, no colégio particular de freiras onde eu sofria discriminação e as práticas persecutórias que hoje se costumam nomear pelo anglicismo “bullying”, com o aval dos professores e da direção. Eu nunca fui agredida fisicamente, mas sendo logo reconhecida como uma criança “transviada”, nos termos da época, sendo a única criança negra naquela instituição e desde cedo afirmando de público minha atração por garotos, praticamente todos os dias eu era alvo de chacotas dos meninos e geralmente era despida fora

dos muros da escola. Eles tinham um prazer especial em me ver nua. A única atitude do corpo docente e da coordenação pedagógica era me levar à psicóloga da escola, foi quando tive meu primeiro contato com a ciência-profissão que domino e também com os desenhos de árvore e da figura humana.

Seriam essas microagressões como as pontuadas por Nordmarken (2014)? Algo que eu sabia era que esse comportamento coletivo, associado ao silêncio da escola, falava muito, ainda mais para alguém como eu, que comecei a minha vida sexual aos doze anos de idade, com dois gêmeos negros da minha rua, e depois com os demais garotos, e que, portanto, sabia por experiência própria, na carne, o quanto era desejada de noite, nos quartos e becos escuros, pelos mesmos garotos que lavavam os carros dos pais durante o dia e espalhavam boatos pelo bairro de que eu pulava muros para ficar com todos.

Quando passei no vestibular, em 1996, para o curso de Química, um dos pais deles me perguntou se o meu pai, que trabalhava na universidade, “tinha arranjado a vaga para mim”. Por razões de falta de espaço, não vou me alongar em explicações sobre racismo, que, como ensinado por Mbembe (2018), projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois, enquanto manifestação de poder, expressa a necessidade de controle sobre os grupos vulnerabilizados por meio da ideologia de negação da humanidade, da dominação e da subjugação, a fim de manter hegemonias, em cada estamento social, que não prejudiquem o ideário da branquitude de que as pessoas brancas são os produtores de conhecimento e nós, os negros, ainda mais LGBTs, objetos sexuais para eles.

Ainda em minha breve passagem pela Química (mal entrei fiz logo o vestibular para Psicologia), lembro-me de ser indagada no ônibus que pegava de minha casa, a 30 quilômetros do campus, para assistir à aula, se eu não estaria disponível para trabalhar para traficantes.

Já na Psicologia, era comum ser apontada como aquela que, por me envolver com o movimento social LGBTI+, participando regularmente de reuniões de organizações não-governamentais (ONGs) e chegando a presidir grupos militantes, eu não poderia ser uma boa pesquisadora, porque “ativismo e pesquisa não se misturam, se você é engajada naquele, só pode ser fraca nesta”, disse-me um professor. Ao mesmo tempo, foi na biblioteca do grupo LGBTI+ que eu fui apresentada às minhas primeiras leituras sobre política, gênero e classe; foi por meio de iniciativas de ONGs que ministrei aulas

e oficinas sobre gênero e sexualidade em escolas e outras instituições, algo que era então ignorado na universidade.

Faço aqui um salto temporal, a partir de quando reconheci publicamente a minha transgeneridade, para refletir no quanto a estratégia objetiva de apagamento do pensamento que produzimos, do epistemicídio de que fala Sueli Carneiro, a partir de Boaventura de Sousa Santos, dialoga especialmente com o elevado consumo de pornografia relacionada aos corpos de mulheres trans e travestis, que não se torna paradoxal ante ao transfeminicídio, dado que ambas são práticas de objetificação: o consumo das imagens e dos corpos não é acompanhada, no mesmo ritmo, ou minimamente semelhante, à leitura e referência do que produzimos enquanto intelectuais e pesquisadoras trans. E a sua destruição, tidos como descartáveis, menos valiosos na economia dos afetos cisheteronormativa (Gaspodini; Jesus, 2020), reitera a visibilidade que a cisnormatividade tradicionalmente mantém, a qual reforça a transfobia, ao estereotipar certos lugares onde a população trans é vista.

No meu caso, comecei a dar aulas em faculdades particulares sem dificuldade alguma, como uma professora trans, logo que terminei o doutorado. Entretanto, até entrar formalmente em uma instituição pública como docente, fui reprovada em dezenas de seleções e estou certa de que não foi porque dominava pouco os conteúdos ou tinha baixo desempenho nas entrevistas. Em um desses concursos, vale comentar, até de forma anedótica, fui reprovada na prova escrita que tinha na bibliografia um livro do qual escrevi dois capítulos; em outro, a examinadora, uma professora universitária cis branca, pôs em dúvida até mesmo o meu conhecimento quanto às vidas de mulheres trans negras.

Temos resistido bravamente, especialmente nesse contexto violento em termos simbólicos, físicos e psicossociais que desafiam nossa sanidade, ao passo em que um dos estereótipos que costumam ser aplicados, particularmente às travestis, é a de serem violentas. Afirmo que as gerações que nos antecederam, inclusive pela total falta de apoio dos profissionais de saúde e em função de políticas públicas inexistentes para elas (educação e saúde), ou que existiam enquanto repressão e exploração (segurança pública), foram forçadas a desenvolver estratégias de autocuidado e ambientes de mínimo bem-estar, mesmo com inúmeras limitações financeiras e estruturais, e tendo que reagir energeticamente em várias situações, para que não desabassem de vez e não entrassem em surto.

Essa constatação foi reiterada em nosso estudo sobre saúde mental de minorias sexuais e de gênero, realizado em seis países de baixa e média renda (Brasil, Cambodja, El Salvador, Índia, Quênia e Vietnã), no qual observamos uma relação nefastamente sinérgica entre experiências de discriminação e violência com transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e suicidabilidade (Malta *et al.*, 2020).

Em consonância com nossas descobertas em Jesus *et al.* (2020), comparando as condições de vida e saúde mental de mulheres trans e travestis brasileiras e das hijras da Índia, concluo que essas minhas experiências, apesar de pessoais, convergem para a complexidade e diversidade cultural e étnico-racial das pessoas trans, especialmente no Sul Global.

Quando fui questionada por um colega pesquisador norte-americano sobre como eu tinha aprendido a dominar “tão bem o inglês”, era evidente para mim que a indagação, vinda de alguém que sabia que eu era uma doutora com pós-doutorado, não decorria de ignorância acerca de meu currículo, como costuma ocorrer no Brasil, tampouco só de uma perspectiva imperialista, mas, isso sim, do choque dos estereótipos de raça, gênero e classe com o meu corpo, de uma mulher negra, latino-americana e trans que pesquisava, analisava e publicava.

O lixo (referenciando-me aqui a Lélia Gonzalez), oriundo da periferia do capitalismo, não apenas fala, mas também produz conhecimento sobre o mundo acadêmico e suas políticas cada vez mais produtivistas, que só poderão manter alguma relevância quando pararem de desperdiçar as epistemologias e metodologias necessariamente criativas que produzimos porque, se não mantemos nossa excelência intelectual (sem qualquer autoindulgência), morremos: nosso pensamento de pesquisadores subalternizados é inescapavelmente insurgente.

Corpos e sexualidades transgressoras da diáspora negra: em busca de uma ancestralidade travesti!

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Ancestralidade negra não é cis! Nunca foi!

Neste texto, ancestralidade será tratada como conceito e como categoria de análise, pois tenho como objetivo problematizar a existência de

Pessoas negras que escapam às normas da cisgeneridade, tanto em África quanto em alguns países envolvidos na diáspora. Ao pensar a ancestralidade travesti, entendo que ela “está ancorada no corpo e na corporalidade” (Souza, 2008).

O reencontro com o passado, explica Muniz Sodré (1988), “só se dá na reconstrução da memória por um sistema de valores que coincide com o quadro social presente, ele próprio uma lembrança estável e dominante [...], mas aberto à indeterminação da realidade” (Sodré, 1988, p. 85). No caso de travestis negras, o quadro social do presente as coloca numa situação de isolamento, apartada da comunidade negra, bem como do movimento social de negras e negros.

O período colonial apagou, de forma muito eficiente, outras possibilidades de as populações negras se relacionarem com o gênero. “As categorias sociais de homens e mulheres foram inventadas e a história apareceu com o predomínio de atores masculinos. As atrizes estão praticamente ausentes e, onde são reconhecidas, são reduzidas a exceções” (Oyèwùmi, 2017, p. 153, tradução livre)³.

Eduardo Oliveira (n.d), ao discutir ancestralidade negra, coloca em debate questões que apontam para um quadro de acolhimento da diversidade em África, muito diferente das visões normalizadoras presentes na maioria dos estudos a esse respeito aqui no Brasil. A ancestralidade negro-africana, então, é diversa, pois diz respeito a uma multiplicidade de experiências, muitas, inclusive, ligadas ao campo do sagrado.

Em busca de uma ancestralidade negra travesti

Para buscar informações a respeito de uma ancestralidade negra travesti é preciso seguir os conselhos de Donna Haraway (1995) e estar atenta aos truques da normalização, que confundem, embaralham e distorcem nossa visão. Quando utilizo o vocábulo travesti, não ignoro o fato de que este termo não designa uma realidade em si, mas pessoas que são “produto” do vocabulário moral da modernidade, sendo um conceito tão histórico e socialmente construído como qualquer outro (Silva, 2007). Entre uma diversidade

³ Versão original: “Se inventaron las categorías sociales de hombres y mujeres y la historia apareció como el predominio de los actores masculinos. Los actores femeninos están prácticamente ausentes, y ahí donde se les reconoce, se les reduce a excepciones”.

de ancestrais travestis identificadas para a escrita deste texto, elenquei algumas. Todas, indistintamente, foram alvos de denúncias e condenações. A primeira dessas ancestrais travesti é Vitória.

Ronaldo Vainfas (2010) nos informa que Vitória era natural do Benim e, com aproximadamente quarenta anos, circulava em Lisboa com um “aventil de burel cingido e aberto à frente”, “gibão branco atado todo por diante”, paninho na cabeça, chapéu e outros adereços, [...] ao cair da noite assumia por inteiro a figura de mulher. Grande de corpo, imberbe e muito negro, transformava-se então na “negra Vitória” (Vainfas, 2010, p. 112. grifos meus). Em 1556, foi denunciada e presa, em Lisboa, pela inquisição.

No Brasil, a ancestral travesti mais antiga que se tem notícia em espaços urbanos também é africana, Xica Manicongo, uma escravizada que residia e exercia a função de sapateira em Salvador – BA. Classificada como “extravagante” por Vainfas (2010), Xica Manicongo fora denunciada duas vezes, em 1591, aos Tribunais do Santo Ofício, “de usar o ofício de fêmea nas relações que mantinha com outros negros” (Vainfas, 2010, p. 151) e “teimava em manter na Bahia o travestismo aceito em sua terra natal” (Vainfas, 2010, p. 111). Os códigos inscritos no corpo de Xica a colocava na mira da sociedade escravagista, e não da comunidade negra, situação similar vivenciada por outras travestis negras nos Estados Unidos da América no século XIX.

No verão de 1836, Mary Jones foi presa depois que um cliente – o pedreiro branco Robert Haslem - a denunciou pelo roubo de sua carteira, contendo US\$ 99,00. O fato de ter um órgão genital do “sexo” masculino fez com que seu julgamento se tornasse o assunto mais comentado na cidade. Quando ela apareceu no tribunal, explicou com naturalidade: - *Eu sempre participei de festas entre as pessoas da minha própria cor vestida dessa maneira!* - *Em Nova Orleans eu sempre me vestia dessa maneira.* Mary Jones ficou conhecida como “O Homem Monstro”, sendo retratada em aquarela e sua imagem divulgada em jornais e cartazes. “Desumanizar Mary Jones foi fácil, porque ela era alguém que a sociedade branca temia: negra, desviante de gênero, trabalhadora do sexo e, provavelmente, o pior de tudo, livre (Lyons, 2017, n.p.).

Outro caso de grande repercussão nos EUA, no século XIX, narra a história de Frances Thompson. Em 1.º de maio de 1866, em Memphis, Tennessee, quarenta e seis pessoas negras e duas brancas foram mortas e, pelo menos, cinco mulheres negras estupradas. Uma dessas mulheres era a ex-escravizada Frances Thompson (Spencer, 2019, s. p.).

Uma década depois, em julho de 1876, com base em vagas “suspeitas”, Thompson foi presa e multada em US\$ 50, acusada de ser um homem vestido de mulher, tendo sua anatomia masculina confirmada por quatro médicos. Thompson não pôde pagar a multa, sendo condenada, então, a 100 dias de prisão. Jornais em todo o país publicaram artigos sobre o “escândalo”. Alguns adotaram tons mais moderados, outros editoriais indignados condenavam a “total depravação” de Thompson e colocavam sua credibilidade como testemunha dos distúrbios de Memphis sob suspeita (Spencer, 2019). Uma das maneiras pelas quais eles tentaram desacreditar seu testemunho foi dizer: “Oh, bem, ela é um homem vestido com roupas de mulher” (Willis, 2019).

A história de Frances Thompson foi usada para difundir a ideia da suposta divergência de gênero das pessoas negras livres e que elas, portanto, não mereciam os direitos políticos e sociais que reivindicavam. O caso Thompson respingava na vida das pessoas negras como um todo e eram informadas de que não teriam liberdade para decidir sobre suas vidas. Elas deveriam seguir os ditames raciais e de gênero impostos pela norma da cisgeneridade branca ou seriam punidas.

Algumas considerações

O que a pesquisa apontou é que na África, antes da presença do invasor europeu, é possível identificar sociedades que não se opunham à presença de travestis, mesmo porque o binarismo de gênero, como o conhecemos hoje, é resultante de um violento processo de colonização. Dessa maneira, pude constatar que as primeiras travestis negras identificadas no Brasil e em Portugal expressavam identidades femininas em seus países de origem. Em contato com a cultura ocidental, foram expostas a controles, perseguições, exclusões, violências físicas e simbólicas, desde o século XVI, mas ainda assim eram acolhidas pela comunidade negra. Experiências similares foram narradas por Mary Jones e Frances Thompson, nos Estados Unidos da América no século XIX.

A normatização da cisgeneridade como constitutiva da negritude, na atualidade, interfere nas pesquisas acadêmicas, especialmente nos estudos das relações étnico-raciais, ignorando a presença de “transexuais durante a escravização e da importância de suas narrativas, porque existe a mentira de que nem sempre existimos ao lado de todos os outros” (Willis, 2017, s. p.).

As travestis aqui apresentadas não são apenas minhas ancestrais e não são apenas modelos de possibilidades para mim como travesti preta. São possibilidades para todas as pessoas, principalmente para as pessoas negras. As mesmas pessoas cisgêneras negras que afirmam não entender pessoas trans ou que perpetuam a violência ou ignorância sobre elas precisam entender que essas travestis também são suas ancestrais e seria bom não desonrá-las (Willis, 2017, s. p.).

A voz das minorias sexuais e de gênero

Marco Antonio Torres

Seria muita pretensão, de nossa parte, enumerar todos os desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero. Porém, precisamos incomodar formas estabelecidas de pensamento e corações que se fecham aos sofrimentos de tantas pessoas, temos urgência para que isto ocorra em nossas pesquisas e em nosso cotidiano. Nós, pessoas que se auto-identificam ou são identificadas como parte das minorias sexuais, continuamos “sangrando” em praça pública ou nas “solidões” de nossas vidas. Nós experimentamos constantemente os ataques de outras pessoas, até mesmo de familiares e amigos.

Tomando emprestada a música “Sangrando”, de Gonzaquinha (1980), escrita e cantada num momento em que os silenciamentos da censura do governo militar ainda repercutiam em nosso país, esse texto diz também de pessoas que soltam as vozes sobre si mesmas, “que palavra por palavra eis aqui uma pessoa se entregando... Coração na boca, peito aberto, vou sangrando... São as lutas dessa nossa vida”, de travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, não binárias e tantas outras existências que têm sofrido um silêncio imposto sobre sua voz, sobre as marcas que carregam em seus corpos. Quando mencionamos silêncio e voz, não nos referimos à “fala” necessariamente, não devemos compreender apenas a literalidade desses substantivos, mas algo que diz de formas de expressão das linguagens de modo muito mais amplo.

Sueli Carneiro (2005), desde sua tese, nos alerta sobre a construção do outro como não-ser. O silenciamento de nossas vozes abre caminho para o apagamento de nossas vidas. Esse silêncio imposto produz o não-ser, po-

demos entender nesse silêncio aquilo que a pensadora nos permite localizar como saberes sepultados, como epistemicídio. Acredito que é preciso gritar aos quatro ventos que existimos e como resistimos, apesar dos golpes e ataques sofridos, principalmente no campo da educação, como pesquisas têm analisado: Fernando Seffner (2013); e Marco Antonio Torres Rubens Gonzaga e Izabella Marina M. Saraiva (2020).

Por isso, precisamos falar sobre nós, a partir de nossa realidade como quem pesquisa e/ou milita. Nossa escrita é um misto de teorias, políticas, formas de solidariedade e autobiografias, pois é inegável que as verdades que defendemos são forjadas nesses territórios e seus limites sempre permeáveis. Ao falarmos sobre nós, sobre nossas sexualidades, dialogamos com essas várias dimensões daquilo que vai se constituindo como verdade, como uma verdade que tocamos, que experimentamos em nossos corpos, que nos faz mover. Todavia, precisamos desmontar a verdade definida pelos saberes e fazeres orientados pela cisheteronormatividade, pelas fabulações que tentam silenciar as vozes de travestis, gays, entre outras. Essas fabulações podem ser produzidas, principalmente, pelos discursos das ciências, das religiões e das orientações políticas, geradoras de um anacronismo moral com limites tão estreitos que tornam as formas de existências insuportáveis, como considera Judith Butler (2015).

A proibição de doação de sangue, o impedimento da adoção de crianças, o não reconhecimento do casamento além da heteronormatividade são frutos dessas fabulações, desses anacronismos morais fabulados pelas articulações entre saberes religiosos, científicos e políticos. Ainda que esses saberes apresentem divergências intra e extramuros, como certas posições mais inclusivas de algumas religiões, isto ainda é muito pouco. Mesmo que essas restrições tenham sido formalmente derrubadas, em parte, no Brasil, o cotidiano das igrejas, das instituições educacionais e dos grupos políticos continuam produzindo questionamentos, violências e mortes em nome de uma moral incapaz de dialogar com a vida que se vive hoje. Como nos ensina Michel Foucault ([1982], 2018), a verdade será sempre constituída por formas aletúrgicas, não totalmente orientadas pela racionalidade, por vezes constituídas em rituais ostensivos e ostentatórios em sua manifestação, em rituais que a consolidam como uma política capaz de conduzir nossas condutas, próximo daquilo que o autor definiu como governo, um modo de conduzir a si e aos outros pela verdade.

Arriscamo-nos a chamar Conceição Evaristo para mostrar caminhos dessa forma de produção de si. Para ela a escrevivência, como posicionalidade implicada, como articulação do conhecimento, como modo de investigação apresenta uma voz que rasga a paz de quem se acomoda em seus domínios pseudopacificados, para ela a história de negras e negros “não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p. 21). Essa é uma estratégia importante para as minorais sexuais e de gênero, nossas histórias não podem ser fetiche, piada, injúria ou escárnio para quem repousa em suas lógicas cisheterormativas.

Retomando a poesia da música de Gonzaguinha, podemos nos perguntar: o que precisamos para soltarmos a nossa voz? Afinal, os relatos de nossas vidas, como quem pesquisa e/ou milita, podem ser potencializados pela perspectiva das escrevivências. O que nos impede de soltarmos nossa voz nas escolas, nas igrejas, nas ciências, nas políticas?

Podemos entender a voz como forma de expressão que se faz ouvir pela insistência, pela repetição, pela força de uma verdade capaz de conduzir a conduta de si e do outro. Um menino que use batom ou pinte suas unhas rompe o silêncio sobre seus desejos, independentemente do gênero e/ou da sexualidade que oriente sua vida. Ao ser ridicularizado e mesmo ter essas manifestações proibidas, seja na escola, na família ou na igreja, o menino experimentará um silenciamento sobre si, sobre sua história. A isto consideramos uma forma de violência ética sobre o sujeito (Butler, 2015), aquilo que lhe retira o que entendemos como voz, situação que localizamos de modo muito contundente na escola (Torres; Modesto; Saraiva, 2020). Todavia, ainda que essas condutas deste menino sejam suspensas, que o silêncio seja a ele imposto, nada garante que isto será permanente. A forma como ele tocará a verdade da sexualidade, as veredas que irá trilhar em sua existência, poderá arrancar de seu peito a voz que foi abafada pela cisheteronormatividade. O menino viado que fomos já solta sua voz até mesmo lá onde foi calado, seja como travesti, como gays, como bissexual, ainda que de sua boca não saia uma palavra. A prótese de peito da travesti, o beijo de um casal gay, entre outras manifestações públicas de si podem rasgar o cotidiano cisheteronormativo do lugar onde vivemos nossas infâncias. A voz está no corpo, nas indumentárias, nos gestos, nos beijos, no sexo e, até mesmo, na fala que suportam nossos corpos.

Considerações Finais

As análises apresentadas apontam a importância de adotarmos uma perspectiva interseccional nos debates sobre minorias sexuais e de gênero. De forma especial, apontaram-se os desafios epistemológicos e políticos relacionados a quem pode falar, sobre o que se pode falar, como se deve falar, com destaque para as interfaces entre gênero, orientação sexual e raça.

Performar esse debate é questionar os lugares tornados (im)possíveis a autoras/es e pesquisadora/es LGBTQIA+, na construção do fazer científico, na condução de equipes de pesquisa, na organização e participação dos eventos. Assim, ele convoca as/os associadas/os da ABRAPSO a legitimarem essa luta no cotidiano das ações dos núcleos, regionais e direção nacional ⁴. De forma inclusiva e não restritiva, as vozes que ecoam no texto buscam afirmar o lugar das/os pesquisadoras/es LGBTQIA+, especialmente, travestis e transexuais negras. Além disso, esse debate deve ultrapassar os limites da comunidade acadêmica, devendo gerar inteligibilidades, práticas e parcerias que produzam enfrentamentos às opressões vividas a partir de tais interseções e que obstaculizam o acesso a direitos básicos e a uma vida digna. Nenhuma transformação social é suficiente se não visar o combate todas as formas de opressão.

Referências

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: Crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339 f. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos (Org.)

Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

⁴ Durante o evento, a partir de questionamento dos expectadores da mesa virtual, resgata-se e reproduz-se o debate sobre o suposto impasse/desvio que a luta LGBTQIA+ pode representar, segundo alguns grupos, para o enfrentamento de uma lógica neoliberal na sociedade atual, sinalizando retrocessos preocupantes e apontado que o caminho a se enfrentar é longo...

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FOUCAULT, Michel [1982]. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020.

GONZAGUINHA. Sangrando. Intérprete: Gonzaguinha. **LP De Volta ao começo**. Gravadora: EMI-Odeon, nº Álbum: 064 422863, Lado B, Faixa 1, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de *et al.* Mental health and challenges of transgender women: A qualitative study in Brazil and India. **International Journal of Transgender Health**, v. 21, n. 4, p. 418-430, 2020.

LYONS, Michael. **Mary Jones, patron saint of the scam**, 2017. Disponível em: < <https://www.dailyextra.com/mary-jones-patron-saint-of-the-scam-72972>>. Acesso em: 14 out. 2019.

MALTA, Mônica *et al.* "Our life is pointless...": Exploring discrimination, violence and mental health challenges among sexual and gender minorities from Brazil. **Global Public Health**, v. 15, n. 10, p. 1463-1478, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N1-Edições, 2018.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, v. 23, e180353, 2019.

NORDMARKEN, Sonny. Microaggressions. **Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 1-2, p. 129-134, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da ancestralidade**, n.d. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: En la frontera, 2017.

RICOUER, Paul. **Memory, history, forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. **Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Edileusa Penha de. **A ancestralidade africana de Mestre Didi expandindo a intelectualidade negra Brasileira**, 2008. Texto apresentado no 9º Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa). New Orleans: Tulane University. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Edileuza-Penha-de-Souza.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

SPENCER, Andrea. Frances Thompson, Survivor of the Memphis Massacre. **Historically About**, 2019. Disponível em: <https://vugradhistory.wordpress.com/2019/02/06/frances-thompson-survivor-of-the-memphis-massacre/>. Acesso em: 03 set. 2019.

TORRES, Marco Antonio.; MODESTO, Rubens Gonzaga, SARAIVA, Izabella Marina. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250049, 2020.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

WILLIS, Raquel. Black history untold – Raquel Willis, 27, executive editor of Out Magazine, **Revista Out**, 2019. Disponível em: <https://www.blkhistoryuntold.com/herstory/raquel>. Acesso em: 14 out. 2019.

Capítulo 4

Entre desqualificar e reificar as ciências: lições aprendidas com a gestão de incertezas durante a pandemia da covid-19 no Brasil

Mary Jane Paris Spink

Mario Henrique da Mata Martins

Thiago Ribeiro de Freitas

A experiência recente com a pandemia tem levado autoridades, cientistas, comunicadores e cidadãos leigos a lidar com diferentes incertezas no enfrentamento da Covid-19. Por um lado, autoridades e cientistas se depararam com a difícil tarefa de operar no ritmo frenético demandado pela pandemia, com alterações significativas nos procedimentos que comumente realizavam, encontrando muitos pontos-cegos em suas atividades. Por outro lado, cidadãos leigos que dependem da comunicação promovida pelas mídias para avaliar as normativas governamentais e os produtos científicos passaram a recebê-los ora com desconfiança, ora com excessiva esperança.

Nesse contexto, emergem incertezas e questionamentos que incluem dados sobre a eficácia do uso de máscaras, a necessidade (ou não) de higienizar tudo que entra em nossas casas, o grau de proteção de vacinas desenvolvidas com propostas distintas e o efeito “montanha-russa” decorrente da circulação de variantes do SARS-CoV-2 que ora leva a comemorar o retorno à vida como era antes, ora retoma alguma modalidade de lockdown. Desse modo, a pandemia deixa entrever que estamos vivenciando um novo modelo de sociedade: uma sociedade regida por incertezas.

Esse novo modelo é decorrência de transformações na sociedade de riscos, na qual os riscos deixam de ser um efeito do modelo socioeconômico capitalista para tornarem-se seu principal produto (Beck, 2011). Dessa forma, na atual situação pandêmica, a discussão deixa de ser exclusivamente sobre

riscos porque, quando os fenômenos não podem mais ser quantificados de forma probabilística, eles passam a pertencer a outro campo discursivo: o das incertezas. Trata-se, portanto, de um processo de radicalização da sociedade de riscos, tendo em vista que os cálculos probabilísticos que ajudaram a orientar o discurso sobre riscos e seu manejo e as estratégias de comunicação previamente identificadas, passam a não ser suficientes para lidar com a incomensurabilidade, imprevisibilidade e inconsistência dos fenômenos contemporâneos.

Nessa sociedade de incertezas, o discurso científico passa a ocupar o centro do questionamento. Conforme a pandemia avança, nosso aprendizado sobre o vírus, as práticas de prevenção e os protocolos de desenvolvimento de vacinas mudam em uma velocidade nunca vista antes e, por conta disso e de outros fatores sociais, políticos e culturais, novas informações nem sempre são acompanhadas pelos órgãos de governo, pela imprensa e pelos cidadãos leigos.

Como consequência, uma arena discursiva, na qual o objeto em disputa é o direito a falar de maneira legítima sobre riscos e incertezas da pandemia, se institui e agrega falantes de círculos sociais completamente distintos: dos cientistas em laboratórios nos quais são desenvolvidas as vacinas, aos usuários de aplicativos de mensagens que compartilham notícias, algumas delas inclusive falsas, sobre essas mesmas vacinas. Essa arena é mediada pelos veículos de comunicação e produz um pressuposto de horizontalidade na qual, rotineiramente, não apenas os conteúdos científicos são questionados, mas a própria posição da ciência é colocada em xeque ou tem sua forma discursiva cooptada.

Para compreendermos melhor esse jogo de “poder-dizer” no campo das incertezas durante a pandemia, estruturamos o presente capítulo em duas seções: uma discussão sobre a retórica e a comunicação da ciência em uma sociedade de riscos e incertezas e uma apresentação de três exemplos de como as disputas pela legitimidade discursiva e a emergência de uma linguagem das incertezas ocorrem nas redes sociais, na mídia tradicional e no cotidiano.

Retórica e comunicação da ciência em uma sociedade de riscos e incertezas

A retórica é a arte de debater e constitui um dos alicerces das ciências modernas. Todavia, o desenvolvimento de um gênero contemporâneo de análise retórica dirigida às ciências é recente, bem como sua aceitação

como campo de estudos científico. Isso porque há ainda dificuldade em aceitar que os cientistas precisam fazer uso de estratégias retóricas para fazer valer os resultados de suas pesquisas e dar-lhes legitimidade (Billig, 2008).

Com isso não queremos dizer que as ciências são pura retórica; queremos salientar que falar sobre os processos e produtos das ciências não é apenas uma prática representativa da realidade, é também uma prática política (Latour, 2011). É justamente por ser também uma prática política que, no mundo contemporâneo, as ciências e seus produtos têm sido questionados até mesmo em pontos que estão consolidados há muitos séculos. Basta atentar para o aumento no número de pessoas que voltaram a acreditar na teoria do terraplanismo.

Por esse motivo, é necessário criar estratégias não apenas para convencer essas pessoas, mas para comunicar-se com elas. É justamente esse o ponto da retórica da ciência: entender como os cientistas fazem valer e legitimam argumentos. E é aqui que a Psicologia Social tem oferecido um importante arcabouço teórico e técnico em virtude da interlocução com os estudos da linguagem (Potter, 1996; Billig, 2008; Ribeiro; Spink, 2011). Esses psicólogos contribuíram ao aplicar princípios da retórica na análise de relações societárias e dar visibilidade aos recursos estratégicos utilizados para promover o convencimento de pessoas e grupos sobre determinado assunto. Uma síntese desses recursos pode ser analisada no Quadro 1.

QUADRO 1. Os recursos estratégicos e suas definições

Recurso estratégico	Definição
Direito Categorial	Ou argumento de autoridade, é um recurso no qual a veracidade de um relato é garantida pelo pertencimento do falante a uma categoria a qual é atribuído um conhecimento de causa sobre o assunto ou um conhecimento pautado em certos esquemas epistemológicos.
Descrição Vívida	A veracidade de um relato é garantida pelo uso de detalhes contextuais e incidentes que garantem ao leitor que o falante ou escritor possui uma experiência ou esquema particular de observação.
Narrativa	A veracidade de um evento relatado é aumentada ou diminuída por meio de sua inclusão em uma sequência narrativa em que esse evento seja esperado ou mesmo necessário.

Recurso estratégico	Definição
Imprecisão Sistemática:	Poucas informações são fornecidas de modo a levar o leitor a assumir uma postura menos crítica frente ao enunciado.
Relatos Empiricistas	Faz uso da linguagem como representação da realidade, de modo que o relato é sempre real, o fenômeno apresentado é o agente e os atores humanos são neutros, exercendo um papel secundário de coleta de informação e exposição.
Retórica de Argumento	O recurso possibilita apresentar as ações como requeridas pelos eventos e não desejadas por aqueles que as anunciam.
Generalizações ou casos extremos	Faz uso de uma figura de linguagem denominada hipóbole ou de generalizações para tornar-se um relato mais efetivo, direcionando-o a um dos extremos das dimensões em julgamento.
Consensos e Confirmação	A veracidade de uma versão é construída por meio da convocação de testemunhas ou confirmada por observadores independentes.
Listas e Contrastes	O relato a ser defendido é contrastado com uma alternativa ameaçadora formulada deliberadamente para ser problemática e pouco convincente.

Fonte: Adaptado de Potter (1996) e Ribeiro e Spink (2011; 2012).

O sociólogo Bruno Latour (2011) detalhou três táticas por meio das quais esses recursos estratégicos são operacionalizados: o empilhamento, em que são organizadas fotos, figuras, números e referências, de modo a acrescentar informações a fim de induzir o leitor a concordar com a linha de argumento; a encenação e enquadramento, que definem, por meio da linguagem de uma sentença, o endereçamento do texto para um público mais ou menos específico; e a captação, que é a construção de formas de controle sutil do tipo de leitura que os leitores irão realizar, de modo a encaminhar seu raciocínio em uma determinada direção.

O uso desses recursos, técnicas e táticas não enfraquece a legitimidade da ciência: é um processo intrínseco à própria produção científica. Todavia, o que tem acontecido recentemente, com a emergência das incertezas decorrentes da pandemia, é que cientistas e leigos têm sido colocados em uma horizontalidade de conhecimentos em relação a esse tema, e tais fer-

ramentas também utilizadas para deslegitimar a ciência. Afinal, nessa lógica, cria-se a ficção de que, se é incerto, se ninguém sabe, todos podem opinar.

Além disso, a emergência de mídias que permitem o contato direto de autoridades governamentais e especialistas com a população e que possibilitam proliferar informações de maneira muito rápida sem checagem de fatos, também contribuíram para a consolidação de uma arena na qual não apenas os cientistas ou jornalistas comunicam os resultados da ciência, mas as opiniões de leigos sobre esses resultados passam a circular com mais intensidade, mais rapidez e de forma mais persuasiva. Esse é o campo da infodemia, na qual uma quantidade exacerbada de informações durante o surto de uma doença se multiplica exponencialmente em um curto espaço de tempo em diferentes ambientes, sendo comum, neste meio, a proliferação de informações falsas (Zarocostas, 2020).

Para combater informações falsas, é necessário compreender sua produção e os jogos de “poder-dizer” que ocorrem quando elas são postas em circulação. Esse foi o mote da discussão que se efetua na próxima seção sobre o uso de argumentos, científicos ou não, nas redes sociais.

Argumentos científicos e não científicos nas redes sociais: a experiência do twitter

As mídias sociais têm crescido nos últimos anos e ocupado espaços que antes eram comumente vinculados às mídias tradicionais. Elas têm crescido em abrangência e em impacto. Por serem redes privadas, a lógica que as determina é a de mercado e aquilo que está sendo comprado e vendido são os dados de seus usuários e suas usuárias: do que gostam, do que não gostam, em quem votam, no que acreditam e no que não acreditam.

Há um crescente interesse nas interações em ambiente virtual no campo da análise da conversação e de outros estudos sobre o discurso, seja comparando interações *on-line* com interações face-a-face (Paulus; Warren; Nina, 2016), seja identificando suas peculiaridades e singularidades (Danby; Butler; Emmison, 2009; Tudini, 2015). Foi nesse contexto que Mário Martins, Laura Galera, Mariana Gervásio, Sueli Marino e Juliana Lima (2021) tentaram compreender como notícias sobre a pandemia produzidas por uma fonte institucional confiável circularam no *microblog Twitter* e como os usuários e usuárias dessa plataforma debatiam tais notícias.

Para alcançar esse objetivo, foram selecionadas notícias veiculadas pelo *Imperial College* de Londres que faziam referência a estudos sobre a pandemia de SARS-CoV-2 e inseriram as notícias selecionadas no campo de buscas do *microblog*. Em seguida, identificaram as interações com essas notícias nas quais havia concordância ou discordância e analisaram as justificativas utilizadas, bem como o uso, ou não, de fontes científicas para balizá-las. Cada enunciado de cada interação selecionada foi então classificado como concordância ou discordância, com uso de fontes científicas ou com uso de fontes não-científicas, favorável ou desfavorável às medidas de proteção durante a pandemia. Uma síntese desse processo pode ser vista no Quadro II.

QUADRO II. Concordância e discordância em relação a notícias sobre a pandemia

Tipo	Argumentos científicos	Posição em relação a medidas de proteção	Nº
Concordância	Uso de argumentos científicos	Favoráveis a medidas de proteção	13
		Desfavoráveis a medidas de proteção	3
	Ausência de argumentos científicos	Favoráveis a medidas de proteção	34
		Desfavoráveis a medidas de proteção	37
	Indefinido		2
Discordância	Uso de argumentos científicos	Favoráveis a medidas de proteção	37
		Desfavoráveis a medidas de proteção	25
	Ausência de argumentos científicos	Favoráveis a medidas de proteção	52
		Desfavoráveis a medidas de proteção	99
	Indefinido		20
Total			322

Fonte: Adaptado de Martins, Galera, Gervásio, Marino e Lima (2021).

Segundo as autoras e o autor, as discordâncias nesse veículo eram mais frequentes do que as concordâncias e os interlocutores discordantes, fossem eles favoráveis ou não favoráveis às medidas de proteção durante a pandemia, faziam uso frequente de ironia, sarcasmo e deboche. Ambos os lados se atacavam. Nesse sentido, três estratégias eram muito comuns em relação à promoção da discordância: solicitações de esclarecimento, desle-

gitimação da fonte da informação, inclusive institutos de grande renome – como o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a própria *Imperial College* – e a deslegitimação do emissor. Opiniões e relatos de experiências foram proeminentes em relação a outros tipos de construção linguística para fundamentar os argumentos de pessoas contrárias às posições científicas, o que mostra uma tentativa de horizontalizar a ciência e a experiência pessoal ou testemunhal (Martins; Galera, Gervásio; Marino; Lima, 2021).

Mas como, então, debater com as pessoas sobre a pandemia nas redes sociais? Uma análise das concordâncias e discordâncias mostrou que não entrar em conflito com o interlocutor e comunicar sempre coletivamente, com apoio de mais pessoas favoráveis ao argumento, mostrou ser uma estratégia muito importante para garantir que os argumentos tivessem sustentação pública e possibilitassem minar distorções, falsificações, mentiras e deslegitimações.

As interações coletivas nas quais houve discordância em prol das medidas de proteção na pandemia geralmente tiveram mais êxito na argumentação do que aquelas em que defensores da ciência se encontravam sozinhos (Martins; Galera, Gervásio; Marino; Lima, 2021, p. 211-212).

O que podemos aprender com esse estudo é que as redes sociais são um importante espaço de negociação e diálogo sobre as ciências e que há uma tendência à produção de discordâncias e negativas. Por esse motivo é importante atuar com cautela nesses espaços, entendendo que paciência e estratégias coletivas de enfrentamento são elementos importantes nos jogos de “poder-dizer” nas redes sociais.

O panorama internacional: das incertezas ao descrédito da ciência

Passando ao panorama internacional, abordaremos a discussão sobre incertezas nos Estados Unidos da América a partir de matérias do *New York Times*. Embora o atual presidente do país, Joe Biden, tenha anunciado que a vacina traria o fim dessa pandemia, eles enfrentaram novas ondas de casos decorrentes da variante Delta e Ômega, que afetaram, sobretudo, pessoas que não quiseram ser vacinadas. Essa quantidade exorbitante de pes-

soas que não querem se vacinar não é um problema tipicamente brasileiro. Estamos acostumados a tomar vacinas, a de gripe, por exemplo, é oferecida anualmente. Mas essa onda de casos nos EUA tem suscitado muitas análises sobre a desconfiança da população em relação às informações daquilo que chega com a rubrica da ciência, assim como em relação às próprias autoridades sanitárias.

No dia 22 de agosto de 2021, a jornalista Apoorva Mandavilli, que escreve para a editoria de ciência do *New York Times*, publicou um artigo com o instigante título: “Os Estados Unidos estão recebendo um intensivão sobre incerteza científica” (Mandavilli, 2021). Seu argumento transita por dois caminhos confluentes: a rapidez com que informações da ciência chegam ao público e, paralelamente, a falta de conhecimento sobre o processo de produção de pesquisa nas ciências, ou seja, de letramento sobre ciência. Diz ela:

Os americanos estão convivendo com a ciência à medida que ela se desenvolve em tempo real. O processo de produção de conhecimentos foi sempre fluido, imprevisível. Mas raramente ele se move com tanta velocidade, fazendo com que os cidadãos tenham que se confrontar com os resultados das pesquisas assim que chegam à porta da frente, um fluxo de entregas que ninguém pediu e ninguém quer (Mandavilli, 2021, s.p.).

E concluiu:

O caminho à frente será difícil. O vírus tem mais surpresas guardadas, e os mitos que já se enraizaram serão difíceis de apagar. Mas não é demais esperar que as lições aprendidas nesta pandemia ajudem os especialistas a explicar melhor futuros surtos de doenças, assim como outros problemas urgentes, como a mudança climática, nos quais as ações individuais contribuem para o todo. O primeiro passo para educar o público e ganhar sua confiança é fazer planos, e depois comunicá-los honestamente – com suas falhas, incertezas e tudo o mais (Mandavilli, 2021, s.p.).

Incertezas por lá e por cá. E a única certeza que temos é que teremos que conviver com esse vírus e suas mutações durante muito tempo, especialmente se as vacinas não forem disponibilizadas para todos. Há toda uma lógica xenofóbica de guardar vacinas para o próprio uso, sobretudo nesse momento em que está se prevendo a necessidade de um reforço para dar conta das novas variantes. Estima-se que precisamos de 5 a 6 bilhões de doses para vacinar pessoas em todo o mundo – e estamos longe de atingir essa meta!

O cenário internacional serve simplesmente como um abre-alas, pois o foco deste breve ensaio é como nós, no Brasil, nos relacionamos com conteúdos pertinentes à ciência. Certamente essa pandemia nos colocou em uma situação complicada, porém não é a primeira vez que nos deparamos com vírus de alta transmissibilidade e potencial de colocar nosso sistema sanitário em alerta. Vivenciamos o surto de febre amarela, da dengue, da Zika, porém, no enfrentamento dessas e de outras epidemias, perdemos uma bela oportunidade de nos tornarmos mais letrados em ciência; de entender que incertezas fazem parte do próprio fazer científico.

Assim, quando nos deparamos com essa “gripezinha”, a opção política foi de não melar o cenário econômico. De apostar na imunidade de rebanho¹, pois, afinal, em termos darwinianos, evolução é isso mesmo: sobrevivência dos mais fortes. E quem são os menos fortes? Os velinhos e aqueles que têm comorbidades; nós, portanto, que em termos de sobrevivência da espécie, somos os mais fracos.

Argumentos científicos no consultório: a experiência cotidiana

Do panorama macro, internacional, passemos agora a um exemplo vivenciado no cotidiano por um dos autores desse texto: uma consulta médica. A consulta de rotina era para acompanhar o tratamento de hipertensão arterial, no entanto, o usuário de saúde, ao final do atendimento, também foi obsequiado com uma prescrição do ‘tratamento precoce’ com o já deslegitimado “Kit Covid”.

O acontecimento ocorreu no início de fevereiro de 2021, época em que o Programa Nacional de Imunização engatinhava e patinava em inúmeras incertezas. Na consulta, entre os procedimentos de aferição da pressão arterial, ausculta e preparo dos eletrodos para a realização de um eletrocardiograma, a conversa girava em torno dos impactos e alterações nos hábitos e estilos de vida impostos pela pandemia de Covid-19. Isso abriu espaço para que o objetivo da consulta rapidamente intercambiasse para a prevenção da COVID-19.

¹ Deisy Ventura e colegas da Faculdade de Saúde Pública da USP lançaram em 2021 um documento técnico intitulado: A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19, dossiê importante, pois demonstra que a política do Governo Federal priorizou a área econômica apostando na imunidade de rebanho.

No momento seguinte, de volta à sua mesa, a médica alcançou seu receituário no qual se destacavam a informação de 6 especializações em associações e universidades brasileiras de grande prestígio acadêmico. E a conversa logo assumiu um tom de aconselhamento com um teor pedagógico. Além das recomendações no tratamento da hipertensão, foco da consulta, a interlocução caminhou, de forma rápida, para a prevenção da COVID-19, que gerou uma prescrição à parte e envolvia a utilização de vitaminas C e D e Ivermectina 6,0 miligramas – destaque para esse último, que deveria ser tomado por três meses, com intervalos, isto é: a cada 10 dias deveria tomar 1 comprimido ao dia, por três dias consecutivos, no horário do almoço. Também foi solicitado o pedido de exames do fígado, dado que o uso prolongado da Ivermectina poderia acarretar hepatite medicamentosa. Importante destacar que os riscos foram informados, entretanto, intensamente minimizados: “não se preocupe, isso é muito difícil de acontecer” – embora a estatística exata não seja recordada com precisão, a recordação é de que foi apresentada como algo quase impossível de efetuar-se.

O caso é pertinente, dado que possibilita discutir sobre a ciência e suas disputas por legitimidade no espaço público. Afinal, quem era o expert ali na consulta e quais argumentos contavam como legítimos? Isso permitiu refletir sobre as estratégias discursivas de convencimento utilizadas por uma profissional da saúde dentro do terreno da própria ciência, visto que, conforme os questionamentos e as resistências aumentavam, figuras, números, nomes e argumentos eram cuidadosamente justapostos e entrelaçados, para justificar a prescrição de um fármaco não recomendado para tratamento ou prevenção de COVID-19.

Retomamos a tática de empilhamento defendida por Latour (2011) e apresentada anteriormente no texto, em que camadas são perfeitamente sobrepostas e amarradas, com o intuito de impressionar o adversário e a ele opor obstáculos na tentativa de evitar a emergência de possíveis controvérsias. Isto é, com a intenção de induzir o leitor a concordar com a linha de argumento proposta, as informações são enredadas, umas sobre as outras, por meio de uma minuciosa organização de fotos, figuras, números e referências.

Uma primeira camada desse empilhamento já se fez presente quando a médica abriu seu receituário, no qual se destacava a informação de 6 especializações em associações e universidades brasileiras de grande prestígio acadêmico. A legitimidade, nesse caso, era da autoridade médica. Quem fa-

lava, falava de um lugar de saber, legitimado pela ciência que se materializava pelas formações e experiências na área médica ao longo dos anos. Utilizava termos técnicos, muitas vezes sem explicar ou posicionar o interlocutor no entendimento do que estava sendo a ele solicitado, inclusive sobre as decisões que diziam respeito ao seu próprio corpo e à sua própria vida.

Em seguida, autoridades foram elencadas para justificar a prescrição para prevenção da COVID-19. Para Latour (2011), é imprescindível, na construção de fatos, a convocação de aliados fortes, referências ilustres do campo em debate, cada vez mais numerosos, que se somam e formam o conjunto dos argumentos de autoridade. Assim, artigos, periódicos científicos e associações foram citados, com o intuito de formar um time forte. Os periódicos apresentados, todos internacionais, foram justificados por terem melhor qualificação do que os nacionais que circulavam por aqui. A união desses argumentos, foi somada às estatísticas citadas, advindas de evidências coletadas por colegas de profissão, que estavam encontrando bons resultados com a prescrição dos fármacos do “Kit-Covid”, para prevenção e enfrentamento da enfermidade. A mensagem era clara: seu dizer tinha respaldos da comunidade médico-científica. Artigos, periódicos internacionais, experiências da comunidade médica, formavam, um a um, de forma coerente, dentro de sua argumentação, um contexto aparentemente sólido, com mais legitimidade para dizer a “verdade” do assunto debatido.

Ao fim da consulta, lá estava o usuário de saúde embasbacado e com uma prescrição de ivermectina, devidamente justificada pela autoridade médica local. Neste campo de incertezas, argumentos circulam e disputam legitimidade. E as controvérsias extrapolam o campo das evidências e adentram espaços políticos e econômicos. Os interesses dos distintos atores não são lineares. Por exemplo, proibir o médico de receitar determinados medicamentos, comprovadamente ineficazes no combate à COVID-19, embora seja uma ação evidentemente ética, esbarra em premissas políticas, profissionais e de mercado, como a do direito e da liberdade de prescrição de fármacos e terapêuticas pelo médico - o uso *off label*.

Considerações nem sempre finais

O campo da gestão dos riscos se estruturou em torno da esperança de que seria possível calcular riscos e, por meio disso, prever e adotar medi-

das para se contrapor aos riscos ou minimizá-los, mas tudo isso foi para os ares na medida em que riscos se tornaram menos propensos aos cálculos. Em 2021, além da vivência da pandemia da COVID-19, tivemos notícias de incêndios gigantescos em vários países, incluindo o Brasil, inundações destruidoras e assistimos à chegada do furacão Ida no Alabama, superando a força do Katrina, que passou por lá em 29 de agosto de 2005.

A “ciência” vem nos alertando de que estamos à beira de catastróficas mudanças climáticas que, de certo modo, fazem parte de longos ciclos que nosso planeta já enfrentou, mas que, nesse caso, têm nosso dedinho; têm aspectos antropocêntricos dos quais muitos de nós, pensando como cidadãos e cidadãos globais e não meramente habitantes do sul colonizado, somos partícipes.

E o que nós, psicólogos sociais, pensamos sobre isso? Teremos que meramente abordar essas questões a partir de nosso ativismo em movimentos sociais? Há possibilidade de trazer conhecimentos ditos científicos como aliados? E como isso poderia acontecer? Como nos tornar letrados em ciência para entender que as incertezas fazem parte do próprio tecido do fazer científico? Como trazer esse debate para o cotidiano de todas as cidadãs e cidadãos? Na perspectiva de gaia, talvez seja mesmo nós, cidadãos e cidadãs planetárias, que temos que tomar a dianteira. E um dos caminhos é entender que a comunicação sobre ciência é sim assunto da Psicologia Social.

Agradecimentos

O autor Mário Henrique da Mata Martins agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de pós-doutorado (Processo n.º 2019/06595-2) que corroborou para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Mary Jane Paris Spink é bolsista Produtividade do CNPq, Nível 1A (Processo n. 304602/2016-7).

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: Rumo a outra modernidade. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BILLIG, Michael. **Argumentando e pensando**: Uma abordagem retórica à psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DANBY, Susan; BUTLER, Carly; EMMISON, Michael. When “listeners can’t talk”: Comparing active listening in opening sequences of telephone and online counselling. **Australian Journal of Communication**, v. 36, n. 3, p. 91-114, 2009.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MANDAVILLI, Apoorva. The U.S. Is Getting a Crash Course in Scientific Uncertainty. **The New York Times**. 22 ago. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/08/22/health/coronavirus-covid-usa.html>. Acesso em: 8 set. 2021.

MARTINS, Mário Henrique da Mata; GALERA, Laura de Aro; GERVASIO, Mariana de Gea. MARINO, Sueli; LIMA, Juliana Meirelles de. Padrões de concordância e discordância em interações on-line no Twitter sobre dados relacionados à pandemia de Sars-CoV-2. *In*: SPINK, Mary Jane Paris; CORDEIRO, Mariana Prioli; BRIGAGÃO, Jaqueline Machado; MALINVERNI, Cláudia. (Org.). **COVID-19: versões da pandemia na mídia**. SP: USP, 2021. p. 181-218.

PAULUS, Trena; WARREN, Amber; NINA, Jessica. Applying conversation analysis methods to online talk: A literature review. **Discourse, Context & Media**, v. 12, p. 1-10, 2016.

POTTER, Jônatas. **Representing reality**: discourse, rhetoric and social construction. Sage Publications, 1996.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SPINK, Mary Jane Paris. Estratégias retóricas na controvérsia moral sobre a legalização do aborto: o caso da anencefalia no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.40, p. 35-49, jan./mar. 2012.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios interpretativos na controvérsia sobre a legalização do aborto de fetos anencefálicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 63-71, 2011.

TUDINI, Vincenza. Interactivity in the teaching and learning of foreign languages: What it means for resourcing and delivery of online and blended programmes. **The Language Learning Journal**, v. 46, n. 2, p. 132-145, 2015.

ZAROCOSTAS, John. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, p. 676, 2020.

Capítulo 5

Entre territórios, afetos, andanças e mudanças: caminhos pela psicologia social e comunitária

*Lara Brum de Calais
Conrado Pável de Oliveira
Camila Borges Machado*

Para início de conversa...

O capítulo a seguir enlaça processos de trabalho, reflexão e inspiração ocorridos em meio a territórios, afetos, andanças e mudanças, como anuncia seu título. Estradas que levam a diferentes destinos, mas que partilham horizontes e percorrem por debates que se aproximam dos campos da psicologia social e comunitária. Os percursos por tais áreas não buscam, no entanto, unidades ou universalidades da atuação, mas sim afirmam um posicionamento ético-estético-político de reflexão sobre o processo do caminhar, sobre os encontros teóricos e práticos que dão sentido às atuações e as interlocuções possíveis para uma práxis da psicologia pautada em uma proposição de transformação de realidades.

Na esteira hegemônica de formação do pensamento psicológico, erigido sobre pilares cientificistas de suposta neutralidade, os estudos andantes da psicologia social e comunitária na América Latina e no Brasil atravessaram paisagens embranquecidas, erigidas em centros urbanos e tangenciaram as raízes colonizadoras do saber e fazer (Martín-Baró, 1997; 2009; 2017; Montero, 1994; 2002; Sawaia, 2015; Góis, 2005; Freitas, 2001).

As aproximações acadêmico-profissionais, portanto, colocam em movimento os trajetos percorridos, os territórios acessados e as mudanças ocasionadas justo pela afetação provocada pela paisagem e/ou pelo chão que nos convoca a pisar firme, trocar os calçados, apressar os passos, pousar para o descanso e traçar novas rotas. Em meio às trilhas da Psicologia Social e

Comunitária no Brasil, a estrada se faz terra, a imagem se faz “*Ser-Tão*”¹. Um *Ser-tão* cheio de questionamentos, de dobras, de aridez, de rugosidades na terra-território do saber e do fazer da psicologia.

Sobre pensar em Ser-tão, em territórios, afetos, andanças e mudanças

Diante das reflexões trazidas por essa mesa que agora ganha contornos de capítulo, a imagem de uma estrada, arenosa e longa, se faz pertinente para pensarmos os caminhos percorridos na relação com corpos, instituições, campos e aspirações teóricas. Uma estrada de terra, de “chão batido”, por onde tantos pés já transitaram, por onde tantas histórias precisaram existir para que corpos que intentam uma caminhada formativa pela psicologia pudessem se sustentar. No fluxo dessa estrada-chão, os enquadramentos históricos, teóricos e metodológicos nos convocam a transitar por expectativas epistemológicas não latinas, não mulheres, não pretas, não indígenas, não margens.

Nesse sentido, a despeito da bonita paisagem, o percurso de quem decide caminhar pelas estradas da psicologia social, da psicologia comunitária, e por um *Ser-Tão* crítico que questiona as hegemonias do mundo, não é livre de assombros e atropelos. A terra, como protagonista desse enredo, traz as marcas do histórico de colonização, de escravização, das violências perpetradas sobre os povos originários, das lutas pela conquista de territórios, culturas, corpos e subjetividades. Em *Torto Arado* (2019) - livro de Itamar Vieira Junior premiado por sua narrativa sobre o sertão baiano e as memórias de vidas marcadas pela violência e resistência à escravização - as riquezas e explorações da terra e de seus povos são narradas de modo visceral. A terra que nutre, sustenta, faz morada, acompanha o início e o fim da vida, também é a terra que deixa marcas do trajeto:

O chão da nossa casa, e os caminhos da fazenda eram de terra. De barro, apenas, que também servia para fazer a comida de nossas bonecas de sabugo, e de onde brotava quase tudo o que comíamos. Onde enterrávamos os restos do parto e o umbigo dos nascidos. Onde enterávamos os restos de nossos corpos. Para onde todos desceriam algum dia. Ninguém escaparia (Vieira Junior, 2019, p. 20).

¹ Expressão que deu título ao XXII Encontro Regional da Abrapso Minas: “*Ser-Tão Crítico na Psicologia Social: produzindo vozes em tempos de necropolítica*”, de 2021.

Em analogia ao caminho dos fazeres e saberes de psicologias que margeiam modos hegemônicos de produção acadêmico-científicas, afirmamos, então: não há como aproximar-se da psicologia social e comunitária latino-americana sem se marcar de terra. Sem pautar uma existência e trabalho que, a despeito das institucionalidades que convocam lugares e vozes elitizadas e embranquecidas, se faça junto à terra que constitui a experiência dos corpos em aliança (Butler, 2018). Nos encontros com as práticas da psicologia social, é comum ouvirmos que, para que o trabalho seja acessível, é preciso que “nos sujemos de terra”, ou que a psicologia precisa “sujar o pé de barro”. Expressões que provocam a psicologia a movimentar-se no sentido de aproximação com o mundo.

Contudo, podemos pensar, na interface com a narrativa de Torto Arado, que, no trabalho cotidiano, a partir da psicologia social, não nos “sujamos de terra”, mas sim reconhecemos as marcas dessa terra em nós. Terra que marca de formas diferentes a diferentes corpos. Que diz de onde viemos, por onde circulamos e por quanto tempo caminhamos. Que convida ao reconhecimento das raízes de nossas práticas e reverberações de nossos saberes e nos convoca a fazer corpo com essas marcas, aproximar, caminhar junto, conectar passos.

Dentre os desafios, encontra-se o de não repetir o modo colonizador que há em nossos corpos e modos de subjetivação (Rolnik, 2019). Pensar um fazer psicológico apropriado de sua história, observante, consciente das classes, das terras, das vozes e das marcas levadas nos corpos que interagem em nossas ações. Pelos passos da psicologia social e comunitária aprender a ouvir as histórias e a ler os olhares, a sentar no chão, a entender o que pode ser a produção de um certo “comum” enquanto horizonte ético-político de atuação.

O caminho-estrada precisa ser entendido, então, como político. Como condição para gerarmos brechas, bifurcações, saídas, escapes, estradas alternativas que apontam para outros mundos. Daí, então, a possibilidade de, na estrada-chão, voltarmos-nos para a beleza e potência nas rugosidades. As estrias, os vincos e as rugas da terra abrem espaço para a criação de caminhos outros. Rachaduras que duvidam e questionam a linearidade da vida. Rugosidades que dificultam o correr planejado das práticas e políticas de subjetivação em curso nesse projeto de sociedade capitalista, extrativista, neoliberal, racista, machista, patriarcal, que se aproveita da lisura das super-

fícies para espriar suas formas-mundo (Rolnik, 2019). Indagar a superfície lisa produzida para o avanço capitalista é rejeitar aparentes e silenciadores consensos. Afirmar o chão arenoso nos convoca a contornar a repetição e naturalização da vida, dando lugar ao dissenso no encontro com outros afetos e corpos pelo caminho.

Encontros e formas de caminhar

Na continuidade da caminhada, a pretensão aqui não é trazer grandes análises teóricas ou compartilhar práticas inovadoras. A proposta é esboçar reflexões sobre caminhos percorridos e como, a partir da Psicologia Comunitária, vivenciamos laços com as pessoas e comunidades e suas variadas formas de caminhar. Para iniciar estas reflexões, algumas inspirações nos provocam a pensar².

1. Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade, livro de Kátia Maheirie (1994) que revirou minha formação na graduação em Psicologia. E não o acessei por indicação de professores, por fazer parte da ementa de alguma disciplina, ou ainda por conhecer o renome da autora, e sim garimpando uma estante de livros de Psicologia em um sebo da cidade. Percorrendo o olhar pelas lombadas, encontrei a expressão “análise psicossocial” presente no título e, assim, me senti atraído a pegá-lo, já sabendo que não se tratava de mais um livro de autoajuda ou qualquer psicologia barata que geralmente vivem misturados nessas estantes. Quando me deparei com a capa - umas vacas flutuando por cima de um emaranhado de prédios - tive a certeza de que seria um livro no mínimo interessante. E de fato é. Maheirie, baseada em Vigotski e Sartre, analisa como o sujeito se constitui na relação com as pessoas, com a natureza, com as delícias e vicissitudes de sua condição humana singular e histórica. Conhecendo um pouco da vida de Agenor, seus embaraços e encruzilhadas do viver, pude compreender melhor a diversidade das contradições da realidade social, como as desigualdades, o êxodo rural, os estigmas, preconceitos, etc.

2. Arábia, longa-metragem de Affonso Uchoa e João Dumans, de 2017. A jornada, saga ou sina pelo mundo do trabalho, epopeia pelas vivências narradas em um diário perdido/encontrado de um homem comum,

² Os relatos em primeira pessoa são frutos das vivências e caminhadas do autor Conrado Pável de Oliveira.

Cristiano. De tão comum, a saga de Cristiano por tantos Brasis sem sair dos caminhos de Minas Gerais parece mesmo extraordinária. Em cada encontro e desencontro, passava como um filme em minha cabeça tantos Cristianos que partilharam comigo um pouco de suas histórias, principalmente quando realizava oficinas de Teatro do Oprimido na política de prevenção à Criminalidade de Minas Gerais com pessoas egressas do sistema prisional e de medidas socioeducativas de privação de liberdade. Imbricado no contraditório palco da precarização das relações de trabalho, realidade cada vez mais candente no Brasil da reforma trabalhista, e dos padrões vigentes de masculinidade que tece seus afetos, Cristiano escreveu literalmente a sua própria história, à maneira roseana:

Em desde aquele tempo eu já achava que a vida da gente vai em erros, como um relato sem pés nem cabeça, por falta de sisudez e alegria. Vida devia de ser como na sala do teatro, cada um inteiro fazendo com forte gosto seu papel, desempenho” (Rosa, 2019, p. 179).

3. Memórias da experiência das 40 horas de Angicos-RN. Em um evento *on-line*, por ocasião do centenário do nascimento de Paulo Freire em setembro de 2021, escutei o relato da professora Divoene Pereira, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, (UFERSA) a respeito do projeto de extensão sobre a memória de educandos e educandas da experiência de Angicos. Desenvolvida em 1963 por Paulo Freire, foi uma paradigmática e internacionalmente reconhecida experiência de alfabetização de cerca de 300 jovens e adultos, a partir das palavras geradoras, ou palavras da realidade das pessoas. Divoene, ao contar como ingressou na UFERSA para ser professora, assim falou: “Eu queria encontrar Paulo Freire nas ruas de Angicos...”.

Refleti muito sobre isso e como também desejo encontrar quem considero como referências para a construção da psicologia crítica - Silvia Lane, Martín-Baró, Marcus Matranga, Orlando Fals-Borda, Ecleia Bosi - pelas ruas e pelos campos, e por que não, encontrar Darcy Ribeiro aqui (virtualmente) nos sertões norte-mineiros de Montes Claros. Assim, faz-se a necessidade de ver o fruto da concretização na prática de nossos referenciais teóricos da Psicologia Comunitária, como também que a própria Psicologia Comunitária se construa a partir da vida concreta das pessoas e comunidades, suas angústias, necessidades, desejos e saberes.

4. A fome de leitura de Belonísia, no romance Torto Arado, de Itamar Vieira Junior (2019, p. 170):

Essas histórias que encontrava nos livros e ouvia da boca do povo vão se desenrolando em minha cabeça como um novelo de malha de apañhar peixe. Quando sento quieta para costurar uma roupa velha ou levanto a enxada para devolvê-la de novo ao chão, abrindo covas, arancando as raízes das plantas, é que esse fio que tem sido meu pensamento vai se fazendo trama.

Como dito anteriormente, nesta atual e, ao mesmo tempo, (já) clássica obra da literatura brasileira estão expressas as contradições da realidade histórica de um Brasil profundo, tão distante e tão próximo, e a constituição subjetiva de todos e cada um de nós. Martín-Baró (2017), em mais de uma vez, afirmou que aprendemos mais sobre a Psicologia da nossa gente lendo um romance de Gabriel García Marquez do que com a maioria dos livros técnicos de Psicologia. Concordamos. E ainda imaginamos se Martín-Baró teria lido *O Grande Sertão: Veredas*.

5. A caminhada é uma construção coletiva e a filosofia não se separa da vida intitula o texto de Adenilde Petrina Bispo (2020), doutora honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, mais do que isso, uma imprescindível lutadora do povo na comunidade do bairro Santa Cândida em Juiz de Fora - MG, e guardiã da cultura hip-hop nas periferias urbanas a partir do Coletivo Vozes da Rua³. Para a autora, “a Filosofia está em nós, nas memórias dos nossos ancestrais, nas ruas, nos becos e vielas das comunidades periféricas, nas letras dos RAPS, assim como no Slam de Perifa, culturas de resistências” (Bispo, 2020, p. 9). Pedimos licença à Dona Adenilde para pegarmos emprestado essa enunciação e, com isso, afirmamos, de forma um tanto quanto ousada, que, além da caminhada ser uma construção coletiva, a Psicologia não pode se separar da vida. Uma Psicologia Comunitária sem participação dos sujeitos, sem enraizamento no cotidiano da vida vivida no território, sem o cuidado com identidade, memória e cultura popular, se separa da vida, deixa de ser Psicologia Comunitária. Por isso, caminhemos. Juntos.

Identidade em movimento

A Psicologia Comunitária pressupõe o trabalho no cotidiano, num espaço de relações primárias, face a face, com pessoas, sujeitos que, a partir

³ Para conhecer um pouco das memórias do bairro, inclusive narradas por Adenilde, ver o filme Íris da Candinha: https://www.youtube.com/watch?v=9w8B4R6k_U

de sua subjetividade e singularidade, participam da construção da realidade (Freitas, 2001). Nas veredas da Psicologia Comunitária, conheci Zé Aranã.

Zé Aranã é uma pessoa incrível. Traz em si um pouco de Agenor, de Bibiana, de Cristiano e Adenilde. Eu o conheci no Assentamento Denis Gonçalves do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na Zona da Mata de Minas, no município de Goianá. Homem da terra fértil, plantador e plantável. Como nos recorda Eclea Bosi (2013), se lembrássemos que a palavra humano deriva de húmus, terra viva, estranharíamos muito essa desumanização da terra ou a desterritorialização do ser humano. Zé, “véio” de guerra na luta pela terra, nasceu no Vale do Jequitinhonha e se juntou no MST na década de 1980, na região do Vale do Rio Doce, onde viveu por muitos anos. Depois de muito rodar pelos acampamentos do MST, nos sertões norte-mineiros, muitos deles em efervescentes conflitos agrários, assentou-se na Zona da Mata. A cantiga popular Riacho de Areia, típica do Jequitinhonha, parece ser a síntese de suas andanças:

Vou descendo rio abaixo, numa canoa furada
Ô beira mar, adeus dona, adeus Riacho de Areia
Arriscando minha vida, por uma coisinha de nada
Ô beira mar, adeus dona, adeus riacho de areia

Eu não moro mais aqui nem aqui quero morar
Ô beira mar, adeus dona, adeus Riacho de Areia
Moro na casca da lima, no caroço do juá
Ô beira mar, adeus dona, adeus riacho de areia

Zé reivindica para si, não sem a estranheza de alguns, a identidade indígena do povo Aranã, originário do Jequitinhonha e que, segundo a historiografia oficial, é considerado extinto desde o século XIX. Muitas vezes, ouvi de sua boca: “os parentes estão dispersos...”. Assim como também acontece com os puri da região da zona da mata mineira⁴, há entre os aranã um movimento de ressurgência étnica, iniciado no final da década de 1990. Nesse sentido, foi muito significativo quando ouvi de Zé Aranã: “Eu sou um dos 900 mil parentes que se identificam como indígena”.

⁴ Um exemplo expressivo é a disputa de identidade relacionada à região da Serra do Brigadeiro. Hoje, o parque estadual traz em si o nome da patente militar do colonizador responsável pela dizimação dos povos originários da região. Por outro lado, comunidades da ressurgência puri reivindicam a mudança para o nome originário Serra dos Arrepiados, ou dos Puri Arrepiados, como forma de apropriação da identidade do território.

No assentamento Denis Gonçalves, Zé conta, com orgulho, a história que aprendeu dos nativos. Há na região uma gruta encravada na Serra da Babilônia, conhecida como Toca da Índia, onde no ano de 1871, quando ainda um expressivo latifúndio da monocultura de café, foi encontrado um cemitério indígena. Alguns destes corpos – uma mulher e duas crianças – sofreram um processo natural de mumificação e foram doados, na época, para o Imperador Pedro II quando visitou a fazenda e, posteriormente, foram expostos no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Estudos arqueológicos realizados em 1980 apontam que os corpos eram de pessoas que viveram há cerca de 700 anos atrás, antes ainda da chegada dos europeus na região e, provavelmente, eram da etnia Maxacali, grupo que atualmente vive na região do Vale do Rio Mucuri - nordeste de Minas Gerais, sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Nós, particularmente, não estudamos isso na escola, mas quem estudou sabe que quem habitavam a região da zona da mata mineira eram os puri. Os povos indígenas estão, portanto, em constante movimento.

A oportunidade de ouvir as lendas presentes na memória oral da comunidade e ter visitado as múmias na exposição do setor de arqueologia pré-colombiana no Museu Nacional, com a primeira turma de educação de jovens e adultos da escola do assentamento Denis Gonçalves no ano de 2016, tornou-se uma vivência extremamente significativa que provocou reflexões sobre a importância dos povos originários na formação de nossa própria identidade. As múmias, de valor inestimável para a nossa história, foram destruídas no incêndio ocorrido no dia 02 de setembro de 2018. Mais um capítulo da história do apagamento das raízes que forjam a identidade de todos e de cada um do povo brasileiro. Identidade, categoria fundamental para Psicologia Social, sempre em transformação, metamorfose, amálgama das vivências, contradições e processo histórico que constituem quem somos e quem podemos ou queremos ser (Ciampa, 1990).

Atualmente, estamos vivendo um período chave para a luta dos povos indígenas no Brasil: a questão do chamado marco temporal, um julgamento histórico que busca estabelecer o reconhecimento do direito à demarcação de terra somente quando os povos conseguem comprovar ocupação em 1988, no dia da promulgação da constituição. Isso logicamente não considera que os povos originários, como nos demonstra tanto a história de Zé Aranã como também a das múmias das Serra da Babilônia, estão em constante movimento. Foram sistematicamente e violentamente expulsos de

suas terras e estão em constante movimento, dispersão e resistência, nas aldeias, nos campos, na floresta e na cidade. Essa contradição está presente na atualidade: ao mesmo tempo em que as forças reacionárias do neofascismo avançam, avançam também as mobilizações nacionais dos povos originários, mesmo com toda a sua diversidade de cosmovisões.

Tantas outras facetas da história de Zé Aranã poderiam estar aqui, mas não cabem no presente trabalho: suas práticas de cuidado na saúde, sua forma de mobilizar as pessoas na comunidade para o trabalho coletivo, os mutirões, suas participações nas esferas políticas institucionais na cidade. A proposta aqui não é uma discussão pormenorizada da complexa questão indígena no Brasil, e sim reflexões sobre como questões sociais se expressam na singularidade de cada pessoa e como sua vida concreta traz a totalidade das contradições da realidade.

“Somos andando”

A vida se realiza em movimento e, já dizia Eduardo Galeano (2009), em uma expressão atribuída por ele à Paulo Freire: “somos andando”. A palavra movimento, utilizada por Lane e Codo (1989), para expressar e anunciar uma virada epistemológica na Psicologia Social brasileira, traduz a nossa realidade, diz de quem somos e dos nossos muitos caminhos.

É preciso caminhar, por vezes andar à esmo pelas ruas da cidade e estradas. Errância que nos leva a sair de si, para além dos caminhos já familiares, recusar o estabelecido e a limitação da experiência, estranhar aquilo que nos parece naturalizado. É buscar voltar à realidade das coisas, dos detalhes, pormenores, fugir do engessamento da nossa percepção estereotipada da realidade. Ou, como diz o cantor-compositor Chico César: “o caminho se conhece andando / então vez em quando é bom se perder / perdido fica perguntando / vai só procurando e acha sem saber”. *Flanar*, andar sozinho e sem pressa, faz aguçar os sentidos e a percepção da realidade, entendida por Bosi (2013) como muito mais do que uma mera recepção: é uma construção, tarefa sobre o mundo. E essa tarefa também é solitária.

Há caminhos, porém, que é imprescindível fazer junto. Para fazer uma travessia, sair de um lugar e chegar a um outro destino já traçado – mesmo que vá num ponto muito distante de onde primeiro se pensou, como nos lembra Guimarães Rosa (2019) – é bom que não se faça sozinho, é perigoso.

Travessiar exige cooperação com quem segue ao nosso lado e compartilha o mesmo horizonte: “é tempo de avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo”, como diz os versos de Thiago de Mello (1926-2022), o poeta da floresta. Ao longo da jornada, vai se dando o fortalecimento dos laços de confiança, o cultivo da amizade política e da amorosidade rebelde. É no brilho dos olhos do outro e suor que se derrama junto que se encontra a força e coragem de caminhar cada vez mais longe!

Algumas jornadas são longas demais. Pode ser que nem pisemos com os próprios pés na conquista que buscamos alcançar. Para isso, é necessário andar em marcha, se ajuntar com o povo, com as singularidades e com o todo que as formam. *Marchar* junto aos movimentos sociais é uma oportunidade de se aprender que é preciso organização e estratégia para o enfrentamento das desigualdades e injustiças. A tarefa histórica da articulação de alianças com os movimentos segue presente e expressa o compromisso da Psicologia Comunitária que se diz crítica e participativa, conforme os versos da canção de Dorothy Marques: “*antonce se a gente veve lutando, antonce a gente deve se arreuni*”. A Marcha das Margaridas, por exemplo, que reuniu em 2019 mais de cem mil mulheres do campo, da floresta e das águas em Brasília, é sinal concreto de que somente com resistência organizada se transforma a nossa realidade e se expande a consciência: “os que virão, serão povo, e saber serão, lutando”, Thiago de Mello, mais uma vez, em seus versos ecoa.

Como iniciar esta caminhada? Dandô, um coletivo de artistas populares que se articulam em torno da memória e obra do cantador Dercio Marques, traz uma pista provocativa. O nome Dandô, vem da linguagem popular das ancestralidades africanas e se refere aos primeiros passos de uma criança aprendendo a andar. *Dandar* revela, portanto, essa dimensão concreta e, ao mesmo tempo, simbólica dos desafios de cada passo em movimento: manter um pé no chão e o outro no ar. Somente abraçando tal desafio é que vislumbramos possibilidades de transformação da realidade, mas “toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar”, como nos lembra o cantor-compositor Siba.

Mas, e quando vem o cansaço? É preciso retomar o fôlego, oxigenar as ideias, descansar em algumas paragens. Atuar a partir da Psicologia Social e Comunitária é construir vínculos potentes de compromisso e afeto com as pessoas, grupos e comunidades. Fazer desses laços nossa comunidade de destino (Bosi, 2013) permite o encontro genuíno que gera a partilha generosa do cuidado, da amizade e da esperança ativa. Por fim, nesse movimento da vida, lembremos, sempre, dos versos de Paulo Freire escritos 1971:

Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera (Freire, 2000).

Para outras prosas: o caminho não é linear!

Nos percalços desse caminho, construímos relações que transbordam os nossos corpos, ao interagir com os objetos da cultura, com a linguagem, arte, ciência e filosofia. Junto a isso, através dos encontros, fazemos e somos uma espécie de chão - de terra - que margeia as condições para a nossa própria existência em sociedade.

A (im)permanência do dissenso, arenoso e rugoso, encontra terreno fértil na expressão da arte para a produção do (ou de um outro) mundo. A arte, aqui, através da literatura, dos encontros e caminhos, se arrisca a dialogar com o saber teórico, apontando uma direção para se pensar a Psicologia Social e Comunitária. Não existe arte sem realidade objetiva, material e con-

creta, porque a arte se conecta à vida. E a arte - também a vida - é ação humana, afeta tanto a realidade material quanto a realidade do próprio sujeito, objetivando sentimentos e partilhando vivências.

A arte é o social em nós, e se o seu efeito se processa em um indivíduo isolado, isto não significa, de maneira nenhuma, que suas raízes e essência sejam individuais... O social existe até onde há apenas um homem e as suas emoções (Vigotski, 1999, p. 315).

Defendemos, assim, uma concepção de mundo-sujeito em movimento que se constrói em suas andanças. Ter a dimensão de que a “arte é o social em nós” e que “o social existe até onde há apenas um homem e as suas emoções” é tomar como central a dinâmica da vida e suas relações históricas, culturais, políticas e estéticas. Em outras palavras, implica, necessariamente, combater concepções a-históricas, neutras e assépticas.

E talvez seja isso o que nos impele a insistir em falar de algum movimento possível, mesmo quando o que nos corta o caminho e a carne produz motivos para a radicalização do luto (Butler, 2018). Parar diante das mais de 600 mil vidas perdidas em decorrência da pandemia de Covid-19 que assola o país, mas sobretudo de um projeto necropolítico de gestão de condições mortíferas da população (Mbembe, 2016). Parar diante dos massacres das populações indígenas, das populações LGBTQIA+, da juventude negra e periférica. Parar diante da ascensão do fascismo; das políticas do medo e do ódio, da precarização orquestrada das vidas e corpos.

Como a protagonista de *Torto Arado*, Belonísia, diz sobre seu aprendizado com o sábio pai Zeca Chapéu Grande, “o vento não sopra, ele é a própria viração (...). Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida” (Vieira Júnior, 2019, p. 99). Talvez seja mesmo por isso que continuamos a caminhar, porque é preciso sentir o movimento do ar, sentir o vento no rosto, a paisagem mudar, para sentirmos, então, que ainda há condições de produção de outras formas de vida.

Referências

BISPO, Adenilde Petrina. A caminhada é uma construção coletiva e a filosofia não se separa da vida... **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 11. n. 2, 2020, p.9-20.

BOSI, Eclea. **Tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. São Paulo: José Olympio, 2018.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos de Paulo Freire. São Paulo: Unesp, 2000.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, n. 2, p. 71-91, 2001.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária**: atividade e consciência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire do Ceará, 2005.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 123-151, 2016.

MAHEIRIE, Kátia. **Agenor no mundo**: um estudo psicossocial da identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, 7-27, 1997.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo; LACERDA JÚNIOR, Fernando (Org.). **Psicologia Social para a América Latina**: o resgaste da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, p.189-197, 2009.

MONTERO, Maritza. Construcción del otro, liberación de sí mismo. Utopía y praxis latino-americana. **Revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social**, v. 16, 41-52, 2002.

MONTERO, Maritza. Vidas paralelas. Psicología comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. **Psicología social comunitaria**, p. 19-45, 1994.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas - o diabo na rua, no meio do redemoinho. 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia, 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 35-53.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Capítulo 6

O compromisso da Psicologia do Esporte (PE) com as políticas públicas, com a diversidade de gênero e com as práticas antirracistas

*Paula de Paula
Camila Vieira Souza*

O presente texto é a relatoria das duas rodas de conversa realizadas no Encontro Regional da ABRAPSO-Minas que trataram do compromisso ético-político da Psicologia com a democratização do esporte pela via das políticas públicas de lazer. O direito de cada um às práticas esportivas e de lazer se encontra estabelecido no artigo 217 da Constituição Federal de 1988 como “dever do estado em fomentar práticas desportivas formais e não formais [...]” (Brasil, 1988).

Uma das rodas abordou a importância da participação das(os) profissionais da PE nas fases de formulação, implementação e controle dos impactos das políticas de esporte e lazer, para além do costumeiro acompanhamento de atletas e equipes esportivas. A mesa aponta a necessidade das(os) psicólogas(os) compreenderem o que vem a ser o esporte e o lazer e qual seu potencial na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Na outra roda de conversa, recebemos pessoas que militam e produzem cientificamente contra o racismo no esporte e o preconceito contra o público LGBTQIA+, pois tanto um quanto o outro atinge crianças, adolescentes e adultos, dificultando a participação e a profissionalização no esporte.

Precisamos saber que as políticas públicas são responsabilidade do Estado, no sentido da construção da cidadania, e que atualmente ainda estão marcadas por ações compensatórias. O esporte tem sido muito usado como instrumento de auxílio para a estruturação da educação dos jovens, contri-

buindo na formulação de seus valores e através da percepção das diferenças através de um jogo justo. Por isso, as políticas de esporte e lazer enfrentam demandas urgentes de todas as camadas da população, principalmente daquelas historicamente excluídas do acesso à cultura do movimento própria das lutas, danças e de modalidades esportivas como a natação, por exemplo.

As(os) profissionais da Psicologia do Esporte defendem a prática do esporte e da atividade física fora da visão utilitarista e/ou salvacionista, o que significa que não o tomamos como uma panaceia capaz de tratar diversas problemáticas multidimensionais e complexas, tais como a prevenção do consumo de drogas e responsável pelo futuro da juventude.

Para implementar políticas públicas de esporte enquanto lazer, devemos conhecer como funcionam as etapas orçamentárias pelas quais o projeto terá que passar. No caso do esporte, somos sempre surpreendidos com a disponibilização de um valor insuficiente no percentual dos orçamentos anuais do poder público que, quando investe recursos em projetos sociais, sempre privilegia a lógica do esporte competitivo, visando à seleção de talentos.

Um tema que sempre é deixado em último lugar nas discussões sobre a materialização das políticas públicas de esporte e lazer é o do financiamento. Sempre que se destaca a importância de melhoria nos serviços, a capacitação dos agentes é citada, mas a questão do financiamento e do funcionamento dos recursos públicos são negligenciados e, de acordo com Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), são escassos os estudos acadêmicos que se debruçam sobre essa temática.

A dinâmica do orçamento público segue uma lógica normativa e, nas esferas federal, estadual e municipal, deve ser construída a partir de etapas claramente estabelecidas pela norma jurídica. O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – ou Plano Plurianual (PPA) – a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são documentos que compõem a dinâmica de elaboração do orçamento público.

Sabemos que a Emenda Constitucional 95/2018 alterou drasticamente a constituição, restringindo o investimento do Estado em políticas públicas por 20 anos. Sabemos também que temos que lutar para eleger um governo que revogue essa e outras emendas, pois sem isso não é possível ao povo brasileiro gozar de saúde e paz.

Em um país desigual como o Brasil e, principalmente, vivendo a pandemia da Covid-19 de forma tão desrespeitosa com o nosso povo, parece

absurdo colocar o esporte/atividade física no mesmo patamar que o direito à saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros, uma vez que as condições básicas de existência em nosso país ainda não foram supridas de forma universal. Esse tipo de pensamento prioriza a lógica da sobrevivência, e não a de uma vida digna e de qualidade. É por isso que lutar pelo direito ao esporte enquanto um conteúdo do lazer é relevante, pois só através dele um povo alcançará a tão almejada “qualidade de vida”.

É preciso saber que o esporte funciona como um aparelho ideológico do estado capitalista, pois vemos repetir materialmente nesse campo os preconceitos contra negros, mulheres e público LGBTQIA+. Como psicólogas devemos engrossar a luta pela democratização da prática esportiva às pessoas pretas e aquelas de gêneros não-binário.

A roda de conversa que problematizou a questão do racismo e de gênero utilizou-se dos sucessivos casos acontecidos no esporte ao longo da história, colocando em xeque a ideia de que se vive uma democracia racial no Brasil. A roda priorizou o futebol pelo fato dele ser o esporte que mais vai ao encontro do sentimento de nacionalidade brasileira e onde mais presenciamos o racismo, principalmente manifestado pelas torcidas organizadas, contra juízes e atletas negros. A justificativa de que a projeção dos atletas e a conquista de medalhas independe de sua cor, pois acontece pelo mérito de seu esforço em treinar suas potencialidades, também foi apresentada como obsoleta, já que é mister verificar o quanto o esporte, sendo uma empresa, funciona suscetível às influências de poder, o que impede que haja oportunidades iguais para todos, todas e todes.

O exemplo do que aconteceu na Copa do Mundo de futebol de 1950 foi emblemático, com a derrota por 2 a 1 na partida final contra o Uruguai, dentro do Maracanã, porque “a responsabilização pelo fracasso recaiu sobre as costas de três atletas negros: Barbosa, Juvenal e Bigode”, como se o negro carregasse em si o estigma do fracasso (Skolaude, 2015, p. 15). Esse evento serviu como legitimação das teorias raciais, isto é, o estigma do atleta negro enquanto fadado ao fracasso, como foi o caso de Barbosa, goleiro negro que defendeu a seleção brasileira naquele mundial. Desde então, constituiu-se, no imaginário popular, a concepção de que goleiros negros não eram competentes o suficiente para defenderem a seleção brasileira; ou seja, esses arqueiros passaram a ser preteridos em relação aos goleiros brancos. Além disso, legitimou-se a concepção de que negros não possuíam estrutura emo-

cional suficiente para embates de grande envergadura (Skolaude, 2015, p. 15).

O racismo dentro do futebol continua acontecendo sem barreiras efetivas, justamente pela falta de políticas eficientes contra o preconceito racial e a negligência da justiça desportiva quanto às investigações, processos e devidas punições. Embora o racismo não apareça de forma evidente, já que nenhuma empresa declararia não aceitar negros em seus quadros para cargos de comando, podemos contar nos dedos o número de negros que estão nesses dentro das federações como gerentes, diretores e presidentes de clubes. Mas também dentro das quatro linhas do campo do futebol não vemos técnicos, árbitros e demais profissionais como médicos, fisioterapeutas e psicólogos atuando. O resultado disso é a quase invisibilidade do negro nos lugares de comando no futebol. Por esse motivo, é necessária a implantação de políticas afirmativas, visando democratizar a participação de pessoas pretas em cargos de gestão no esporte, por exemplo.

Concordamos com a Cartilha do Conselho Federal de Psicologia (2017, p. 214), quando alega que, “em sociedades desfiguradas por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que as instituições se abstenham de discriminar, sendo necessária uma ação positiva comprometida com a promoção da igualdade”. A questão é da adoção de uma política afirmativa que englobe a inclusão e ascensão da igualdade, a qual necessita de uma atenção e ação constante das instituições contra as atitudes que se dizem neutras ou sem intenção de discriminar. Assim, é possível enfrentar e combater o preconceito que vem se velando cada dia mais.

É preciso fazer a distinção entre a ação afirmativa e os comportamentos atuantes das instituições que favorecem a criação de condições que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade e de tratamento. A ação afirmativa visa eliminar qualquer fonte de discriminação, direta ou indireta, criando, por exemplo, cotas raciais na contratação de funcionários. Isso tem acontecido atualmente quando há concursos públicos com reserva de vagas para a população negra. “Apesar do número de ações afirmativas efetivamente relacionadas à política pública ou privada ser pequeno, a incorporação dela é facilmente percebida, assim como seu efeito” (CFP, 2017, p. 114).

Essas ações afirmativas podem ser pensadas e colocadas em prática a partir do diagnóstico institucional. Considerando o contexto brasileiro, é

preciso que as pessoas, e principalmente os profissionais - os da psicologia principalmente - tenham ambientes em que possam pensar a respeito da identidade negra.

É importante que as(os) profissionais façam a reflexão sobre si próprios, como sujeitos constituídos em uma sociedade cujo imaginário social demarca a(o) negra(o) em um lugar inferior, oprimido e menos valorizado, ocupando subempregos ou restritos a arte e esporte (CFP, 2017, p. 115).

Em nossa opinião, a Psicologia do Esporte tem um grande desafio pela frente, já que é necessário também “inventar” uma clínica ampliada que seja capaz de acolher e escutar o sofrimento psíquico advindo do racismo e das perversões de uma sociedade capitalista que tem o racismo como forma de estruturar as relações de trabalho, sempre prejudicando a classe trabalhadora. Embora a cartilha do CFP traga contribuições relevantes para a atuação antirracista por parte das(os) psicólogas(os), é preciso considerar o contexto sócio histórico do sujeito e seu lugar de fala. Para isso, é necessário um diálogo da Psicologia com todas as áreas de ciências humanas, a fim de angariar ferramentas que auxiliem na leitura dos impactos do racismo na subjetividade do jogador negro. Só a partir da interdisciplinaridade podemos trazer elementos que agreguem à construção de uma clínica voltada para as relações raciais.

A roda concluiu que a formação curricular do aluno de Psicologia precisa apresentar as bases epistemológicas que apresentem contexto sócio-histórico, escravidão, política da colonização e povos africanos, o genocídio de negros e indígenas, bem como a escravidão. Toda essa história deixou marcas que estruturam a base do pensamento - psiquismo - de negros e brancos e isso precisa ser de conhecimento dos profissionais da Psicologia.

Segundo o CFP (2017, p. 113), um plano de intervenção dentro da instituição para o combate ao preconceito racial necessita “refletir nos códigos de conduta, na missão da instituição, nos princípios; enfim, na maneira como a instituição se posiciona, interna e externamente”. No contexto do futebol, as notas de repúdio, punições vindas dos clubes ou instituições máximas que coordenam o futebol são exemplos dessas medidas.

Como último ponto, a cartilha do CFP afirma que, para que uma intervenção aconteça de forma efetiva, é preciso identificar ações feitas pelas

instituições que causem desigualdade racial. Para que isso aconteça, o CFP orienta que seja obrigatório ter, nos formulários, fichas cadastrais das(os) usuátrias(os), espaço para identificação do quesito cor, “de modo a poder visualizar o perfil da população atendida, bem como a forma com que as ações alcançam os diferentes grupos raciais” (CFP, 2017, p. 116).

Independentemente de como começará o trabalho do psicólogo atuante na instituição, seja pelo levantamento do quesito raça/cor, diagnóstico da discriminação ou pela reflexão dos profissionais e gestores a respeito da discriminação racial, concordamos com o CFP (2017, p. 117) que “o fato é que todos esses passos precisam ser contemplados para que o resultado seja a criação de serviços públicos e privados como ações afirmativas e, como tal, que sejam equânimes em sua composição”.

É preciso que todos na instituição, seja pública seja privada, independentemente da hierarquia, estejam aptos a identificar e debater sobre o racismo. Com as orientações da cartilha do conselho de 2017, é possível pensar a atuação e colaboração do psicólogo em não somente conscientizar e combater o racismo, mas também uma atuação que possa entender o sofrimento que o preconceito causa no atleta negro. Ainda que seja no futebol, onde alguns negros conquistam grande visibilidade, salários altos e influência social, eles não ficam imunes ao preconceito racial. Em tempos de retração de direitos, nossa categoria profissional terá que estar em vigília para evitar que tudo que já se foi pensado para o combate do racismo seja negligenciado e, de novo, se torne invisível na produção científica.

Quanto às questões de gênero, a roda de conversa constatou o fato de que é difícil até para as mulheres cisgêneros concorrerem em condições de igualdade no mercado de trabalho, a despeito da qualificação e competência para os cargos. As pesquisas de Gomes (2008), Romariz, Votre e Mourão (2012), Ferreira (2012), Almeida e Freitas (2020) e Velho e León (1998), utilizando-se da análise do fenômeno “teto de vidro”, constataram as barreiras culturais, organizacionais, familiares e individuais que dificultam o acesso das mulheres às posições de liderança, principalmente aos mais altos níveis na hierarquia organizacional.

Em relação à interseccionalidade, temos pouquíssimos estudos sobre o tema envolvendo as questões de gênero no esporte, os estudos da área publicados debruçam-se sobre a mulher negra lésbica. Segundo Kessler (2019), o futebol feminino tem sido um espaço de acolhimento para as mulheres

lésbicas brancas, principalmente aquelas que performam masculinidade. Elas ganham a simpatia e solidariedade dos administradores do Clube/Time (Kessler, 2019). O mesmo não acontece com as mulheres negras e/ou com vivências Bissexuais, Assexuais, Travestis, Transexuais e Pansexuais. Segundo Kessler (2019), quando as mulheres negras se apresentam, publicamente, como homossexuais, no futebol, sofrem com constrangimentos em função da sua aparência. Caso as jogadoras negras violem essas regras, podem perder a carreira esportiva devido ao isolamento social que sofrem ao longo da prática esportiva. São feitas orientações para alisarem os cabelos, utilizarem de maquiagem e falarem o “português correto”. Há duas orientações gerais quando precisam encontrar com patrocinadores e/ou a mídia, sempre apresentar feminilidade e não demonstrar e/ou apresentar seu relacionamento homoafetivo.

As atletas não brancas são avaliadas a partir dos seus estereótipos e isso limita a diversidade da experiência esportiva que poderiam ter. Mulheres não brancas que são tidas como exceções são destacadas de seu grupo racial, que permanece estereotipado. Um exemplo é a jogadora Marta, um ícone do futebol feminino brasileiro. A futebolista desafia todos estes espaços já que, sendo mulher, negra, lésbica e nordestina, tem mais títulos e honrarias do que no futebol feminino e masculino juntos. Ainda, assim como Marta, também temos outras mulheres negras se destacando nos esportes e são pioneiras, como a jogadora Formiga, que foi a que mais disputou jogos olímpicos, juntando as modalidades feminina e masculina. Irenice Maria Rodrigues liderou uma greve de atletas quando as mulheres foram impedidas de disputar campeonatos durante a Ditadura Militar Brasileira; e Soraia André, também conhecida como Japonegra, revolucionou o mundo do Judô brasileiro.

Além disso, nos últimos 10 anos, muito se tem falado sobre a inclusão de mulheres transgêneros no esporte. Usando do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, considerado um estado psicológico acompanhado de desconfortos persistentes com o sexo de nascimento, o tema é polêmico e está sendo debatido em amplo espectro. Mesmo assim, os transgêneros ganharam um espaço importante nos esportes olímpicos, já que, em novembro de 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) derrubou barreiras que dificultavam a participação desses atletas em competições de grande porte.

Foram determinadas novas regras para aceitação de mulheres transgênero no esporte, exigindo controle dos níveis de testosterona sanguínea

abaixo de 10nmol/L, por, no mínimo, um ano, excluindo a necessidade de cirurgia de mudança de sexo. Para transgêneros masculinos, no entanto, não existem impedimentos, uma vez que a mulher que opta pelo sexo masculino não adquire vantagem física alguma.

Claro que o limite do hormônio testosterona definido pelo COI para transgêneros causou discussão, já que estaria aproximadamente quatro vezes acima do que uma mulher apresenta normalmente, que gira entre 2 a 3 nmol/L. E ainda existe a dúvida desses números não incluírem estudos de efeitos do hormônio no organismo feminino pela possibilidade de o homem possuir mais receptores para a testosterona em seu organismo e ser mais responsivo a ela.

Uma outra preocupação com as mulheres transgêneros gira em torno daquelas que tiveram suas gônadas removidas. Como elas são os órgãos produtores de testosterona, seu organismo pode ter problemas sérios pela ausência do hormônio, como depressão, perdas óssea e de massa muscular acentuada. Assim, passa a ser indicada a reposição de testosterona exógena, através de um pedido de exceção de uso terapêutico (TUE) na Agência Mundial Antidoping (WADA), obedecendo aos limites hormonais permitidos pela nova norma.

Existe uma corrente que afirma que a realização da redesignação sexual na fase adulta pode conferir vantagens de performance atlética em mulheres transgêneros. Isso se daria por diferenças na formação do organismo masculino comparado ao feminino, durante a fase da puberdade, principalmente pela ação de diferentes hormônios. Dessa maneira, não seria possível reverter todo esse quadro em apenas um ano, como sugerido pelo COI, e esperar que uma atleta não tenha vantagem sobre suas concorrentes. Ela sugere uma supressão hormonal da testosterona de, pelo menos, 15 anos para se ter resultados inegáveis.

Nos meninos, a testosterona começa a agir por volta dos 12 anos de idade e promove muitas mudanças no seu corpo em relação às meninas, como: a formação de pulmões com maior capacidade; desenvolvimento do coração e circulação capazes de bombear mais sangue para o corpo e, logo, responder à atividades físicas mais vigorosas; e um sistema músculo-esquelético com maior densidade óssea, massa muscular e, conseqüentemente, mais força; além de um sistema de hemoglobinas, transportadoras de oxigênio, mais eficiente pela ativação da testosterona. Esse processo de desenvol-

vimento segue até os 30-40 anos de idade, quando a testosterona começa a declinar a uma taxa de 1% por ano, aproximadamente.

Algumas pesquisas suportam a recomendação do COI e mostram que transgêneros mulheres submetidos à supressão hormonal da testosterona, após um ano de tratamento, apresentam diminuições de massa, força muscular e densidade óssea. No entanto, esses estudos foram criticados, pois não chegaram a comparar esses resultados com os de mulheres que não passaram pelo procedimento e não avaliaram a performance física, o que seria o ponto crucial.

O único estudo que avaliou performance física em transgêneros foi realizado por Joanna Harper, médica e pesquisadora americana transgênero. A pesquisa abrangeu oito mulheres transgêneros submetidas ao tratamento de supressão da testosterona que apresentaram diminuições de massa muscular e densidade óssea depois do tratamento, e o principal, mostraram perda de performance na corrida de 5 e 42 quilômetros comparadas com mulheres cisgênero, que tiveram o sexo determinado no momento do nascimento. Ainda continuamos a espera por um estudo semelhante com atletas de alto nível ou elite, mas, para isso acontecer, é necessário se ter um número maior de atletas transgêneros incluídas em modalidades de alto rendimento. O preconceito só as afasta.

São muitas as histórias pessoais de atletas lutando e conseguindo seus espaços na elite esportiva. No Brasil, estamos acompanhando a história de Tiffany Abreu, como a primeira jogadora de vôlei transgênero a participar da Superliga Feminina, a principal competição nacional. O mesmo aconteceu com Tia Thompson, nos EUA, autorizada a jogar o mesmo esporte numa liga americana. Laurel Hubbard, transgênero levantadora de peso da Nova Zelândia, também rompeu essa barreira em seu esporte, sendo a primeira a ganhar um título internacional. Todas elas seguem estritamente as regras.

Corremos o risco de no futuro próximo até as competições para as mulheres cisgêneros estejam reguladas pela quantidade de testosterona produzida por litro de sangue, tal como são feitos os tratamentos de hormonização para mulheres Trans. O caso mais conhecido é o de Caster Semenya, corredora sul-africana, bicampeã olímpica nos 800 metros, que perdeu em setembro de 2020 a apelação que tinha feito no Supremo Tribunal da Suíça contra a decisão que a obriga a seguir as regras criadas pela Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF) para reduzir clinicamente sua

testosterona natural para menos de cinco nmol/L por um período contínuo de, pelo menos, seis meses e manter esses níveis continuamente pelo resto de sua carreira atlética. A atleta, que sofre de hiperandrogenismo – distúrbio endócrino comum das mulheres em idade reprodutiva caracterizado pelo excesso de testosterona, só poderá competir internacionalmente se tomar medicação para reduzir o hormônio.

Seu caso está no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, embora especialistas jurídicos tenham dito que uma decisão a favor de Semenya não significaria que a *World Athletics* teria de permitir que ela corresse em seus eventos. Como a medicina e a genética estão levando ao limite a pergunta sobre o que é ser uma mulher, pensamos que a Psicologia pode dar uma enorme contribuição sobre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual como apartados da questão biológica e hormonal.

Temos sempre com referência para nossa atuação ético-política frente às questões de gênero, as resoluções do CFP n.º 01/99 e de 01/2019 e a Resolução CFP n.º 18/2002, que orientam nossa conduta em relação à questão racial. Diante de cenários tão desafiantes como temos presenciado nacional e internacionalmente em relação aos preconceitos de gênero e os negros, devemos lutar para combater qualquer tipo de silenciamento e comportamentos de ódio.

A prática social e política da(o) Psicóloga(o) deve possibilitar a todas, todos e todes o exercício da cidadania sem discriminação, mas isso tem sido difícil no esporte, pois as regras esportivas são globalizadas e resistem às mudanças, tanto quanto à participação das mulheres e de negros em cargos de direção e poder e ao acesso do público LGBTQIA+ nas instituições.

Referências

ALMEIDA, William Douglas; FREITAS, Rovilson. Sob comando deles: as barreiras para mulheres técnicas nas equipes olímpicas brasileiras. **Educación Física y Ciencia**, v. 22, n. 4, e156, outubro-diciembre 2020.

ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 1, p. 2–10, jan. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 01 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 2012.

GOMES, Euza Maria de Paiva. **A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

KESSLER, Claudia Samuel. A visibilidade lésbica no futebol de mulheres: um ensaio a partir de vivências na arena esportiva. *In*: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais (Org.). **Lesbicanidades plurais**: outras produções de saberes e afetos. Salvador: Editora Devires, 2019. p. 30-40.

ROMARIZ, Sandra Bellas; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila. Representações de gênero no voleibol brasileiro: a imagem do teto de vidro. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p. 219-237, out./dez. 2012.

SKOLAUDE, Matheus Silva. Raça e racismo na história do futebol brasileiro. *In*: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). **21 textos para discutir preconceito em sala de aula**. Gazeta; EDUNISC, 2015. p.112-117.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 309-344, 1998.

Capítulo 7

Psicologia social e desenvolvimento social: de pesquisas pelo sertão norte-mineiro sobre memória, narrativa e lugar

*Thaisa Maria Fonseca Almeida
Thiago Frederik Mendes Batista*

Considerações iniciais: das andanças com as pesquisas no sertão

Este trabalho parte de relatos de experiências de dois psicólogos enquanto mestrandos em Desenvolvimento Social¹ que decidem por estudar a relação entre psicologia social e ciências sociais. Lane (2009) já pontuava a existência de várias psicologias, mesmo dentro do campo do social, enquanto Bosi (1979) apontava outras possibilidades do compromisso da psicologia social. Todavia, as autoras centraram muitos dos seus estudos nos lugares urbanos, das identidades cidadinas, apesar de Silvia Lane ser considerada a precursora da psicologia comunitária nos estudos que englobam as categorias de etnia e raça².

As nossas escolhas pelo mestrado em Desenvolvimento Social possuem um ponto em comum, a saber, a necessidade e desejo de aprofundar pelas discussões acadêmicas que dizem de onde viemos e que têm a ver com as nossas histórias de vida – que nos fez desejar pesquisa sobre a categoria “lugar”. Assim, a relação temporal com o sujeito no que o tempo o marca se coloca como uma questão crucial tanto quanto a relação com o espaço. Como que o lugar em que se pisa abocanha um corpo? Como que isso diz de uma relação com o mundo e com formas de viver o mundo? Refletir e provocar algumas dessas questões tanto no que a psicologia social pode con-

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS / Unimontes.

² SP, TV PUC *et al.* Programa Diversidade 53-Memória. 2005.

tribuir, tanto no diálogo com as ciências sociais, é o nosso objetivo com este trabalho.

Buscamos nos debruçar sobre as questões do lugar e espaço, a partir da contribuição das ciencias acerca dessa categoria, que realiza essa discussão dentro do que é considerado desenvolvido, uma vez que o arcabouço teórico sobre lugar se encontra entrelaçado nas discussões a respeito de projetos de desenvolvimento para os lugares. Logo, pensar o lugar e categorias imbricadas, tradicionalmente discutidas pela geografia, é também historicizar esse debate nos planos de desenvolvimento e progresso.

No percurso de um projeto desenvolvimentista para o Brasil durante o governo Juscelino Kubischek - JK, muito se falava sobre o desenvolvido como sinônimo de progresso, e o progresso como sinônimo de cidade, do tempo que voa, a quase mercantilização do tempo. Em contrapartida, as literaturas em voga, principalmente acadêmicas, se voltavam para o rural como contraposto do urbano, como o lugar do atrasado (Silvia; Macedo, 2017).

Nesse momento, as ciências sociais, em especial a Sociologia, se debruçaram sobre a problemática do desenvolvimento brasileiro, enfrentando de forma particular a questão nacional do Brasil de meados do século XX. Nesse sentido, é possível associar aqueles temas aos que compuseram as discussões específicas nas Ciências Sociais, tais como mudança social, atraso/moderno, desenvolvimento social, planejamento social, reforma social, crise, revolução social, imperialismo, nação, alienação, transplantação (Martins, 2010, p. 210).

O senso comum acadêmico, no que tange às teorias rurais, e a psicologia rural nas suas intercafes com as ciências sociais, ainda compreendiam o rural dentro de um determinismo geográfico, e isso envolvia também as gentes do rural: o capiau, o caipira. Assim, literaturas na esteira das narrativas enquanto gênero literário, como “Os sertões” (1902), de Euclides da Cunha, reforçavam esse cenário, apesar de ser elemento ainda de análise social, enquanto a literatura roseana ganhava um espaço de ressignificação do lugar da gente sertaneja. A literatura roseana, que caracteriza as novelas escritas por João Guimarães Rosa, confere outro lugar às gentes sertanejas, inserindo inclusive dentro do universo acadêmico, na crítica ao senso comum acadêmico, a categoria “sertão”. Sertão, então, torna-se uma categoria de pesquisa e abre possibilidades também de pesquisa para as narrativas das gentes sertanejas (Sena, 1998; Carneiro, 2008).

Traçamos esse cenário enquanto pesquisadores sertanejos: de Porteirinha e de Ponto Chique, ambos situados no norte de Minas Gerais, que precisaram se deslocar para a cidade de Montes Claros (considerada cidade universitária), na busca por outras condições de vida, investindo e optando pela universidade, por meio do mestrado, para estudar os lugares de onde viemos. Assim, no comum das nossas histórias de vida com as histórias de outras gentes – aqueles que escutamos durante a experiência de campo com a pesquisa, pretendemos apresentar, inicialmente, algumas categorias que utilizamos, para defender a importância do lugar dentro de um diálogo interdisciplinar da psicologia com as ciências sociais, e faremos isso enquanto psicólogos diante do compromisso social na construção de um projeto de sociedade, de um projeto de desenvolvimento social.

Por vezes, este trabalho será dirigido por nós dois, e outras por um de nós. Os tópicos do ‘Desenvolvimento’, contendo dois, trará as nossas pesquisas a partir de cada um, sendo o primeiro tópico apresentação da pesquisa de Thiago e segundo tópico da pesquisa de Thaisa.

Diante da existência de duas experiências de pesquisa que foram realizadas em dois lugares diferentes, apresentamos dois blocos de discussões teóricas: o primeiro (memória, lugar e história) se refere à experiência de campo na cidade de Porteirinha, e o segundo bloco (memória, história e narrativas) se refere à experiência de campo em ponto chique.

Memória, lugar e história

Uma questão que se apresenta como importante é da precisão historiográfica que pode ser declinada com o questionamento sobre em qual momento a memória se transformou no eixo central das funções intencionais do sujeito. Questão esta tão importante porque, até determinado momento, a memória não aparece como aquilo que praticamente se confunde com a própria presença e existência do sujeito, a ponto de que perder a nossa memória significa, simplesmente, ter a possibilidade mesmo de existência colocada em suspenso.

Durante séculos, a memória foi basicamente uma questão de estoástica e uma operação mnemônica, da possibilidade de lembrar, a partir de uma presença imediata no interior da consciência aquilo que é da ordem de dispersão fundamental da narrativa. A memória está vinculada ao espaço e

é uma operação espacial. Mesmo as técnicas mnemônicas são basicamente técnicas que constituem uma espécie de espaço mental virtual, onde há uma associação do lugar ao conteúdo a ser lembrado (Yates, 2007; Menezes; Píneiro, 2018).

Assim, a partir deste pressuposto e da compreensão de que a memória é uma questão de estocástica espacial que vai sendo guardada e setorizada em lugares, podemos questionar a ideia de que este modelo de memória nada tem a ver, em última instância, com a expressão de uma subjetividade. A história se torna mestre da vida, simplesmente, no sentido da repetição e da recuperação; é a enunciação de feitos exemplares que podem servir de guia para as ações presentes, e é, não só por isso, mas, inclusive, que entre o tempo passado e o tempo presente não há diferença alguma, ou seja, nada se passou de uma certa forma. Se a história pode-nos servir de um exemplo, é porque, na verdade, não há história no sentido que nós compreendemos história, hoje. Este mesmo conceito de história não é propriamente nosso, que é o conceito de um tempo contínuo, e não de um tempo de descontinuidades (Yates, 2007).

É exatamente no momento em que algo da ordem de um novo conceito de história aparece, que a memória se modifica, mostrando uma articulação profunda entre o campo da história e da psicologia. Esta última vai depender, entre outras coisas, do seu desenvolvimento, da transformação da história, em meados do século XVIII e começo do século XIX, como uma espécie de ciência-modelo. Esta história não seria aquela dos feitos exemplares, e sim do processo; da noção de um tempo em processualidade que se acelera, se distende, que para, mas que se projeta para a frente de alguma forma que ainda não foi vista, a do processo em direção ao não realizado (Schultz; Schultz, 2005).

Assim, dizer algo ainda não realizado significa uma modificação estrutural do conceito mesmo de experiência social, que é atravessada não pela repetição da exemplaridade, mas atravessada pela tensão do não realizado, promove uma constituição de uma nova ideia de temporalidade, sendo aquilo que podemos compreender por “tempo histórico”. Este tempo é o que recupera o que ocorre no passado e transforma essas ocorrências em projeções de um processo de futuro. Não é necessariamente habitado por algum necessitarismo, sendo a todo o momento suscetível de se confrontar com contingências que não só quebram o sistema de expectativas, mas que também reordenam retroativamente tudo o que aconteceu (Yates, 2007).

O trabalho sobre o qual me debruço em Porteirinha parte da promessa desenvolvimentista a partir da monocultura do algodão, fomentada na segunda metade da década de 1980 e primeira metade da década de 1990. De fato, o algodão como um “ouro branco” se tornou uma realidade dos porteirinhenses, alterando significativamente os modos de vida, bem como a dicotomia entre o urbano e rural. Assim como todo projeto de desenvolvimento que não coloque em revelo as questões subjetivas relativas ao lugar onde se aplica, a realidade do sertão porteirinhense esteve fadada ao fracasso após uma caminhada a passos largos; a partir do seu declínio, e não somente por isso, instala-se no município o desdobramento de inúmeras formas de elaboração de uma espécie de luto social, culminando tanto nos movimentos migratórios, quanto na permanência no lugar e novos modos de vida e a emergência de políticas públicas que se propusessem a olhar de maneira cuidadosa para as vulnerabilidades sociais que surgiram.

Corroborando o fenômeno no sertão porteirinhense, a questão do lugar tem sido ignorada por grande parte dos pensadores, tanto a partir de teorias do desenvolvimento que produziram um distanciamento expressivo do lugar, quanto aos debates em que a antropologia se depreendeu interrogando radicalmente o lugar e da criação do lugar. Esta dissonância é mais expressiva nos debates sobre o desenvolvimento – e indissociavelmente a globalização - nos quais o global é equiparado ao espaço, aos lucros, à história e à sua agência; e o local é equparado com o lugar, o trabalho e as tradições. Desta forma, o lugar e suas expressões, em outras palavras, esvaziaram-se de sentido no limbo dos processos de desenvolvimento econômico, sobretudo, nos últimos anos (Escobar, 2005), como é o caso de Porteirinha.

Esta extenuação do lugar tem decorrências intensas na maneira como compreendemos a cultura, a natureza, o conhecimento e economia. Pode ser que o momento de repensar estas desproporções seja exatamente dar novamente um enfoque à importância do lugar e da criação do lugar, tanto para os atores sociais envolvidos, sua cultura, natureza e a economia (Escobar, 2005).

Com o lugar, e a consciência baseada no lugar negligenciados nas discussões sobre o local e o global, o cenário é doloroso porque, de um lado, o lugar é eixo principal no temado desenvolvimento, do meio ambiente e da cultura; por outro lado, emerge a necessidade de se pensar a construção de uma política em que haja o re-conhecimento da identidade para as identidades.

Assim, o apagamento do lugar é um reflexo da desproporção que existe entre o global e o local, o capital e a tradição. Essa problemática é, inclusive, encontrada em grande parte da literatura contemporânea sobre desenvolvimento e globalização, associando o global ao espaço, ao capital, à história e à ação humana, enquanto o local é associado ao lugar, ao trabalho e às tradições (Escobar, 2005).

Entramos numa dimensão de um tempo profundamente plástico: uma plasticidade temporal do tempo histórico. Nenhum acontecimento é, de fato, assegurado, pois, dentro de um processo histórico, nada é completamente inscrito, tudo pode ser transformado a partir das pressões do presente, pois estamos num sistema de processualidade contínua, onde, a todo o momento, é acrescido um novo capítulo que reordena completamente a compreensão interna dos fatos anteriores, dependendo de como ele se desdobra. Este é o tempo histórico que não é o tempo documentado, no sentido de uma procura por uma ocorrência ou de quem procura ser o testemunho do vivido, mas um tempo, que, para Yates (2007), é dos traços em recomposição em que o ponto fundamental é a inscrição simbólica que torna a narrativa oral com mais força e realidade do que sua existência inicial. Um ponto interessante dentro desse processo é a necessidade de uma segunda ocorrência que dá o sentido à primeira, retroativamente, de frente para trás, que é decisivo na constituição da noção subjetiva de memória.

Memória, história e narrativas

Rocha (2004) menciona, como questão contemporânea na pesquisa qualitativa, a dimensão do narrar nas armadilhas da memória, colocando-se em xeque a veracidade da história. Para tanto, a autora trás Geertz, que diz que a pesquisa nas ciências sociais não busca ou trabalha com a verdade, mas com interpretações, e, nessa relação com o pesquisando, menciona sobre a necessidade do pesquisador ser aceito para que a relação e compromisso com a pesquisa seja consentida e firmada – além de alocar a dimensão social e política no trabalho com a pesquisa. Assim, não temo em dizer que a minha relação com a pesquisa não seria possível sem a questão da amizade a quem referia Bosi, ao citar João Guimarães Rosa, na sua pesquisa com memórias de velhos: “é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado”³. Mas se, nesse relacionar, quem narra, conta uma

³ Grande Sertão: Veredas.

história a um outro a partir do que viu, desde os primeiros contadores que cantavam histórias, como saber se o que ocorreu da maneira como nos chega foi concretamente o acontecido, principalmente diante da questão da subjetividade – visto a pontuação de Geertz na relação com o campo de pesquisa.

Mas nem Geertz, citado por Rocha (2004), nem Bosi (2012), quando menciona sobre a cultura subjetiva que “se situa na sombra inacalçável pelo historiador; reino dos sonhos, afetos, imagens, impressões, intuições...” (p. 63), estão preocupados com a questão da verdade na relação com o campo, o que não queira dizer que a questão da verdade seja uma para a ciência, apesar de diferente para a Filosofia. Se, para a ciência, a verdade é uma busca, é também uma crítica e um dilema; principalmente de um ponto de vista histórico, pois indagar o conhecimento científico, tão mitológico como o próprio mito, é questionar o poder de quem fala e de quem escreve: a história (Adichie, 2009; Silva, 2022).

Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa (Adichie, 2009).

Assim, por quem a ciência é construída recai no mesmo dilema por quem a história é contada. A figura do “capião da roça” como estereótipo do homem da cidade aparece em escritos de pessoas citadinas (da cidade), como uma perspectiva inferiorizada e racista da pessoa do rural - o que é reforçado inclusive na narrativa enquanto gênero literário. Esses estereótipos entram em contradição quando a própria pessoa, enquanto ator desse cenário, passa a protagonizar também uma história em âmbito global/nacional. O escritor João Guimarães Rosa recebe reconhecimento da Academia Brasileira de Letras, ao se tornar diplomata, retratando a sua história na sua literatura (Sena, 1998).

Escrevendo, descubro sempre um novo pedaço de infinito. Vivo no infinito; o momento não conta. Vou lhe revelar um segredo: creio já ter vivido uma vez. Nesta vida, também fui brasileiro e me chamava João Guimarães Rosa. Quando escrevo, repito o que vivi antes. E para estas duas vidas um léxico apenas não me é suficiente. Em outras palavras: gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. O crocodilo

vem ao mundo como um magister da metafísica, pois para ele cada rio é um oceano, um mar da sabedoria, mesmo que chegue a ter cem anos de idade. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade (Lorenz, 1973).

Ao nascer na cidade de Cordisburgo/MG, aventura-se em uma viagem de cerca de duas semanas no norte de Minas e sul da Bahia, a fim de não somente brincar com o inventivo, como também escutar o real. Assim, enquanto gente do sertão e com outras gentes, que o escritor escreve não somente suas histórias, como também descreve os lugares que marcam essas gentes e são o palco onde essas histórias acontecem. Sua literatura é considerada uma etnografia do sertão, de tamanha a riqueza com que é descrito por meio de um narrar rebuscado, a ponto de alguns considerarem uma de suas obras mais célebres como romance, e outros como uma epopeia (Ronai, 2001)⁴.

A literatura roseana é uma ilustração dessa relação descrita no tópico anterior entre memória e lugar, justamente pela sutileza com que o escritor mapeia o sertão, como também o sertanejo a partir do que ele diz e como diz. As narrativas se personificam a partir da relação do homem com a natureza, mostrando que não há ruptura, é a figura do boiadeiro, do vaqueiro, do pescador...

Portanto, busco traçar o narrar a partir da contribuição do crítico literário, filósofo e sociólogo judeu Walter Benjamin (1975), que nos aponta como as narrativas vão se modificando ao longo da história, desde uma narrativa oral com finalidade de passar uma lição, com as narrativas escritas, com a morte da narrativa a partir do gênero do romance, e a uma crítica da inexistência do narrar, em decorrência de uma outra relação com o tempo. Benjamin (1975) ainda estabelece dois protótipos de contadores: os marinheiros e os camponeses, os que navegam mares em aventuras, e os que vivem as aventuras em terra – aqui, a partir desse autor, já notamos as relações entre a linguagem e o lugar, ou as várias mobilidades possíveis que o homem já estabelecia com o mundo desde as primeiras histórias registradas.

⁴ Nos livros de Rosa publicados pela Editora Nova Fronteira, encontra-se prefácios de Paulo Rónai escritos sobre o autor, vide os mencionados na metodologia, datados de 2001.

Em Ponto Chique, a cidade em que faço minha pesquisa, encontramos os dois protótipos, na figura dos pescadores e pescadoras, e na figura dos homens e mulheres *do mato* – ambos *perambulam* (termo para locomoção nos territórios que os moradores utilizam) a partir da relação com o rio, e narram a mesma história que funda a cidade. Brandão (1998), com o aparato da pesquisa da memória social de Bosi, estabelece a diferença do memorar enquanto trabalho do velho da cidade para o velho do rural; nota como que a noção de comunidade é mais presente na ruralidade, e por isso a solidão na velhice nesse espaço costuma ser menor. Outra categoria presente nas discussões desse autor, ao localizar a velhice no sertão, é a da tradição, na unificação do que lugar e narrar possuem em comum na transmissão do que continua, apesar do tempo.

Por isso que Brandão (1998) e Bosi (1979) compreendem a memória como trabalho, pois o lembrar é toda a possibilidade de pensar sobre o que ocorreu, dentro de um espaço e de relações estabelecidas com outros nesse mesmo espaço. Assim, se todo lugar é de criação enquanto trabalho no ato de lembrar, é também de conviver, pois a narrativa nunca é uma ação solitária, mas sempre solidária, pois não envolve apenas um destinatário, mas uma intenção no narrar para esse destinatário. Um exemplo de como essas categorias convergem para a importância de defender a categoria do lugar e da memória na centralidade dos estudos da subjetividade dentro de uma perspectiva crítica, é da história do mito fundador deste município beira rio.

Ponto Chique se localiza na beira do Rio São Francisco e tem o rio como um lugar comum de circulação; assim, o rio é como uma rua. Em uma margem do rio se encontra Ponto Chique, e na outra margem outra cidade chamada Cachoeira do Mantega. Antes, as duas cidades faziam parte da Comunidade de Paracatu de Seis Dedos, até que, após uma cheia no ano de 1986, duas lideranças comunitárias brigam, por causa de uma suposta traição, um caso amoroso entre uma delas e a esposa de outro.

Desde então, e ainda hoje, Ponto Chique é marcada por essa história, na maneira com que as mulheres dessa cidade se sentem vistas: com olhar de desconfiança. E história essa ainda que é chegada a mim por meio dos moradores e moradoras e enquanto antiga moradora, não sei dizer como primeiro chegou até mim, assim como não sei dizer o quanto que as crianças dessa geração têm acesso a histórias como essas, mas são essas histórias e a partir dessas gentes, que temos acesso a algo que marca esse lugar, e que marca

também a maneira com que as pessoas se relacionam com ele, e que podem construir outras maneiras somente a partir do que é narrado ao lembrar.

Portanto, Bosi (1979) também pontua, ao situar o cone da memória de Bergson, que a memória não é um amontoado de passado, na medida que o passado lembrado também se modifica a cada vez que é memorado no presente; assim, é no agora que a memória é sempre atualizada e acessada. Como é no dizer que ela se solidifica como memória social, mas sem a possibilidade de não ser (social), já que sempre há a presença de um outro nessa relação situada em um tempo e espaço, há sempre um corpo que circula e que está inserido na linguagem.

Paul Ricoeur (2007) diz que a lembrança de alguma coisa é uma lembrança de si, pois é olhando para dentro que encontramos essas imagens, mas é com o outro e na relação que essa experiência é construída, e aqui reside o lugar da narrativa. Precisamos do outro para lembrar, e é nesse encontro que temporalidades e lugares se presentificam. Lembramos e esquecemos, mas, se é por meio então da lembrança e do esquecimento que a memória se compõe, é a partir da relação com o lugar que ela se forma⁵. “Nós, (...) do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar histórias; já no berço recebemos esse dom para toda a vida” (Lorenz, 1994). Se narramos para lembrar, de quê variadas maneiras podemos narrar? Narramos ao cantar, contamos ao narrar e registramos em experiência.

Considerações Finais: Psicologia social e (des)envolvimento social

O interesse nos processos de desenvolvimento fez com que o lugar desaparecesse e se apagasse e, ao mesmo tempo, procuraram-se arcabouços para se pensar além do desenvolvimento, a fim de que possamos nos adaptar à globalização, ou seja, para uma maneira mais sutil, menos nociva e conceitual do pós-desenvolvimento, que é mais interessante na/para a criação de novos protótipos de linguagens, compreensão e ação. Novas discussões sobre a economia e sua relação ao lugar parecem se apresentar como suma importância nesse processo, onde o lugar devesse se afirmar como ato e ação política, opondo-se ao domínio do espaço, e práticas não capitalistas em oposição ao domínio do capital como imaginário da vida social (Escobar, 2005).

⁵ Memória e lugar: entre a noção de indissociabilidade espaço-tempo e a reflexão sobre a experiência geográfica (2018), de Juliana Maddalena Trifilio Dias.

O reconhecimento da importância do lugar – e consequentemente da memória – é direção fundamental na superação da dicotomia desenvolvimento e apagamento do lugar, mas reconhecimento não é recongnição. Reconhecer alguém ou reconhecer algo não é uma operação simples de recongnição, de mera comparação, reconhecimento, é um processo através do qual se integra no campo de existência algo ou alguém que, até então, não existia neste campo e, por isso, o campo muda, porque, se o campo existiu até agora expulsando aquilo que não se estava reconhecido, é porque uma força maior intervinha até então, tentando preservar uma certa configuração deste campo. Reconhecer é, necessariamente, transformar não só aquilo que é reconhecido, mas principalmente quem reconhece. Daí o grande desafio para o desenvolvimento.

A questão central que acontece com o problema da memória e desenvolvimento é: por que não se é capaz de elaborar a memória, haja vista os tantos debates – mesmo os excluídos – sobre a memória subjetiva atrelada ao lugar e a importância de se criar políticas que contemplem a historicidade? A recusa não só à tradição acumulada pelas gerações do passado. A recusa, também, de sua experiência vivida e, mais ainda, de suas expectativas deixadas-de-viver como um valor para o futuro. O esquecimento, em nome de um *progresso* que, ao estabelecer um *futuro* a partir de si mesmo, coagula a história e elimina dos tempos que virão toda uma possível qualidade do povo (Brandão, 1998).

Vivemos hoje num horizonte social em que essas questões, vinculadas à visibilidade social de grupos, até então, invisibilizados se transforma num ponto importante. Ter visibilidade é adentrar ao campo das afecções, afetar e ser afetado, produzindo, assim, uma transformação contínua em retificação: isso é a memória. A memória é uma operação fundamental de transformação e, mesmo aquilo que se parece monumento,⁶ tem uma reinscrição contínua a partir de fatos históricos. A sua apreensão, do ponto de vista da rememoração, dessa internalização que ao mesmo tempo integra, modifica todos os polos. Luta-se pela memória porque ela é condição fundamental de um processo de transformação do passado e do futuro e da potência das narratividades esquecidas e apagadas por um projeto colonial que considera como verdade a história oficial. Nenhuma transformação do presente ocorreu sem uma transformação do passado e não há nenhuma possibilidade de se fazer uma distinção dentro desse processo.

⁶ Referindo-se ao desenvolvimento propriamente.

A psicologia da descolonização⁷ aponta para uma dimensão subjetiva na luta do colonizado em um tensionamento de uma dupla consciência (dualizado do oprimido) que deve ser olhado a partir de uma memória larga - o que Martín-Baró (2017) chama de memória histórica, tem como marcos fundamentais: a desigualdade estrutural e a heterogeneidade estrutural na compreensão de identidades sociais genéricas para povos extremamente distintos. No Brasil, a aproximação acontece em articulação com os povos da terra na esteira das relações étnico-raciais, no que algumas lideranças indígenas começam a convocar a psicologia para estar mais presente, diante das marcas do discurso desenvolvimentista de progresso nos crescimentos dos espaços urbanos.

[...] o processo pelo qual os membros de uma comunidade ou grupo - membros de grupos organizados dentro dessa comunidade ou pessoas interessadas em promover e alcançar mudanças com relação a alguma circunstância que afeta essa comunidade ou grupo - desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida (pelo menos um horário específico); agindo de forma comprometida, consciente e crítica, para alcançar a transformação das condições que julgam negativas ou que devem ser modificadas de acordo com suas necessidades e aspirações, transformando-se ao mesmo tempo (Montero, 2003, p. 72, tradução livre)⁸.

Enquanto Martín-Baró (2017) é considerado o representante da psicologia da libertação, temos Montero (2003) como da psicologia política comunitária. Apesar de algumas aproximações, enquanto a primeira evidencia o compromisso pedagógico também para a descolonização do pensamento, a comunitária aponta para a importância de um projeto articulado com a comunidade ou território, diante do apresentado por eles, e por isso com eles. Sawaia (1999), em contraposição ao sofrimento ético-político, aborda

⁷ Alguns desses apontamentos podem ser encontrados em produções do psicólogo social Bruno Simões, que tem desenvolvido cursos e livros sobre essa temática, mobilizando categorias de Martín Baró e Darcy Ribeiro, o que defende como geopolítica do conhecimento.

⁸ No original: “el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad o un grupo - miembros de grupos organizados dentro de esa comunidad o personas interesadas en promover y lograr un cambio respecto de alguna circunstancia que afecta a esa comunidad o grupo - desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida (en un momento específico); actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de las condiciones que juzgan negativas o que deben ser modificadas según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a sí mismos”.

a felicidade pública, de maneira próxima à de Arendt, quando entende que quando o homem “toma parte na vida pública abre para si uma dimensão de experiência humana que de outra forma lhe ficaria fechada e que, de certa maneira, constitui parte da ‘felicidade’ completa” (p. 175).

As potências dos diálogos sobre afetos e afetamentos, na compreensão de fenômenos sociais e no estabelecimento de diálogos, colocam a responsabilidade de quem pesquisa com o saber, com as gentes e com o lugar, enquanto gente também, principalmente diante do fato das significações que marcam o conhecimento científico, dos furos do real, na experiência complexa com que este surge e exige criatividade e crítica na relação com o campo na sua totalidade. Assim, se para a psicologia social é preciso considerar a importância da categoria desenvolvimento, para o conhecimento científico, o envolvimento é um compromisso não somente com o social, mas situado na dimensão do ético, da ética, do sensível.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Petrópolis: Companhia das Letras, 2009.

BENJAMIN, Walter. O narrador. **Revista de Occidente**, n. 129, p. 301-333, 1975.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: TA, 1979.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. *In*: BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 219-219.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão**. São Paulo: Editorial Cone Sul, 1998.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS-Centro de Estudos Rurais**, v. 2, n. 1, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Laemmert, 1902.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós- desenvolvimento?**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANE, Silva Tatiana Maurer. **Silvia Lane: estilo em movimento** (Entrevista a Carmem Silvia Taverna e Fernão Ciampa). São Paulo: UNIUBE, 1998.

LORENZ, Günther. Diálogo com João Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. **Diálogo com a América Latina**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltd., 1973. p. 315-355.

LORENZ, Günther. Diálogos com Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 27-61.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Editora Vozes Limitada, 2017.

MARTINS, Tatiana Gomes. Sociologia e desenvolvimento (1954-1964). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 37, 2010.

MENEZES, Maria Cristina; PINHEIRO, Maria de Lourdes. Pelas ondas da história oral na trajetória do professor José Carlos Sebe Bom Meihy. **RIDPHE_R: Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, n. 2, p. 211-216, 2018.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria**: la tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Do exame da criança à produção do aluno: notas sobre o estudo científico da infância. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ**, v. 6, n. 13, jul./dez., 2004.

RONAI, Paulo. Prefácio. ROSA, João Guimarães. **Ave, palavra**. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sudney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. **Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1998.

SILVA, Kátya de Brito; MACEDO, João Paulo. Psicologia e ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 815-830, 2017.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Campina: Editora da Unicamp, 2007.

Capítulo 8

Desigualdade de renda e exploração capitalista¹

Luiz Antonio Macedo

Pode-se começar com esta citação do grande montes-clarense Darcy Ribeiro:

[...] no Brasil, as classes ricas e pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem (Ribeiro, 2006, p. 194).

Os “pobres” referidos por Ribeiro, nesta passagem, são (quando “crescidos”) geralmente trabalhadores, e os trabalhadores (e seus dependentes) são geralmente pobres no Brasil, diferentemente de países mais civilizados, como aqueles da Europa ocidental de hoje.

A “riqueza social” referida por Ribeiro é tratada por Adam Smith, em sua obra *Riqueza das Nações* (Smith, 1976 [1776]), na qual ele entende por “riqueza” de uma “nação” ou “sociedade política” seu produto anual de bens e serviços, especificamente o produto *líquido*, tendo sido deduzida do conjunto das quantidades “brutas” produzidas de todos os bens e serviços (conjunto chamado “Produto Bruto”) e a *reposição* dos produtos que tenham sido consumidos ou utilizados como “meios de produção” (materiais consumidos e equipamentos utilizados). Tal *produto líquido anual* de bens e servi-

¹ Este artigo/capítulo expõe de modo mais organizado, e com mais detalhes, a palestra do autor na mesa temática “Exploração Capitalista e Precarização do Trabalho”, do XXII Encontro Regional da ABRAPSO Minas, organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social - Regional Minas Gerais, realizado por videoconferências em 04-07/09/2021.

ços – chamado “Produto Líquido” e denotado por PL no que se segue – é às vezes referido como o “bolo” da riqueza social, cujo *valor* – hoje chamado “PIB-Produto Interno Bruto” (anual) – é recebido pelo conjunto das empresas nas suas vendas. E então esse valor do PL é parcialmente distribuído para as pessoas da sociedade como *rendimentos*, geralmente muito desiguais, que lhes dão *acesso* a “fatias” desse *bolo da riqueza social*, proporcionalmente desiguais.

Uma noção associada à “riqueza” de uma nação é a de seu “bem-estar” (“*welfare*”), referido, às vezes, por Smith e outros economistas “Clássicos”, como “felicidade” da sociedade – ou de sua classe majoritária de trabalhadores – dependendo tal “felicidade” do padrão de vida material, ou seja, padrão de consumo de bens e serviços necessários, convenientes ou confortáveis: alimentos, roupas, habitações, carros, serviços médicos e odontológicos (inclusive estéticos), pacotes de turismo, etc. Estes são adquiridos com os *salários* do trabalho, no caso dos trabalhadores², e/ou com *rendas de propriedade*, no caso dos “rentistas”, isto é, aqueles que recebem tais *rendas*³. As pessoas sem trabalho e rendimento, ou com ocupação precária, e os próprios trabalhadores com emprego regular e baixos salários podem ter acesso insuficiente aos bens e serviços indispensáveis, configurando pobreza ou miséria, inclusive desnutrição e fome.

Outra noção associada à riqueza nacional é a de *equidade* na sua distribuição entre as pessoas, particularmente entre os trabalhadores e os rentistas de propriedades. A propósito de tais noções de felicidade e equidade, vemos Smith afirmar na *Riqueza das Nações*:

Serviçais, diaristas e trabalhadores de diferentes tipos formam a enorme maioria de todas as grandes sociedades políticas. [...] o que melhora as condições da maioria não pode nunca ser considerado como inconveniente para o todo. Certamente nenhuma sociedade pode ser próspera e feliz, da qual a enorme maioria dos membros sejam pobres e miseráveis. Além disso, não é senão equidade que aqueles que alimentam, vestem e alojam o conjunto do povo devam ter uma *fatia* do produto de seu próprio trabalho tal que sejam eles próprios razoavel-

² Ao concluir o capítulo sobre salários, em seus *Princípios de Economia Política* (1817), David Ricardo comenta: “Estas são, portanto, as leis pelas quais os salários são regulados, e pelas quais a felicidade da enorme maioria de toda comunidade é governada” (Ricardo, 1951 [1817], p. 105).

³ Neste artigo (assim como na literatura econômica inglesa) distingue-se “rendimentos” (“*income*” ou “*revenue*”) de “renda” (“*rent*”), a qual se restringe a rendimento de propriedade.

mente bem alimentados, vestidos e alojados (Smith, 1976 [1776], p. 96; ênfase acrescentada).

Este artigo trata da desigualdade na distribuição da “riqueza social” (a que se refere Ribeiro na passagem que abre esta apresentação, ou “riqueza nacional” naquela obra de Smith), mostrando que a “fatia” dos rentistas na distribuição dessa riqueza – fatia que tem como complemento a “fatia” dos trabalhadores (a que se refere Smith na passagem ora citada) – implica em “exploração” dos trabalhadores (a ser definida na seção 3, com base numa outra afirmação de Smith).

Supõe-se aqui, para simplificar, que a produção da riqueza social seja inteiramente feita no “setor capitalista”, isto é, o conjunto das “empresas capitalistas” que produzem mercadorias.⁴ Estas empresas são *sociedades* de “capitalistas”, os quais são os *proprietários* de “capital”, no caso, capital “produtivo”, investido na produção de bens e serviços.

A seção 1 descreve a distribuição de rendimentos no setor capitalista, e a seção 2 concentra-se em aspectos relativos à desigualdade existente nessa distribuição. A seção 3 conceitua “exploração” dos trabalhadores, associando-a à distribuição de rendimentos no setor capitalista.

Distribuição de rendimentos no setor capitalista

Esta seção focaliza a distribuição do produto líquido (PL) e dos rendimentos gerados no *setor capitalista* da produção social, que é o conjunto das empresas capitalistas engajadas na produção de bens e serviços.

A *empresa capitalista* é uma entidade com duplo aspecto: técnico-material e econômico. No primeiro aspecto, a empresa consiste em um “estabelecimento” ou conjunto de estabelecimentos, que são *unidades técnicas de produção de bens e serviços*, utilizando trabalhadores (com suas capacidades de trabalho) e alguns tipos de *meios de produção* técnico-materiais – dependendo os tipos do(s) bem(s) produzido(s) – tais como terras, jazidas minerais e outros “recursos naturais”; “equipamentos” como instrumentos,

⁴ Partes da produção social de bens e serviços podem também ser feitas em outros setores não-capitalistas, como o setor público e os “autônomos” que trabalham por “conta própria”. Estes setores aparecem também na Contabilidade Nacional (do IBGE, no caso do Brasil), ao lado do setor de “empresas não-financeiras de capital privado”, que corresponde ao “setor capitalista” de que trata este artigo.

máquinas, *softwares*, edifícios produtivos, etc. Em seus aspectos/elementos econômicos, a empresa é uma unidade mercantil-capitalista – empresa *capitalista* que produz e vende *mercadorias* – sendo como tal uma *sociedade* de *capitalistas*, isto é, pessoas que investem valores/fundos de sua propriedade com o *fim de lucro*, finalidade esta que converte esses valores em “capital” (no caso, “capital próprio”). A empresa pode também utilizar valores/fundos e outros “ativos” de propriedade de “terceiros”, tais como capital emprestado, imóveis (terras, galpões, lojas, salas, etc.), “propriedade intelectual” (patentes de produtos e técnicas, marcas, etc.), etc.

Tendo vendido seus produtos (bens ou serviços) como mercadorias, as empresas deduzem da receita obtida os pagamentos a fornecedores de materiais e serviços consumidos na produção, apurando o “valor adicionado”, ou seja, a diferença entre aquela receita de vendas e o custo desses materiais e serviços produtivos.

O valor adicionado total gerado no setor capitalista (conjunto das empresas) é então distribuído entre os *salários* dos trabalhadores empregados e as *rendas* dos proprietários dos mencionados ativos utilizados na produção e venda das mercadorias, quais sejam: “aluguéis” de imóveis, equipamentos, veículos, etc.; “juros” de capital emprestado; “royalties” sobre propriedade intelectual; e, *como resíduo*, os “lucros” do *capital próprio* dos sócios e “donos” de cada empresa.

Ou seja, os referidos proprietários recebem das empresas diversos tipos de *rendas*, pela utilização de vários tipos de *ativos* de sua propriedade – inclusive o *capital próprio* dos sócios enquanto *capitalistas* – sendo como tais *rentistas*; enquanto os trabalhadores recebem *salários* como pagamento pela utilização de suas capacidades de trabalho na produção. Estes salários (e condições de trabalho) são acordados mediante contratos individuais de trabalho (e acordos coletivos) realizados por meio de “mercados de trabalho”, onde os trabalhadores se oferecem para trabalhar e as empresas buscam trabalhadores para empregar suas capacidades de trabalho na produção.

Neste artigo, “desigualdade de renda” – ou melhor, “desigualdade de rendimentos” – não é tanto uma questão quantitativa, sobre a *magnitude relativa* dos rendimentos pessoais, quanto é uma questão de desigualdade, à *natureza* desses rendimentos: se são de trabalho ou de propriedade.

Os rendimentos de propriedade constituem a classe principal do que os ingleses chamam “*unearned income*” (“rendimento pelo qual não se

trabalhou”)⁵, conforme descrito pelo *Cambridge International Dictionary of English* (Cambridge Univ. Press, 1995): “[rendimento] obtido como resultado de investimentos e propriedade possuída em vez de ser ganha por trabalho”; ou, em termos mais amplos, conforme descrita pelo *Oxford Dictionary of Economics* (Oxford Univ. Press, 2012): “rendimento [“income”] pessoal derivado de fontes outras que trabalho. Ela consiste assim de renda [“rent”], dividendos, juros e pagamentos de transferências”.⁶ Conforme o mesmo dicionário da OUP: trata-se de *renda* [“rent”] derivada de propriedade privada, isto é, “propriedade de ativos por indivíduos ou organizações privadas”; sendo distinguida de “*earned income*”, isto é, “rendimento recebido como contrapartida de trabalho”, sendo “trabalho” (“work”) “atividades envolvendo esforço físico e/ou mental”.

Os tipos de propriedade privada de “ativos” empregados na produção social dão *rendas* para seus proprietários, de acordo com o patrimônio rentável de cada um. Tais rendas lhes dão *acesso* à riqueza produzida, uma vez que constituem *poder de compra* sobre uma “fatia” do “bolo” da riqueza social, que é o *produto anual de bens e serviços*, o produto líquido (PL). Também os rendimentos de trabalho constituem tal poder de compra sobre outra fatia do mesmo “bolo”. Desse modo, ocorre a distribuição do PL entre *classes socioeconômicas de pessoas* (trabalhadores e proprietários) ou entre *categorias de rendimento* (salários ou rendas de propriedade); sendo que uma parte das pessoas pode pertencer a mais de uma classe, ou seja, trabalhar e também receber rendas de propriedade.

Essa distribuição do PL entre classes socioeconômicas – por meio da distribuição de rendimentos entre salários e rendas de propriedade – é um problema de Economia “Política”, porque se trata naturalmente de uma distribuição conflituosa, dependente de instituições sociopolíticas – como, por exemplo, leis trabalhistas – suscetíveis de mudança; bem como dependente de ações do Estado e de governos, também sujeitas a mudanças, por exemplo, uma reforma na tributação de propriedades e suas rendas, que pode mo-

⁵ “*unearned*” com a conotação de “gratuita”, “imerecida” ou a que “não se fez jus”, cf. *Dicionário Inglês-Português, Português-Inglês* de Leonel Vallandro (Ed. Globo, São Paulo, 1999).

⁶ Note-se que “renda, dividendos, juros” aplica-se, ainda hoje, aos principais tipos de *renda* pessoal (renda de propriedade) analisados na Economia Política Clássica (Smith, Malthus, Ricardo e outros) e por Marx, há cerca de 250/150 anos: “renda” da terra (e de outros recursos naturais, como minas, rios, florestas, etc.), “lucros” (ou dividendos) do capital aplicado na produção e “juros” do capital financeiro.

dificar a distribuição de rendimentos que resulta do funcionamento “natural” do sistema econômico⁷.

Desigualdade de rendimentos entre pessoas

Como os rendimentos de trabalho são recebidos por um número muito maior de pessoas – a “enorme maioria” da sociedade, de que falam Smith e Ricardo – do que o número daqueles que recebem as rendas de propriedade, e são em média bem menores que estas, resulta *desigualdade* entre as pessoas na “distribuição pessoal” dos rendimentos: pouquíssimos ganham muitíssimo, poucos ganham muito e muitos ganham pouco ou pouquíssimo.⁸ Há também grande desigualdade de rendimentos pessoais *intra* classes de trabalhadores e de proprietários. E esta desigualdade nessa “distribuição pessoal da renda” significa desigual acesso (poder de compra) das pessoas sobre os bens e serviços que constituem o produto líquido (anual) da produção social; ou seja, resulta desigualdade entre as pessoas na distribuição deste “bolo” da riqueza social.

O Brasil continua entre os países do mundo com maior desigualdade de rendimentos entre as pessoas. Considerados os rendimentos de pessoas adultas (20 ou mais anos), inclusive das pessoas sem rendimento – antes da incidência de imposto sobre rendimento pessoal – observou-se que, em 2015, cerca de 28% do total desses rendimentos foi recebido pelo 1% das pessoas com maiores rendimentos, 56% pelos 10% das pessoas com maiores rendimentos (inclusive o referido 1%), restando 44% do total de rendimentos para a “enorme maioria” de 90% das pessoas; e sobrando apenas 14% para os 50% “mais pobres”; e esta participação dos 50% mais pobres é igual à

⁷ No Brasil, desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, os lucros e dividendos recebidos pelas pessoas são *isentos* (!) de Imposto de Renda de Pessoa Física, ao contrário dos salários; o que está em vias de ser mudado pela reforma tributária ora em andamento no Congresso (2021/2).

⁸ A desigualdade na distribuição da renda entre pessoas é usualmente descrita pelas frações (%) do rendimento total recebidas pelos 0,1% ou 1% ou 10% (ou qualquer outra %) das pessoas de maior rendimento (“mais ricas”), comparativamente às frações recebidas pelos 10%, 20%, ..., 50% das pessoas de menor rendimento (“mais pobres”). Pode ser medida também por indicadores que resumem em um único número o “grau” de desigualdade no conjunto dessa mesma distribuição pessoal de rendimentos (como, por exemplo, o coeficiente de Gini).

participação dos 0,1% “mais ricos” do total de pessoas adultas (142.520.768), ou seja, 142.521 pessoas (cf. Morgan (2017), Tabela 2)⁹. A primeira dessas percentagens de participação (28% do total de rendimentos para 1% das pessoas) só é inferior à do Qatar (29%) e a segunda percentagem (56% para 10% das pessoas) só é inferior à da África do Sul (65%), dentre os países pesquisados na *WID-World Inequality Database*. Esta participação (%) no rendimento total dos 10% com os maiores rendimentos foi (em 2015) de 35% na Alemanha, 32% na Austrália e 27% na Noruega, por exemplo; enquanto a participação dos 1% “mais ricos” foi de 11%, 9% e 8% nesses três países, respectivamente (cf. *WID*).¹⁰

Obviamente – embora sem mostrar dados aqui – ocorre que os rendimentos de uma minoria de “ricos” geralmente consistem, exclusiva ou principalmente, em rendas de propriedade; enquanto os rendimentos da “enorme maioria” consistem, exclusiva ou principalmente, em rendimentos do trabalho.

Exploração capitalista dos trabalhadores

Tendo analisado a desigualdade de rendimentos entre pessoas, Adam Smith afirma sobre pessoas “ociosas” (as quais, depreende-se de seu texto, auferem rendas de propriedades, acima chamadas “rentistas”): “muitas das quais [das pessoas que “não trabalham nada”, “do not labour at all”] consomem o produto de dez vezes, frequentemente de cem vezes mais *trabalho* do que a maior parte daqueles que trabalham” (Smith, 1976 [1776], p.10; ênfase acrescentada).

Esta concepção de Adam Smith – apropriação pessoal de *produto de trabalho* sem contrapartida de trabalho – é a base do conceito técnico de “exploração” da *força social de trabalho* (“daqueles [da sociedade] que traba-

⁹ Estes são alguns resultados de um recente estudo detalhado sobre desigualdade de rendimentos no Brasil, que combina dados de pesquisas domiciliares (que são subdeclarados principalmente para rendimentos maiores) com dados das declarações de Imposto de Renda (menos subdeclarados), e ainda com dados das Contas Nacionais; estudo esse que foi feito por Morgan (2017) para o *WID-World Inequality Database*.

¹⁰ Para detalhes da pesquisa WID sobre desigualdade nos diversos países, metodologia, dados, etc. vide o site <https://wid.world>.

lham”), conceito este que foi desenvolvido posteriormente por David Ricardo (*Princípios de Economia Política*, 1817) e Karl Marx (*O Capital*, 1867), quem lhe deu esse nome.¹¹

Marx denominou “exploração” a apropriação pessoal de trabalho alheio, sem contrapartida de trabalho. Este conceito de Marx considera não apenas a apropriação de “produto de trabalho”, mas também a *apropriação direta do próprio trabalho no “processo de trabalho” na produção de bens e serviços*; e não só no “regime” *capitalista* de produção social com trabalho *assalariado*, mas também em outros “modos [históricos] de produção e apropriação do produto”; por exemplo, a escravidão e a servidão (com “corveia”) feudal.

O conceito de *exploração* de Smith é apresentado por ele na passagem recém-citada da sucinta “Introdução e Plano da Obra” de sua *Riqueza das Nações*, ao dizer que vai tratar (no Livro Primeiro dessa obra) da “ordem [“natural”] conforme a qual seu produto [o produto total do “trabalho anual” de qualquer “nação”¹²] é naturalmente distribuído entre as diferentes classes e condições dos homens na sociedade” (Smith, 1976 [1776], p.11).

Tais “classes e condições dos homens na sociedade”, aqui consideradas, restringem-se às *classes socioeconômicas* vinculadas diretamente ao *setor capitalista* (o conjunto das *empresas capitalistas*), quais sejam: os trabalhadores (assalariados) e os proprietários de ativos rentáveis, que são utilizados e rentabilizados pelas empresas (os rentistas).

Para a Economia Política de Smith, Ricardo, Marx e outros, a *desigualdade* entre as pessoas de uma sociedade em termos de sua inserção em tais classes socioeconômicas – proprietários (não-trabalhadores) e não-

¹¹ A noção de “*produto do trabalho*” – que aparece na passagem recém-citada de Smith (entre muitas outras de seu livro) – juntamente com sua ideia de repartição do produto social envolvendo apropriação de uma parcela por pessoas que “não trabalham nada”, aparecem também em um comentário de John Stuart Mill, grande economista e grande filósofo do liberalismo político e cultural, em sua obra de 1848: “O produto do trabalho, hoje, é repartido em proporção inversa ao trabalho – a maior parte se destina *àqueles que nunca trabalham*” (J. S. Mill, *Principles of Political Economy*, citado por MARX, 1985, tomo 2, p. 186, nota 65; ênfase acrescentada)

¹² O “trabalho anual de toda nação [ou “de todo país” ou “de toda sociedade”]” é o conceito fundamental de Adam Smith, sendo fundamental também para Ricardo – que a ele se refere como “trabalho anual do país” – bem como para Marx, que o descreve como “jornada social de trabalho” (entre outras descrições); e também para Sraffa, que o denomina “trabalho anual da sociedade”.

-proprietários (trabalhadores) – é uma característica estrutural da sociedade capitalista, incorporada em sua teoria sobre distribuição (desigual) do valor adicionado total gerado pelo conjunto das empresas, entre *salários* dos trabalhadores e *rendas* dos proprietários de ativos (cf. seção 1).

Esse valor adicionado total, gerado em um período anual, é idêntico ao *valor* do mencionado produto líquido (PL) anual, uma vez que este produto líquido é o produto “final” de bens e serviços, consistindo do produto bruto (definido no preâmbulo deste artigo como o conjunto das quantidades “brutas” produzidas de todos os bens e serviços) *menos* a reposição das respectivas quantidades que tenham sido consumidas como *meios de produção* (materiais e serviços produtivos); e daí o valor do produto líquido é a diferença entre o valor desse produto bruto e o valor dos materiais e serviços produtivos consumidos em sua produção; mas esta diferença é o valor adicionado total, por definição.

Ocorre que, dadas as técnicas utilizadas na produção de cada bem ou serviço, com seus respectivos *requisitos* de trabalho, esse PL (que é o produto anual de bens e serviços “finais”) *requer* para sua *reprodução* anual – tanto diretamente, na finalização de cada bem, como indiretamente na *reposição* dos meios de produção consumidos nas etapas anteriores de sua produção – uma quantidade de trabalho que é *igual* ao trabalho realizado anualmente pelo conjunto dos trabalhadores, o “trabalho anual do país”. Esta igualdade significa que este trabalho realizado é *necessário* para *reproduzir* o PL anual, inclusive para reproduzir seus meios de produção (materiais e equipamentos), e também os meios de produção destes meios de produção, e assim por diante.¹³ O PL é assim “produto de trabalho”; no caso, produto do “trabalho anual da sociedade” (conforme Smith, como se viu acima).¹⁴

¹³ Isso é explicado com detalhes em Macedo (2020), sendo aí demonstrado para um *modelo* do setor capitalista como sistema “fechado” de produção de bens e serviços com materiais e equipamentos cujos tipos são também reproduzidos no mesmo sistema (cf. Sraffa, 1960).

¹⁴ Não se trata da noção de que é o trabalho que produz os bens, apenas supõe-se que a produção dos bens *requer* trabalho, direta e indiretamente. Para Smith, Ricardo, Marx e outros, os meios de produção – materiais e “equipamentos” como instrumentos, máquinas, instalações, edifícios produtivos como galpões, etc. – são também produzidos, requerendo e gastando trabalho, juntamente com meios de produção, que por sua vez são produzidos com trabalho e meios de produção, e assim por diante; mas em uma ou mais dessas etapas, entram também “recursos naturais” como terras, jazidas minerais, florestas nativas, rios, etc., chamados conjuntamente de “terra” pelos economistas; de modo que, em última análise, os

Daí a Economia Política associa àquela divisão do valor adicionado entre *salários* e *rendas de propriedade* (lucros, aluguéis, juros, etc.) – que ocorre no *setor capitalista* – o conceito de *exploração* dos trabalhadores, que é aqui definida como apropriação pessoal de parte do produto (PL) do trabalho social anual (conforme Adam Smith, acima citado) e também como apropriação pessoal da parte correspondente do próprio trabalho social (conforme Marx, acima referido), sem contrapartida de trabalho por parte dos apropriadores¹⁵.

O livro de Macedo (2020) desenvolve uma análise do *modus operandi* de tal *exploração* no setor capitalista da produção social – isto é, o conjunto das empresas capitalistas – com base em formulações originais de Smith (1996 [1776]), Ricardo (1951 [1817]), Marx (1985 [1867]) e Sraffa (1960). A teoria aí desenvolvida supõe inicialmente (como se supõe nesta exposição simplificada) trabalho *homogêneo* – assim como as teorias mais abstratas desses autores, que explicitam ou implicam “*exploração*” – mas a teoria é depois (no capítulo 8 desse livro) generalizada para incorporar a heterogeneidade dos trabalhos correspondentes a uma força social de trabalho *heterogênea*, com capacidades individuais de trabalho qualificadas (“*skilled*”) assim como não-qualificadas (“*unskilled*”).

Segundo a análise de Macedo (2020), aqui resumida parcial e simplificada, a *exploração* – apropriação pessoal de (produto do) trabalho social, sem contrapartida de trabalho – configura-se mediante o *poder de compra* de bens e serviços, que os rendimentos de propriedade propiciam aos rentistas (sem contrapartida de trabalho), *podendo comprar* uma “*fatia*” do “*bolo*” do produto píquido (PL) anual de bens e serviços (que aqui se supõe, para simplificar, seja inteiramente reproduzido, direta e indiretamente, no setor capitalista).

Aqui se supôs (no preâmbulo deste artigo), para simplificar, que a produção social seja inteiramente feita no *setor capitalista*; de modo que o

bens são produtos de trabalho e “terra”: “produto anual total da terra e trabalho de todo país” (Smith, 1976 [1776], p. 265); “produto total da terra e trabalho do país” (Ricardo, 1951 [1817], p. 64). Vide detalhes em Macedo (2020), que também trata com detalhes da utilização de equipamentos e de sua reposição parcial em cada período de utilização, bem como da “depreciação do capital fixo” (no caso da produção capitalista).

¹⁵ Em sentido análogo, por exemplo, as abelhas são exploradas pelo homem, na chamada “*apicultura*”, ao apropriar da colmeia parte do mel, cuja produção custa-lhes muito trabalho (no sentido fisiológico, que inclui “*corpo e mente*”).

“trabalho anual da sociedade”, fornecido pelos trabalhadores e realizado na produção anual de bens e serviços, é totalmente realizado no setor capitalista; sendo aí apropriado pelas empresas *diretamente* no “processo de trabalho” na produção.

Uma parte desse mesmo trabalho social anual é apropriada *indiretamente* pelos rentistas (como pessoas), por meio do “comando” (*poder de compra*) sobre uma fatia do PL, que lhes é propiciado pelas *rendas transferidas a eles pelas empresas*. Por um lado, o PL é produto do “trabalho anual da sociedade”, como se viu acima; de modo que a *apropriação* de uma fatia desse produto – no sentido de *poder de compra* – implica apropriação indireta da parte correspondente do próprio “trabalho anual da sociedade”. Por outro lado, pela transferência (pelas empresas) de *rendas* a pessoas (“físicas”), a apropriação direta do “trabalho anual da sociedade” pelas empresas (conforme parágrafo anterior) converte-se em apropriação indireta de parte desse trabalho pelas pessoas titulares dessas rendas, por meio da apropriação – no sentido de *poder de compra* – de uma fatia do PL.

Com o montante total de salários que recebem pelo trabalho anual que fornecem às empresas na produção, os trabalhadores *podem comprar* a fatia restante do PL; a qual requer, para sua produção, uma quantidade de trabalho menor do que a quantidade que eles forneceram; sendo a diferença aquela parte apropriada pelos rentistas.

Define-se aqui como “fatia” do PL um subconjunto contendo quantidades proporcionais de todos os bens e serviços que o compõem. Ora, esse PL requer (direta e indiretamente) *ex ante*, e foi gasta *ex post* para sua reprodução anual, uma quantidade de trabalho que é igual ao trabalho realizado anualmente pelo conjunto dos trabalhadores (empregados no setor capitalista). Resulta que o *comando* ou *poder de compra* de uma tal *fatia* desse PL – *fatia* que é proporcional ao montante das *rendas* de propriedade em relação ao valor adicionado distribuído como rendimentos – implica a apropriação indireta de uma parte proporcional desse trabalho realizado, sem contrapartida de trabalho; o que configura *exploração* dos trabalhadores, segundo a definição dada acima.

Define-se, então, “grau de exploração capitalista” como a proporção (fração ou quociente) entre, por um lado, essa *parte* do “trabalho anual da sociedade”, que é apropriada indiretamente pelos rentistas e, por outro lado, o total do mesmo “trabalho anual da sociedade”. Este grau de exploração

resulta igual à proporção (fração) das rendas de propriedade no valor adicionado distribuído no setor capitalista como rendimentos (cf. seção 1), que incluem também o montante total de salários pagos¹⁶.

Ocorre, ademais, que esse trabalho apropriado pelos rentistas, sendo parte do trabalho realizado pelos trabalhadores, representa um custo significativo, objetivo e subjetivo, para o trabalhador, como afirma Adam Smith (presumivelmente se referindo ao trabalho manual ou braçal):

Em seu estado normal de saúde, força e espírito; no grau normal de suas habilidade e destreza, ele [o trabalhador] deve sempre perder a mesma porção de seu conforto, sua liberdade e sua felicidade [por iguais quantidades de trabalho que realiza] (Smith, 1976, p. 50)¹⁷.

Cabe mencionar a dependência do *grau de exploração* em relação aos níveis “reais” de salários, isto é, níveis de *poder de compra* dos salários. Trata-se aqui do poder de compra sobre o PL, ou seja, trata-se do nível geral (ou médio) dos salários em dinheiro em relação ao nível geral de preços (em dinheiro) dos bens e serviços que compõem o PL. Permanecendo as mesmas as quantidades (horas) anuais de trabalho realizadas pelos trabalhadores e as produtividades dos mesmos trabalhos na produção de bens e serviços, se, por exemplo, ocorre um aumento do nível geral de preços em maior proporção que o nível geral dos salários, a classe dos trabalhadores poderá comprar uma *fatia* menor do PL (anual), resultando em aumento do grau de exploração.

Desse modo, o grau de exploração pode ser diferente entre lugares ou variar entre épocas (países e anos, por exemplo), particularmente pelas diferenças ou variações *reais* nos salários, que dependem das condições dos

¹⁶ Macedo (2020) calcula, com base em dados das Contas Nacionais (do IBGE), o *grau de exploração capitalista* para o Brasil em 2017, como sendo aproximadamente 0,42. Este número parte do fato (contábil) de que o total das rendas de propriedade, distribuídas como parte do valor adicionado (“bruto”, “a preços básicos”) gerado no setor das “empresas não-financeiras de capital privado”, *pode comprar* uma *fatia* que representa 0,42 do PL *modelado* para o setor capitalista (deduzida deste PL uma *fatia* correspondente a impostos sobre produtos, mas não deduzindo uma *fatia* correspondente à “depreciação do capital fixo”).

¹⁷ “De minhas específicas habilidades e possibilidades físicas e espirituais de atividade, posso alienar a outrem um uso limitado no tempo, porque elas, por essa limitação, recebem uma relação externa com minha totalidade e universalidade... minha atividade e realidade gerais, a minha personalidade.” (Hegel, *Philosophie des Rechts* {Filosofia do Direito}. Berlim, 1840. p. 104, § 67; citado por MARX, 1983, tomo 1, p. 139, n. 40).

mercados de trabalho, principalmente a “taxa de desemprego” – isto é, a proporção (%) dos trabalhadores que não encontra emprego – bem como o poder de barganha dos trabalhadores, individual ou coletivamente (por meio de sindicatos, etc.), na negociação de salários (e condições de trabalho, particularmente duração e intensidade) com as empresas empregadoras. Tudo isso considerado no contexto institucional e político em que funcionam os mercados de trabalho, particularmente a legislação trabalhista e, portanto, a representação ou influência dos trabalhadores no Poder Legislativo.

Cabe observar que atualmente ocorrem, na realidade, grandes transformações na tecnologia de produção (principalmente o desenvolvimento da “maquinaria” eletrônica e da tecnologia digital) e de comunicação (internet, 5G, etc.) que tendem a “substituir o trabalho humano por maquinaria” (na expressão do grande economista do século XIX, David Ricardo, em seu livro de 1821), reduzindo relativamente a esfera do trabalho *assalariado* sob controle direto das empresas¹⁸.

Cabe também aqui uma observação sobre pseudo-autônomos. Ampliam-se atualmente, no Brasil e em outros países, formas de relações trabalhistas que *simulam* trabalho autônomo, tais como “pejotização” (inclusive como “microempreendedores individuais”) e “uberização” (de “trabalhadores de plataformas”), cuja natureza e funcionamento demandam análise¹⁹.

Tais desenvolvimentos demandam adaptar o conceito de exploração *capitalista* e a análise de seu *modus operandi* às novas modalidades de *relações sociais de produção* entre *capitalistas* e trabalhadores.

Referências

BRYNJOLFSSON, Erik; McAfee, Andrew. **The second machine age**. New York/London: Norton, 2014.

MACEDO, Luis. **Exploração capitalista e desigualdade de renda**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2020.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. vol.I, tomos 1-2.

¹⁸ Vide Brynjolfsson e McAfee (2014).

¹⁹ Vide o filme “Sorry, we missed you” (“Você não estava aqui”), do diretor inglês Ken Loach, sobre um entregador “autônomo” de encomendas, com sua *van* comprada a prestações.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. vol.I, tomos 1-2.

MORGAN, Marc. Falling inequality beneath extreme and persistent concentration: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. **WID.world Working Paper Series**, n. 12, aug. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, David. **Principles of Political Economy and Taxation**. Cambridge: University Press, 1951.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Oxford: University Press, 1976. vol. I.

SRAFFA, Piero. **Production of commodities by means of commodities**. Cambridge: University Press, 1960.

Dados dos(das) autores(as)



Aline Aparecida Rabelo

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), especialização em Gestão de Pessoas e mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Psicossocial, atuando principalmente nos seguintes temas: processos grupais, preconceito e vulnerabilidade social. Atua como Psicóloga Educacional no Instituto Federal do Norte de Minas.



Camila Borges Machado

Mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na linha Processos Psicossociais em Saúde. Psicóloga pela Faculdade Machado Sobrinho (2015). Formada em Psicologia Clínica Histórico-Cultural pelo Núcleo de Psicologia Histórico-Cultural do Ceará (2021). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID). Integrante do núcleo ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) de Juiz de Fora/MG. Membro do corpo editorial da Revista Psicologia em Pesquisa. Tem interesse e experiência nas seguintes áreas de atuação: Psicologia Social e Comunitária; Psicologia Histórico-Cultural; Políticas Públicas; Saúde Mental; Relações de Gênero, Raça e Classe.



Camila Vieira Souza

Atuante na Clínica Organizacional, do Esporte e Antirracista. Membro das Comissões de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-raciais e Orientação em Psicologia do Esporte do CRP-MG. Estuda as relações étnico-raciais pelo Coletivo Di Jeje. Trabalhou com Psicologia do Esporte em Clubes de Iniciação Esportiva e Projetos Sociais.



César Rota Júnior

Psicólogo, psicanalista, especialista em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estágio doutorado sanduíche na Universidade de Rouen (França). Atualmente é docente do Centro Universitário FIPMOC (UNIFIPMOC/AFYA) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGE/Unimontes). Tem como interesse de pesquisa o campo da História da Psicologia, Psicologia da Educação, Psicanálise e Educação, Educação e Movimento Higienista e Medicalização da educação escolar.



Conrado Pável de Oliveira

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia). Psicólogo na Rede de Atenção Psicossocial do SUS na Prefeitura de Juiz de Fora-MG. Membro do grupo mobilizador da Rede Latino-Americana de Psicologia Rural (RedPsiRur).



Danielle Abrantes Campos Lima

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). É psicóloga do Departamento Penitenciário de Minas Gerais desde 2015, atuando na Unidade Prisional de Conselheiro Lafaiete. Docente no curso de Psicologia no Centro Universitário Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete (UNIPAC-CL) desde agosto de 2020. Pós-graduada em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica. Pós-graduanda em Fundamentos da Psicanálise: teoria e clínica.



Emerson Fernando Rasera

Mestre e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2000, 2004), e pós-doutorado pela University of New Hampshire (EUA) (2011-2012) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018-2019). Atualmente, é Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pesquisador Mineiro (FAPEMIG). Bolsista de Produtividade (CNPQ).



Isa Magesti Corrêa Netto

Psicóloga e mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Saúde Mental pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Especialista em Psicologia Existencial Humanista. Integrante e tesoureira do Núcleo São João del-Rei da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), entre 2021 e 2022.



Jaciany Soares Serafim

Psicóloga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/PUC). Especialista em transdisciplinaridade pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atualmente é docente do Centro Universitário FIPMOC (UNIFIPMOC/AFYA) e da Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI), coordena os projetos de extensão Liga Acadêmica de Psicologia Social e Política (PRAXIS) e a Liga Acadêmica de Psicologia Social (LAPS). Coordena o Núcleo Montes Claros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO-Minas). Tem interesse de pesquisa a Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária e Política de Assistência Social. Possui experiência na área de Psicologia social comunitária com ênfase no Sistema Único de Assistência Social na atuação na gestão municipal, nos equipamentos, em consultorias e capacitações para trabalhadores e diagnósticos sociais situacionais.



Jaqueline Gomes de Jesus

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Psicóloga, mestra em Psicologia e doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e integrante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2020-2022). Agraciada com a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da Vereadora Marielle Franco.



Lara Brum de Calais

Doutora e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi coordenadora do Núcleo Abrapso de Juiz de Fora/MG. É também professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/PPGPSI). E tem interesse por temas como: Psicologia Social, Psicologia Política e Análise

Institucional; Psicologia e interface com políticas públicas intersetoriais, com foco em assistência social, segurança pública e saúde; Processos institucionais e modos de subjetivação; dimensões estético-políticas das desigualdades sociais; participação social e política das juventudes.



Leila Lúcia Gusmão Abreu

Psicóloga clínica, graduada pelo Centro Universitário Newton Paiva, Mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) e Especialista em Psicologia Jurídica. Docente da Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI). Membro do corpo de orientadores(as), pesquisadores(as) e da comissão científica da rede Soebrás

- professora de estágios profissionalizantes I, II e III. Atua na interlocução da Psicologia com o Direito. Integrante do grupo de pesquisa Gênero e Subjetividade (GEPEG), do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisadora do fenômeno violência doméstica e de gênero, atua com foco nos seguintes temas: mulher, patriarcado, gênero, violência doméstica. Integrante do Núcleo Montes Claros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Tesoureira da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO Regional Minas Gerais 2020/2021. Atualmente é Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Montes Claros - MG.



Luiz Antonio Macedo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1972), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1979) e doutorado em Economia realizado no University College da Universidade de Londres (1989). Foi Professor Titular da UFMG, onde se aposentou. Atualmente é Professor de Educação Superior da Universidade Estadual de Montes Claros. Tem experiência de ensino e pesquisa na área de Economia, principalmente nos seguintes temas: economia política clássica (Smith, Malthus, Ricardo, Sraffa), economia política marxiana, economia de empresas, emprego e salários, desigualdade de renda.



Marcos Vinícius Thomaz

Graduado em Psicologia e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), na linha de pesquisa: Instituições Saúde e Sociedade. Atualmente é professor do curso de Psicologia da UNIFENAS (campus Varginha) e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - com área de concentração em Antropologia Social, na linha de pesquisa: Antropologia da Arte, da Ciência e da Tecnologia. Tem interesse em estudos sobre ciência e sociedade, ciência e tecnologia, saúde mental, saúde pública, políticas públicas, antirracismo, pensamento decolonial, direitos humanos, psicologia social e comunitária, epistemologia.



Marília Novais da Mata Machado

Professora doutora aposentada do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Pesquisadora Visitante Nacional Sênior (PVNS/ CAPES) na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e membro da comissão editorial da revista Pesquisas e Práticas Psicossociais de mesma universidade. É pesquisadora do Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais (L@

gir/ FAFICH/UFMG) e do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP/ UFSJ).



Marcos Vieira-Silva

Graduado em Ciências - Psicologia e em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Especialização em Dinâmica de Grupos - Grupos Operativos. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou Estágio Pós-Doutoral pela Faculdade de Educação da UFMG. Aposentado desde julho de 2016 como Prof. Associado IV, é Professor Colaborador do Programa

de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado da UFSJ e foi Pesquisador Visitante - Bolsista FAPEMIG do mesmo programa de junho a dezembro de 2017. Atualmente coordena o Grupo de Pesquisa “Processos grupais e articulações identitárias: possíveis parcerias e interações com políticas públicas de saúde e inclusão social”. Sócio-fundador da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), tendo sido seu Vice-Presidente Regional Minas Gerais e Coordenador do Núcleo São João del-Rei da Associação em várias gestões.



Maria da Graça Marchina Gonçalves

Psicóloga. Mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da graduação em Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia Social na PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social (NU-PPDES). Foi conselheira do CRP/SP (2001-2004;

2004-2007) e do CFP (2007-2010) e coordenadora do CREPOP Nacional (2007-2010). Pesquisa, em psicologia sócio-histórica, os temas desigualdade social e políticas públicas. Membro da diretoria do Instituto Silvia Lane.



Megg Rayara Gomes de Oliveira

Possui graduação em Licenciatura em Desenho; Especialização em História da Arte pela Escola de Música e Belas do Paraná; Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil, pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discute os seguintes temas: relações raciais, arte africana, arte afro-brasileira, gênero e diversidade sexual. Em junho de 2018, foi indicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para representar o referido programa ao prêmio CAPES de melhor tese de 2017.



Marco Antonio Torres

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrado e doutorado em Psicologia e pós-doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisa a produção da diferença e sua destinação, nos contextos educacionais, analisando principalmente as questões de gênero, das sexualidades e da educação inclusiva.

Tem problematizado a produção de práticas discursivas e não discursivas nos processos de subjetivação, especificamente aquelas que atingem a existência de travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, entre outras identidades e não identidades. Considera que as relações entre poder e resistência, no contexto de suas pesquisas, indicam um aumento de tensão diante do reconhecimento de grupos historicamente silenciados, subalternizados e/ou eliminados nos contextos educacionais. Por fim, avalia que os avanços de posições democráticas participativas têm sido acompanhados por outras de recrudescimento nas políticas públicas.



Mary Jane Paris Spink

Psicóloga Social, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano, NUPRAD. Bolsista Produtividade no CNPq, nível 1A. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Autora de vários livros, artigos e outros produtos bibliográficos, entre eles: Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (Centro Edelstein de Pesquisas Sociais); Psicologia Social e Saúde, Editora Vozes; Psicologia em Diálogo com o SUS, Casa do Psicólogo; A Produção de Informação na Pesquisa Social – compartilhando ferramentas (Centro Edelstein de Pesquisas Sociais) e Viver em Áreas de Risco, EDUC e Editora Terceiro Nome, publicado em 2018; Covid-19: versões da pandemia nas mídias (Portal de Livros IP/USP).



Mario Henrique da Mata Martins

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fez estágio doutoral sanduíche (PDSE/CAPES) na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Mestre em Psicologia Social também pela PUC-SP; Especialista *lato-sensu* em Gerenciamento Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP); e é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, campus Maceió (UFAL). Realizou estágio pós-doutoral em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e, atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, pela pesquisa Dados à prova d'água: engajando *stakeholders* na governança sustentável dos riscos de inundação para resiliência urbana. Tem experiência na área de Psicologia Social, Saúde e Meio Ambiente, com ênfase nas seguintes temáticas: saúde e meio ambiente, vulnerabilidade socioambiental, comunicação e percepção de riscos, psicologia discursiva, desastres e políticas públicas.



Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

Psicólogo pela Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI), mestrando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduando (*lato sensu*) em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em Educação Social e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É membro dos Núcleos Montes Claros – MG, Popular e São Paulo – SP da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), membro do Grupo de Pesquisa Psicologia Crítica e Ação Política (USP), do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS/USP), do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró (PROLAM/USP) e do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).



Paula de Paula

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Especializou-se em Clínica da Saúde Mental pela Escola de Saúde de Minas Gerais. Possui mestrado em Treinamento Esportivo pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorou-se em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no Núcleo de Estudos de Psicanálise e Sociedade. Atualmente, é professora assistente III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), desde 2002. É psicanalista praticante e especialista pelo Conselho Federal de Psicologia em Psicologia Clínica, atendendo em consultório particular. Tem atuado principalmente nas seguintes áreas: psicanálise, políticas públicas, psicologia do esporte, clínica social e clínica psicomotora.



Thaisa Maria Fonseca Almeida

Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), terapeuta comunitária e psicóloga social. Membro do Núcleo Montes Claros - MG da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).



Thiago Frederik Mendes Batista

Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), graduado em Psicologia pela Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI). Membro do Núcleo Montes Claros - MG da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e da Comissão de Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia, subsede Norte.



Thiago Ribeiro de Freitas

Psicólogo com doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Compõe o 16.º plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e atua como docente nos cursos de Psicologia e de Pedagogia nas Instituições: UNA, FAI e ASMEC. Seus interesses de pesquisa situam-se na interface: psicologia social, saúde, biotecnologia e bioética.

Apoio:



©Editora Unimontes
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126
www.editora.unimontes.br
editora@unimontes.br

